



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS-CESA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

**PLAUTO ROBERTO DE LIMA FERREIRA**

**O uso da cultura *hip hop* como estratégia de aproximação da Polícia Militar com a juventude nas escolas da rede pública de ensino no Estado do Ceará**

**FORTALEZA – CEARÁ  
2013**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS-CESA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

**O uso da cultura *hip hop* como estratégia de aproximação da Polícia Militar com a juventude nas escolas da rede pública de ensino no Estado do Ceará**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

**Orientadora:** Profa. Dra. Maria Glaucíria Mota Brasil

**FORTALEZA – CEARÁ  
2013**

**Elaborado por Patrícia Maria de Lima Chaves CRB 3/828**

Ferreira, Plauto Roberto de Lima.

F381u O Uso da Cultura *hip hop* como estratégia de aproximação da Polícia Militar com a juventude nas escolas da rede pública de ensino no Estado do Ceará/Plauto Roberto de Lima Ferreira. – Fortaleza, 2013.

129f.: il. 30cm

Orientadora: Profª. Dra. Maria Glauécia Mota Brasil.

Dissertação (Mestrado profissional em planejamento e políticas públicas) – Universidade Estadual do Ceará, centro de estudos sociais aplicados-CESA.

1. Juventude 2. Hip hop. 3. Polícia Militar.

CDD:305.2420

CDU: 305

PLAUTO ROBERTO DE LIMA FERREIRA

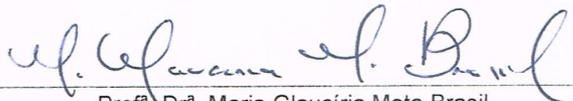
O USO DA CULTURA HIP HOP COMO ESTRATÉGIA DE APROXIMAÇÃO DA  
POLÍCIA MILITAR COM A JUVENTUDE, NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE  
ENSINO NO ESTADO DO CEARÁ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado  
Profissional em Planejamento e Políticas Públicas  
do Centro de Estudos Sociais Aplicados da  
Universidade Estadual do Ceará, como requisito  
parcial para a obtenção do grau de Mestre em  
Planejamento e Políticas Públicas.

Área de concentração: Planejamento e Políticas  
Públicas.

Aprovada em: 06/09/2013

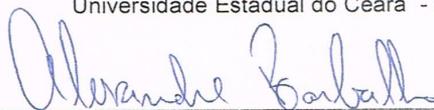
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Dr.ª. Maria Glauécia Mota Brasil  
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof.ª. Dr.ª. Rosemary de Oliveira Almeida  
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho  
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Não concordo com o que você diz, mas defenderei até a morte o seu direito de dizê-lo.

François-Marie Arouet - Voltaire

Dedico este trabalho acadêmico aos policiais que fizeram parte da equipe do projeto Ronda Cultural: Giselly, Kleyton, Snard, Franco, Ana Irís, F. Júnior, Rafael e Thiago.

## AGRADECIMENTOS

Certa vez, ouvi que a nossa significância em relação aos bilhões de pessoas que vivem no mundo, em seus mais diversos continentes, países, estados e cidades é comparável a “*unha do menor dedo da formiguinha*”, “pense” num negócio pequeno! Daí vem meu primeiro agradecimento que é dirigido a Deus, que apesar dessa quantidade de pessoas me vê como indivíduo, volta a sua atenção a mim. Mesmo diante do fato de perder a inspiração, ao vir o desânimo de escrever, ele ouve meu pedido e me dá força para seguir. Muito grato meu Pai. A Ti seja toda honra e glória.

Aos meus pais que acreditaram no pequeno Plauto, menino traquina, que não dispensava um bom racha de futebol, mas mesmo com toda dificuldade para manter o pequeno garoto na escola, saltando de escolas públicas e particulares, de cidades em cidades, nunca relaxaram em investir na minha educação. Ainda me lembro da minha mãe preparando a lancheira e meu pai me deixando na escola. Bons tempos, uma educação que foi passada pelo exemplo. A vocês, Pai e Mãe, muito obrigado!

Aos meus irmãos, Patrícia (Tita) e Péricles (Pekim), vocês fazem parte da minha história, mesmo distantes sempre perto nas minhas lembranças. Da cama dividida ao menino que fugia do banho (vocês sabem do que estou falando). Muitos sorrisos lançados no ar. Hoje meninos crescidos, mãe e pai, com os seus filhos, mas nunca deixarão de ser a minha Tita e o meu Pekim.

Ao meu amor da adolescência, menina bonita, inteligente e comunicativa. Tornou-se mulher, e por graça minha esposa. A Águeda, pelo estímulo, apoio e compreensão. Obrigado “meu bem”. Te amo muito!

Aos filhos Ingrid, Levi e Artur, além da pequena Giovana, que essa conquista do “paizão” sirva de inspiração para as muitas conquistas que sei que terão.

A minha competente e exigente Professora Orientadora Glaucéria Mota Brasil, que com suas orientações contribuíram para o aprimoramento deste trabalho e do aprofundamento dos meus conhecimentos na área de Segurança Pública. Nunca irei esquecer o nosso debate na rádio O Povo, sobre a desmilitarização, no programa “Debates do Povo”, algumas pessoas que me conheciam e ouviram o programa sempre perguntavam: Plauto, mas que mulher valente era aquela? E eu respondia: É a minha amiga Glaucéria. Muito grato por tudo!

Ao Professor Horácio Frota por sua mão amiga que foi muito importante para o início desta caminhada que ora termino. Estarei sempre a sua disposição. Muito grato!

A Professora Rosemary Almeida e ao Professor Alexandre Barbalho pelas críticas construtivas que serviram para o meu aperfeiçoamento acadêmico.

Ao Samuel que organizou todo este trabalho, quando tudo ainda era um emaranhado de letras, frase e parágrafos.

Enfim, a todos aqueles que contribuíram de forma direta ou indireta para a conclusão deste trabalho acadêmico.

## RESUMO

O presente trabalho busca avaliar se foram eficazes as ações utilizadas pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), por meio do Projeto Ronda Cultural, que usou a cultura *hip hop* como estratégia de aproximação da Polícia Militar com a juventude. Visando subsidiar este trabalho, foi realizado um estudo bibliográfico que envolveu temas sobre segurança pública, polícia, juventude e cultura *hip hop* com base nas análises de literaturas já publicadas em forma de livros, revistas, filmes, publicação avulsas e outros, bem como, com pesquisas de campo nas escolas onde foi desenvolvido o projeto. O trabalho também analisou os dados coletados nos questionários aplicados pelos policiais militares junto aos alunos que participaram das oficinas do projeto Ronda Cultural no segundo semestre de 2010, com o objetivo de saber se os jovens se sentiam a vontade com a presença dos policiais nesse tipo de projeto e se o projeto proporcionou uma possibilidade de aproximação da juventude com a polícia. O período de realização da pesquisa que subsidiou o presente estudo foi de junho a dezembro de 2010 e o *lócus* da pesquisa compreendeu 6 (seis) escolas públicas do Estado do Ceará, onde se realizaram as oficinas do Projeto Ronda Cultural no segundo semestre de 2010. O instrumental de coleta de dados usado foi o questionário, aplicado para os jovens que participaram das oficinas, no início e no final destas, além dos questionários sobre temas específicos aplicados nas rodas de conversa. O objetivo da aplicação dos questionários era verificar se os objetivos do projeto haviam sido atingidos.

### **PALVRAS-CHAVE:**

Juventude, *hip hop*, Polícia Militar

## ABSTRACT

This present paper aims at evaluating if the actions utilized by the Department of Public Safety and Social Defense (Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social - SSPDS) were effective through the Cultural Ronda Project (Projeto Ronda Cultural), which used the *hip hop* culture as an approximation strategy between the Military Police and the youth. Aiming to support this study, a research was realized on different themes such as public security, police, youth and hip hop culture based on literature analyses that have been published in formats of books, magazines, movies, several publications and others, as well as, field research at the schools where the project was done. This study has also analyzed the data collected from the questionnaires applied by the military polices for the students who attended the courses of the Cultural Ronda Project in the second semester of 2010, which the goal was to know if the young people were comfortable with the presence of the polices from this type of project and if this project provided a possibility of approximation between the youth and the police. The research which supported this present study was realized from June to December of 2010 and the locations of the research included 6 (six) public schools of the State of Ceará, where the courses of the Cultural Ronda Project were realized in the second semester of 2010. The instrumental for data collection used was the questionnaire, which was applied for the young people who participated in the courses, in the beginning and in the end of those, besides the questionnaires about specific themes applied in rounds of conversations. The goal of the application of the questionnaires was to verify if the goals of the project had been completed successfully.

### KEYWORDS:

Public Security, youth, hip hop, police.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1.....	18
FIGURA 2.....	20
FIGURA 3.....	60
FIGURA 4.....	61
FIGURA 5.....	61
FIGURA 6.....	65
FIGURA 7.....	66

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1.....	29
GRÁFICO 2.....	29
GRÁFICO 3.....	30
GRÁFICO 4.....	52
GRÁFICO 5.....	53
GRÁFICO 6.....	55
GRÁFICO 7.....	55
GRÁFICO 8.....	58
GRÁFICO 9.....	59
GRÁFICO 10.....	66
GRÁFICO 11.....	67
GRÁFICO 12.....	74
GRÁFICO 13.....	75
GRÁFICO 14.....	76
GRÁFICO 15.....	77
GRÁFICO 16.....	78
GRÁFICO 17.....	78
GRÁFICO 18.....	79
GRÁFICO 19.....	80
GRÁFICO 20.....	82
GRÁFICO 21.....	82
GRÁFICO 22.....	83
GRÁFICO 23.....	83
GRÁFICO 24.....	84
GRÁFICO 25.....	89
GRÁFICO 26.....	90

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CESeC - Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

CIOPS - Coordenadoria Integrada dos Órgãos de Segurança

CUFA - Central Única das Favelas

DJ- Disc Joquei

MC – Mestre de Cerimônia

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organizações das Nações Unidas

PM – Polícia Militar

PMMG - Polícia Militar de Minas Gerais

RAP – *Rhythm and Poetry*

RDPMCE- Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Ceará

SSPDS - Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 UMA QUESTÃO DE POLÍCIA OU DE POLÍTICA?.....</b>	<b>23</b>
<b>2.1 A política de Segurança Pública no Brasil.....</b>	<b>26</b>
<b>2.2 Polícia e política sobre drogas no Brasil.....</b>	<b>31</b>
<b>2.3 A segurança nas comunidades.....</b>	<b>36</b>
<b>2.4 A segurança pública no Ceará: passado e presente numa mesma política.....</b>	<b>40</b>
<b>3 PROJETO RONDA CULTURAL.....</b>	<b>50</b>
<b>3.1 Cultura <i>hip hop</i>.....</b>	<b>54</b>
<b>3.2 Entrando na roda com o Ronda Cultural.....</b>	<b>61</b>
<b>4 PAPO DE ROCHA: <i>BULLYING</i> E SEXUALIDADE.....</b>	<b>68</b>
<b>4.1 Os jovens e o crime .....</b>	<b>68</b>
<b>4.2 O fenômeno <i>bullying</i>.....</b>	<b>73</b>
<b>4.3 Falando sobre sexo.....</b>	<b>80</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>85</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>92</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>98</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>108</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O trabalho em pauta busca avaliar se foram eficazes as ações utilizadas pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), por meio do Projeto Ronda Cultural, que usou a cultura *hip hop* como estratégia de aproximação da Polícia Militar com a juventude. Visando subsidiar este estudo, realizei um estudo bibliográfico que envolveu temas sobre segurança pública, polícia, juventude e cultura *hip hop* com base nas análises de literaturas já publicadas em forma de livros, revistas, filmes, publicação avulsas e outros, bem como: pesquisas de campo nas escolas onde foi desenvolvido o projeto.

O trabalho também analisou os dados coletados nos questionários aplicados pelos policiais militares junto aos alunos que participaram das oficinas do projeto Ronda Cultural, no segundo semestre de 2010, com o objetivo de saber se os jovens se sentiam a vontade com a presença dos policiais nesse tipo de projeto e se o projeto proporcionou uma possibilidade de aproximação da juventude com a polícia.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica para este projeto está no fato de possibilitar a abrangência de uma gama de estudos produzidos a partir do resultado de pesquisas realizadas em outros Estados acerca de atividades e ações inovadoras das políticas que obtiveram êxito.

O período de realização da pesquisa que subsidiou o presente trabalho foi de junho a dezembro de 2010 e o *lócus* da pesquisa compreendeu 6 (seis) escolas públicas do Estado do Ceará, onde se realizaram as oficinas do Projeto Ronda Cultural no segundo semestre de 2010. O instrumental de coleta de dados usado foi o questionário, aplicado para os jovens que participaram das oficinas, no início e no final destas, além dos questionários sobre temas específicos aplicados nas rodas de conversa. O intuito da aplicação dos questionários era verificar se os objetivos do projeto haviam sido atingidos.

Como já foi dito antes, o objetivo geral deste trabalho acadêmico é identificar se há eficácia no uso da cultura *hip hop* por policiais militares, do Projeto Ronda Cultural, como estratégia de aproximação entre polícia e Juventude.

O Brasil, e particularmente a cidade de Fortaleza, observa o avanço dos seus índices de violência e criminalidade. Bairros de diferentes classes e até escolas estão sendo palco de agressões físicas e psicológicas quase diárias e, outras vezes, violências letais, gerando uma sensação de insegurança na população.

Percebe-se que o problema é agravado com a erosão das instituições que são responsáveis pela formação dos cidadãos e pela segurança de todos. A família, a escola, os órgãos de segurança pública, entre outros, são sempre citados por estarem falhando no cumprimento de suas funções sociais.

Paralelo ao problema da violência que se agrava periodicamente, as autoridades, cobradas pela sociedade, aumentam, cada vez, mais meios repressivos com o objetivo de conter os índices crescentes dessa violência e da criminalidade na cidade.

O fato é que segurança e liberdade são dois valores preciosos para o ser humano, mas que parecem não conseguir caminharem juntos. Se queremos mais segurança, temos que abdicar em parte de nossa liberdade. Percebe-se esse fato quando se tornam comuns as “falas” que refletem uma cultura de medo: não fale com estranhos, converse o mínimo com as pessoas, afinal ninguém conhece ninguém; você quer ter um lar mais seguro? Instale câmeras, ponha alarmes em sua porta; você quer proteção? Nunca deixe as janelas abertas, podem estar bisbilhotando seus movimentos, se possível, jamais abra; outra coisa, não se esqueça de fazer os seguros do carro, da casa, de vida.

A cidade passou a viver a “cultura do medo” e as pessoas passaram a criar hábitos de isolamentos em seus “guetos voluntários”, expressão do sociólogo Zygmunt Bauman para os condomínios fechados (2009, p.40) e uma mixofobia (medo de misturar-se) coletiva. A partir desse medo ou de um “falso medo”,<sup>1</sup> passam a ser exigidas e sugeridas, por parte da sociedade, medidas de segurança, voltadas sempre para o armamento e para a repressão do crime.

---

<sup>1</sup>Sensação de medo construída propositadamente por empresas de equipamentos de segurança ou setores do governo ou da mídia, insatisfeitos com uma política pública de segurança ou com seu representante.

Ressalta-se, assim, nessa mesma linha de raciocínio, é recorrente a utilização do exemplo do Rio de Janeiro para se delinear a política de segurança pública no Brasil. Acontece, no entanto, que se for colocada “um lupa” sobre a violência urbana fluminense, será constatado que o tipo de violência ocorrido no Rio de Janeiro não acontece em nenhum outro local do mundo, caso se esse local estiver em guerra, tal a grande letalidade das armas utilizadas pelos criminosos. Assim, pensar em política de segurança pública, com o intuito de tratar adequadamente a segurança de uma localidade, significa analisar as peculiaridades dos conflitos existentes e quais medidas se tornam satisfatórias para a solução desses problemas locais.

Em Fortaleza, os números da estatística da Coordenadoria Integrada dos Órgãos de Segurança (CIOPS), vinculada à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), setor que recebe as ligações da população por meio do número de emergência 190, apontam para a briga de família e vizinhos, a embriaguez e desordem como as ocorrências com maior número de solicitações pela população de Fortaleza. Tais conflitos ocorrem, em sua maioria, entre pessoas conhecidas e que possuem relação continuada.

A esses tipos de conflitos, os estudiosos e defensores de medidas de resolução de conflitos apontam o diálogo, por meio da mediação (sempre que possível), como solução mais adequada. Problemas discutidos adequadamente proporcionam resultados benéficos e pacíficos para a sociedade. Diminuir a importância desses tipos de conflitos, tratando-os de maneira inadequada, pode resultar em grandes tragédias.

Infelizmente, a juventude é o grupo que tem o maior índice de envolvimento nos números de conflitos, criminalidade e violência. Em determinadas situações, como autores desses atos e, na maioria das vezes, como vítimas. Segundo o Mapa da Violência 2012 (WAISELFISZ, 2012), das causas externas, ou seja, não naturais, que levam a óbito crianças e adolescentes no Brasil, 43,3% é devido a mortes por homicídio.

A integração entre polícia e juventude expressa um caminho no qual a política de segurança pública passa a ser compreendida e vivida como responsabilidade de

todos, facilitando a resolução dos conflitos por gerar reciprocidade de confiança entre policial e juventude. Definir o perfil do policial, nesse novo contexto da segurança, estimula a necessidade de uma formação fundada numa compreensão transdisciplinar da realidade da juventude, para que, destarte, possa haver uma aproximação efetiva entre polícia e juventude, medida pelos meios culturais e linguagem dos jovens.

É comum os jovens declararem descrença e repúdio em relação à polícia, considerando os históricos de atuação e inserções da polícia na sociedade brasileira e as relações pouco amistosas existentes entre policiais e jovens, seria estranho se assim não fosse. Por outro lado, essa aversão pode ser, em parte, explicada por meios de questões objetivas de uma pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública a qual aponta que 28% dos jovens entrevistados disseram já ter presenciado violência policial. Além disso, podemos dizer que está disseminada nos diferentes grupos sociais uma visão negativa sobre a polícia, e a juventude acaba reproduzindo essa visão.

Os policiais, por sua vez, também reproduzem conceitos, preconceitos e visões sobre determinados grupos sociais, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social, como os jovens pobres, e, assim, têm dificuldade de enxergar nesse jovem um cidadão de direitos. Com isso, acaba por tratá-lo como um violador de deveres, um suspeito em potencial que vai desrespeitar a corporação e perturbar a ordem pública.

A aproximação da polícia com a juventude, criando assim uma estratégia de Polícia Comunitária, exige o estudo sobre os conflitos vividos em cada localidade e o encontro de mecanismos para a sua boa administração. Observa-se a necessidade de uma única linguagem para essa aproximação. Daí surge a cultura como uma possibilidade de integrar esses opostos. Uma experiência exitosa de aproximação foi o projeto Juventude e Polícia, do Grupo Cultural Afroreggae.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup>Grupo Cultural Afroreggae foi criado em 1993, na cidade do Rio de Janeiro, na Favela de Vigário Geral, no mesmo ano da chacina que vitimou 21 moradores inocentes numa operação policial ilegal.

No final de 2002, na cidade do Rio de Janeiro, a coordenação do Afroreggae procurou o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), da Universidade Cândido Mendes, dizendo que gostaria de elaborar um projeto com o objetivo de aproximar juventude e polícia. Esse projeto foi elaborado com ações culturais para serem desenvolvidas dentro dos batalhões da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, e apresentado à Fundação Ford, que aprovou e se propôs a financiar o projeto. No entanto, esse projeto não foi aceito pelo comando da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Todavia, em 2004, a Secretaria de Defesa Social e a Polícia Militar de Minas Gerais convidaram o Afroreggae e o CESeC para desenvolverem o projeto nos Batalhões da PM, na cidade de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais.

Nesse Estado, o projeto desenvolveu-se, inicialmente, como um piloto de quatro etapas, voltado para estabelecer um diálogo entre a cultura dos jovens e a cultura policial, reduzindo a distância entre esses dois grupos por meio da música e da arte. Foram realizados *workshops* de percussão, teatro, grafite, dança e shows dentro de dois Batalhões de Belo Horizonte. Participaram dessas atividades cerca de 70 policiais de cada unidade. Os resultados surpreendentes das quatro semanas iniciais (uma semana em cada mês) estabeleceram a importância e o potencial de um instrumento original de integração da polícia com a sociedade.

Em 2005, a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) avaliou que os resultados das ações do primeiro ano foram tão positivos que resolveu dar continuidade à parceria e convidou o Afroreggae e o CESeC para capacitarem policiais, os quais passaram a trabalhar permanentemente como instrutores da percussão, grafite, basquete de rua, dança de rua e teatro. Foram capacitados 40 policiais oriundos dos cinco batalhões da cidade de Belo Horizonte, que passaram a oferecer oficinas aos jovens de favelas, participantes do programa, Fica Vivo<sup>3</sup>, e em escolas públicas situadas em regiões de favelas. O programa desenvolveu-se nessa modalidade ao longo de 2005.

---

<sup>3</sup>O Programa Fica Vivo tem por objetivo controlar e prevenir a ocorrência de homicídio doloso em áreas de altos índices de criminalidade e violência, na cidade de Belo Horizonte.

Desde o início de 2006, um grupo permanente de 20 policiais dedica-se, em escala integral, durante duas semanas a cada mês, ao trabalho com jovens de favelas em escolas públicas e faz apresentações conjuntas (jovens e policiais) de percussão, teatro, dança, grafite e basquete em eventos públicos e dentro da polícia. Além disso, uma banda treinada pelo Afroreggae, com mais de 20 policiais, faz apresentações periódicas em eventos públicos com a participação de jovens treinados pelos policiais.

No ano de 2009, o Estado do Ceará enviou um grupo de oficiais da PM para a cidade do Rio de Janeiro onde mantiveram o primeiro contato com o grupo Afroreggae, por meio da professora Silvia Ramos, coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), da Universidade Candido Mendes. Neste encontro, os oficiais receberam da professora Silvia Ramos um vídeo, denominado Polícia Mineira, que mostrava todos os percursos de criação do Projeto Juventude e Polícia.

Ao retornar a Fortaleza, o grupo de oficiais se reuniu com o então Secretário de Segurança Pública do Estado do Ceará, Roberto Monteiro, e apresentou o vídeo que foi repassado pela professora Silvia Ramos. Após a apresentação, o secretário ficou animado com a possibilidade da criação de algo semelhante no Estado do Ceará. A partir de então, deu início a uma série de etapas, até finalmente ser implementado projeto.

A primeira etapa foi a busca de parceiros no primeiro escalão do Governo do Estado para apoiar a ideia que, naquele momento, mostrava-se totalmente diferente das estratégias tradicionais implementadas na área da segurança pública, principalmente, o modelo policial-repressivo de enfrentamento com a juventude. Após apresentar a proposta do novo modelo de aproximação, integrando arte, cultura e polícia em um único projeto a vários secretários de estado, o grupo de oficiais obteve a adesão e o apoio dos secretários da cultura, Auto Filho, dos Esportes, Ferrúcio Feitosa, da secretária da Educação, Isolda Cela, e da primeira dama do Estado, Maria Célia, que se envolveram na implementação do projeto, na sua fase de sensibilização dos oficiais da Polícia Militar, ou segunda etapa do projeto.

Foi marcada uma reunião no auditório do Comando Geral da PM, com o objetivo de apresentar a proposta de aproximação da polícia com a juventude, no modelo do projeto “Juventude e Polícia” de Minas Gerais. A reunião foi tensa, com uma série de questionamentos em relação à postura desses policiais, uma vez que os policiais iriam entrar verdadeiramente no mundo dos jovens, com seus comportamentos e falas. Muitos oficiais alegavam que isso iria “desmoralizar” a polícia e os seus integrantes. Nesse momento do projeto, foi atingido o *ethos* moral vigente na instituição policial, respaldado pelas falas dos oficiais da Polícia Militar. Diante do elevado tom das críticas, o secretário de segurança resolveu suspender a reunião, pedindo para que os oficiais conversassem entre eles e formulassem mais calmamente suas posições para apresentar na próxima reunião, que seria marcada pela cúpula da segurança pública do Estado.

**FIGURA 1**



Reunião com os oficiais da PM e os secretários da segurança pública, cultura e esportes.  
**FONTE:** Arquivo do autor.

A segunda reunião aconteceu quinze dias após a primeira. Dessa vez, além da presença dos secretários que participaram da reunião anterior, estava também a primeira dama do Estado. Mais uma vez, houve debate, discursos resistentes às mudanças, mas também começou a se ouvir oficiais falando em tom de apoio ao projeto. No início, eram apenas falas tímidas, mas esses tons foram aumentando e ganhando eco até se tornarem maioria. Enfim, o projeto obteve o aval dos oficiais, sendo isso primordial para que não houvesse boicote ao projeto.

Na semana seguinte, o grupo de oficiais seguiu para a cidade de Belo Horizonte, e lá fizeram um pequeno documentário sobre as experiências da polícia mineira no encerramento de uma das turmas do projeto Juventude e Polícia. Esse vídeo serviu como apoio para a outra etapa do projeto: a divulgação e seleção dos seus participantes.

Foram três dias intensos na cidade de Belo Horizonte. A viagem foi usada como “estudo de caso” para evitar possíveis erros na implantação do projeto no Ceará. Algo que chamou a atenção do grupo foi que, em Minas Gerais, mesmo após dois anos de projeto, eles ainda encontravam bastante resistência por parte dos oficiais mais tradicionais.

Outra preocupação do grupo era o recrutamento dos policiais militares que iriam executar o projeto, sendo consenso que esse projeto só teria êxito se os policiais executores fossem voluntários. Então, foi decidido apresentar a proposta do projeto de aproximação da polícia com a juventude no Ceará (até aqui o projeto ainda não tinha nome) para todos os 1.500 (mil e quinhentos) policiais que faziam parte do batalhão comunitário da PM, denominado Ronda do Quarteirão<sup>4</sup>.

Foram 15 palestras e, ao final obtiveram 10 voluntários, sendo 2 policiais femininas e 8 policiais masculinos. Desses dez policiais que iniciaram o curso, 8 (oito) concluíram. Vencidas as etapas de sensibilização e seleção, agora era o momento de iniciar a fase de capacitação e treinamento dos policiais.

Analisando depois a pequena quantidade de policiais que aderiram à nova ideia de atuação da polícia, foi percebido que o *ethos* policial militar, observado nas reuniões com os oficiais, já prevalecia no inconsciente da maioria desses jovens policiais. Daí tamanha dificuldade em selecionar os voluntários.

---

<sup>4</sup> A escolha desta unidade militar se deu devido ao seu efetivo ser formado majoritariamente por jovens recém-ingressos nas fileiras da corporação.

FIGURA 2



Policiais militares assistindo o documentário produzido em Minas Gerais pelo grupo de oficiais.  
**FONTE:** Arquivo do autor

Diferente da Polícia de Minas Gerais, que trabalhou com os tambores e música de percussão, a SSPDS optou em trabalhar com o *hip hop*. Esse ritmo apareceu como opção depois que foi percebido, após uma apresentação do grupo musical Racionais, como os jovens (principalmente aqueles com alguma ligação aos grupos juvenis) tinham identidade com aquele ritmo de música. Daí nasceu a parceria com a Central Única de Favelas (CUFA), na elaboração de um inovador curso de formação para os policiais. Também surgiu dessa parceria, o nome do projeto que, a partir daí, foi denominado Ronda Cultural.

O curso de formação dos policiais do Ronda Cultural era completamente diferente do tradicional. Os policiais usavam como equipamento de trabalho aparelhos de som e spray de grafite. As aulas eram embaladas pelo ritmo do *hip hop*, o objetivo era uma total imersão dos policiais no mundo juvenil, suas gírias, forma de agir, valores, culturas. Houve aulas de campo nos museus, teatros, com o objetivo de conhecer a história da cidade, dos bairros, da periferia. Foi um impacto dentro da polícia.

A outra etapa foi a de sensibilização da comunidade escolar. A SSPDS fez um convênio com a Secretaria da Educação do Estado que relacionou um total de 10 escolas para o desenvolvimento do projeto durante todo o ano de 2010. Os critérios utilizados pela Secretaria da Educação foram as escolas estarem

localizadas próximas às áreas de conflitos juvenis e que já tinham registro de ocorrências de violências e conflitos com jovens.

Ao chegar às escolas, a equipe do Ronda Cultural conversava com a direção e os professores, explicando como iria ser desenvolvido o projeto e como eles (gestores e docente) poderiam apoiar. Em seguida, os policiais se dirigiam às salas de aula, onde apresentavam o projeto aos alunos e iniciavam as inscrições para formar as turmas do Ronda Cultural, que ocorriam no modelo de oficinas.

As oficinas contavam, além da participação dos policiais militares selecionados, com um grupo de educadores sociais, ligado à Central Única das Favelas (CUFA), que ministravam as aulas de *hip hop*.

O grupo de educadores sociais tinha a incumbência de falar sobre os elementos que compõe o *hip hop*, e por meio de uma roda de conversa, denominada “Papo de Rocha”<sup>5</sup>, os policiais conversavam com os jovens sobre os temas<sup>6</sup> escolhidos pela coordenação do projeto Ronda Cultura, que eram: violência, drogadição, sexualidade e *bullying*.

O trabalho em tela é composto por mais três capítulos, que seguem logo após a presente introdução, que consideramos como o primeiro capítulo. No segundo capítulo, iremos abordar o perfil da política de Segurança Pública em nosso país, a sua origem e evolução, também falaremos sobre como a formação desse modelo policial, ora vigente no Brasil, influenciou na postura profissional do policial de hoje. Falaremos sobre “a segurança nas comunidades” e como as pessoas se organizam nessas comunidades para vencer o preconceito e o estigma de violenta. Em seguida, iremos tratar sobre a polícia e a comunidade, e a busca da polícia para uma maior aproximação com a comunidade, por meio da modalidade de policiamento comunitário. Já no terceiro capítulo, trataremos da execução do projeto

---

<sup>5</sup> O “Papo de Rocha” foi inspirado no projeto “Papo de Resposta”, da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. No “papo”, que são rodas de conversa com os alunos, são tratados os temas transversais. Essa estratégia fez com que os alunos ficassem mais a vontade para falar sobre as suas experiências, relacionadas aos temas.

<sup>6</sup> A coordenação do programa optou em trabalhar temas que tinham relação tanto com a criminalidade, bem como com os temas geradores de conflitos.

Ronda Cultural, sua trajetória e o percurso da sua criação na política de segurança pública, as escolhas inovadoras e o modelo tradicional de fazer polícia e como podemos utilizar a cultura *hip hop* como forma de aproximação da polícia com a juventude. No quarto capítulo, tratamos das conversas tecidas no que o projeto denominou “Papo de Rocha” e o que a juventude pensa sobre *bullying* e sexualidade. Por fim, as considerações finais, nas quais faremos uma reflexão sobre a importância da aproximação da polícia com a juventude e a necessidade de uma profunda reforma no modelo da política de segurança pública no Brasil.

## 2. UMA QUESTÃO DE POLÍCIA OU DE POLÍTICA?

Hannah Arendt afirmou em seu livro *Condição Humana* que “[o] ser político, o viver na ‘polis’, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através da força e da violência”. Não é coincidência que, etimologicamente, as palavras polícia e política provêm de “polis” e existe comum acordo em ligar essas palavras ao grego *politeia*. Ou seja, aquele que mantém a cidade em sua unidade, a saber: a arte de governar. Portanto, podemos afirmar que o policial é um sujeito público, da *polis*, político e conseqüentemente livre. Mas qual o limite da liberdade policial?

Na Grécia antiga, o escravo era utilizado para o trabalho braçal, permitida a contemplação somente aos nobres. Dessa forma, a vida contemplativa era um privilégio dos homens livres e, segundo os filósofos gregos, é o que diferencia o homem do animal. “Se é apenas para comer, dormir, fazer sexo, que o homem existe, então, ele não é homem, é um animal”, dizia Sócrates.

Ocorre que, no dia a dia do miliciano, no interior da caserna, por trás dos muros das unidades policiais, esse mesmo profissional que labuta na manutenção da ordem pública, vive amordaçado, tolhido das discussões sociais e políticas, sendo, inclusive, passivo de uma punição exemplar caso ouse contrariar tal “disciplina”. Uma antítese entre o ser livre e a prisão do ser, caso desobedeça às normas que são lastreadas por um discurso de manutenção da disciplina. O que, na prática, limita a própria instituição da evolução, aprimoramento e renovação, onde as ordens emanam dos ombros e não da cabeça, e a persuasão não está no convencimento pela argumentação balizada pelo conhecimento, mas pela imposição absurda que faz com que toda a *polis* seja condenada à escravidão.

Analisando a importância do tema da segurança, compreendemos melhor a dimensão do papel que a polícia desempenha na vida política de qualquer sociedade. A forma de atuação da polícia pode até mesmo definir o caráter do governo, ou seja, se a polícia age de forma repressora, esse governo fica reconhecido como arbitrário, mas se os governantes conseguem controlar a ação

policial, respeitando os direitos fundamentais e os limites legais, o governo recebe o selo de democrático. Isso justifica o fato de que alguns regimes autoritários são chamados de “estados policiais”. Por outro lado, o trabalho policial pode influenciar diretamente a política atuando sobre o comportamento e a liberdade das pessoas, por meio de prisões e detenções, como indiretamente através da legitimação do governo e da participação no desenvolvimento.

A origem da Polícia no Brasil nos remete à chegada da família real, mais precisamente ao ano de 1808, com a criação por Dom João VI da “Intendência Geral de Polícia da Corte” e, um ano após, da “Guarda Real de Polícia da Corte”. A primeira deu origem às Polícias Cíveis, que emergiram do campo do Direito, já a segunda, as Polícias Militares, do campo da Defesa.

Contudo, é oportuno lembrar que essas estruturas não nasceram para o enfrentamento das dinâmicas criminais ou para a garantia dos direitos da cidadania, mas para a manutenção da ordem, aqui interpretada como a necessidade de contenção de distúrbios sociais antes enfrentados diretamente pelas Forças Armadas. Assim, as Polícias estaduais ainda hoje atuam como se exércitos fossem, sendo, constitucionalmente, consideradas forças auxiliares do Exército brasileiro.

No Estado do Ceará, a Força Pública foi constituída em 1918, formada pela Guarda Cívica e pelo Regime de Infantaria ou Regimento Militar, a qual estava subordinada tanto ao Secretário de Justiça como ao Chefe de Polícia e ao Presidente do Estado, conforme Lei nº. 1642, de 8 de novembro de 1918.

O Regimento Militar era “[...] auxiliar do exército de primeira linha, formado e nomeado (por promoção) pelo Presidente do Estado e de praças alistados e voluntários” (MOTA BRASIL, 2000, p. 57), daí, segundo a autora, a constatação de ser histórica a relação e a identidade das atuais polícias militares estaduais com a doutrina do Exército Brasileiro, pois tal relacionamento remonta aos primórdios da proclamação da República, não se restringindo ao regime militar de 1964. Atualmente, o Regimento Militar é chamado de Polícia Militar do Ceará.

A Guarda Cívica tinha a missão de manter a ordem e fazer o policiamento da Capital e, apesar de não ser uma instituição militar, era comandada por um oficial comissionado, escolhido dentre os membros do Regimento Militar, pelo Presidente do Estado, o qual ficava subordinado “[...] diretamente ao Chefe de Polícia com relação às obrigações do cargo que ocupava, mas, disciplinarmente, ao comando do seu regimento de origem” (MOTA BRASIL, 2000, p. 60).

Com a extinção da Chefatura de Polícia, em 19 de abril de 1948, é criada a Polícia Civil de Carreira pela Lei nº. 210, a qual “exercerá ação preventiva e repressiva para a proteção dos direitos individuais e a manutenção da ordem pública”, conforme determina o art. 1º. da mencionada legislação. A Guarda Civil é extinta e incorporada à Polícia Civil, cuja formação hierárquica e disciplinar “se distanciara dos modelos adotados pela Polícia Militar e Guarda Civil, que tinham parâmetro o Exército Nacional” (MOTA BRASIL, 2000, p. 62).

Após a criação da Polícia Civil de Carreira, é regulada a carreira de delegado de Polícia Civil em 28 de dezembro 1967, pela Lei nº. 9.020, cujo requisito para a investidura no cargo era ser bacharel em Direito, onde o provimento inicial se dava por meio de concurso público de provas, de acordo com seu art. 4º., fato que não ocorria antes de sua edição, pois qualquer cidadão poderia ser nomeado para a função. Havia ainda a exigência de frequentar o curso de formação profissional na Escola de Polícia Técnica, que se transformaria, mais tarde, em Academia de Polícia Civil (SOUSA, 2010).

Mota Brasil (2000, p. 79), após avaliar a evolução e a modernização das instituições policiais no Estado do Ceará, no período compreendido entre a criação da Chefatura de Polícia até a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, afirma:

[...] houve toda uma evolução e modernização das forças policiais como a absorção da Guarda Civil pela Polícia Civil de Carreira e a transformação do Regimento Militar em Polícia Militar. Foi uma tentativa [...] de racionalização dos serviços de polícia, embora permaneça a política clientelista disfarçada das chamadas assessorias ou cargos de confiança, que nada mais são do que indicações políticas, e não levam em conta, na maioria das vezes, o mérito do indicado, mas a influência política de quem o apadrinhou para o exercício do cargo ou função. Por outro lado, são cargos que vão acabar

por influenciar na seleção e administração dos quadros de pessoal, responsáveis diretos e indiretos pela execução dos serviços de polícia, enfim, pela política de segurança pública. Ao mesmo tempo, os governos se dizem preocupados em aperfeiçoar e modernizar a máquina administrativa do aparelho de Estado para que acompanhe as mudanças tecnológicas ocorridas na sociedade e no mundo do trabalho. Um desses esforços pioneiros foi o estabelecimento do concurso público para ingresso em todas as carreiras públicas estaduais, no início da década de 80, pelo governo do coronel Virgílio Távora e que o atual governo mantém.

## 2.1 A política de segurança pública no Brasil

A Segurança Pública no Brasil tem como base legal, segundo a Constituição Brasileira de 1988, que é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos e é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Ferroviária Federal; Polícias Civis; Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares<sup>7</sup>. Essas várias polícias no país têm seus limites de atuação confusos, não raro entram em conflitos de atuação e finalidade.

No caso das Polícias Militar<sup>8</sup> e Civil, subordinadas aos Governadores dos Estados, têm como campo de atuação os limites dos estados. No entanto, essas instituições realizam suas atividades de formas distintas, não obstante atuarem no mesmo território. A Polícia Militar é tida como uma polícia ostensiva e responsável pela preservação da ordem pública. Já a Polícia Civil é responsável, ressalvada a competência da União, pelas funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais, exceto as militares. Percebe-se, nessa confusa divisão de responsabilidades, entre duas polícias com seus ciclos de policiamento incompletos, sendo que cada uma é responsável por parte de um todo, é o que podemos classificar de duas “meias polícias”. Como assinalou Medeiros (2004) “está incompleta a conquista democrática da separação institucional Polícia-Justiça e Polícia-Exército”.

Portanto, a Segurança Pública trata das ameaças à ordem pública e à proteção de pessoas e bens, ante a ocorrência do delito. Não sendo um conceito útil

---

<sup>7</sup> Artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil (CF).

<sup>8</sup> No Brasil, as polícias militares e os corpos de bombeiros são forças auxiliares e reserva do Exército. Artigo 144, § 6º, da CF.

para abordar as formas de violência<sup>9</sup> que não são crimes, contudo são relações conflituosas<sup>10</sup>, e que afetam a convivência cidadã<sup>11</sup>.

Nesse sentido, a Segurança Pública limita a ação policial, utilizando como parâmetro o que é tipificado em lei como crime<sup>12</sup>, já que a ordem pública, na realidade brasileira, é conceituada como a manutenção da autoridade sob o império da lei, por meio da obediência dos cidadãos às normas vigentes.

Observa-se que é necessário repensar o quadro atual da Segurança Pública no Brasil, devendo passar por uma ampla reforma nas polícias (Militar e Civil), isso já amplamente discutido na 1ª. Conferência Nacional de Segurança Pública<sup>13</sup>, que apontava para uma possível crise estrutural em grande escala.

A título de exemplo, foi estipulado pela gestão da segurança pública no Estado do Ceará<sup>14</sup>, o número mínimo de 25 (vinte e cinco) abordagens diárias a “pessoas suspeitas”, a serem realizadas pelos policiais militares durante o chamado serviço operacional<sup>15</sup>. O fato é que esse tipo de procedimento operacional padrão que, inclusive, é utilizado como parâmetro para a medição de produtividade da atividade policial, motivou o Ministério Público Estadual a enviar ao Comando da Polícia Militar uma recomendação para que seja imediatamente revogada essa ordem e revisto esse tipo de atuação, sob o argumento de que a abordagem e a

---

<sup>9</sup> Violência aqui conceituada segundo o Dicionário Houaiss, como a “ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); ato violento, crueldade, força”. No aspecto jurídico, o mesmo dicionário define o termo como o “constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem; coação”. Já a Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência como “a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis”.

<sup>10</sup> O conflito é inevitável e inerente à condição humana. Quando explicado, não é patológico, pois a possibilidade de solucioná-lo aparece e a tensão diminui.

<sup>11</sup> Trata da situação de tranquilidade social que permite a todas as pessoas terem uma expectativa razoável de que podem exercer livremente seus direitos individuais e coletivos, sem temer fatos de violência originados de ações individuais ou sociais.

<sup>12</sup> Sob o aspecto formal, podem-se citar os seguintes conceitos de crime: “Crime é o fato humano contrário à lei”; “Crime é qualquer ação legalmente punível” e “Crime é a conduta humana que lesa ou expõe a perigo um bem jurídico protegido pela lei penal”. (<http://pt.shvoong.com/books/239170-conceito-crime/>).

<sup>13</sup> Essa conferência aconteceu no mês de agosto de 2009, tendo atingido, por meio de conferências estaduais, municipais e livres, todo o território brasileiro e contou com a ampla participação da sociedade civil, profissionais de segurança pública e gestores públicos.

<sup>14</sup> Essa gestão teve início em janeiro de 2011 e foi escolhido para comandar a pasta da segurança pública um coronel aposentado da Polícia Militar do Ceará.

<sup>15</sup> Serviço operacional é a atividade fim da Polícia, ou seja, o policiamento ostensivo desenvolvido na cidade.

busca pessoal, sem ordem judicial, só podem ser feitas “se houver fundada suspeita”. O mais grave é que esse tipo de abordagem, além de favorecer a ocorrência de eventuais abusos, pode ferir garantias constitucionais contempladas na Carta Magna brasileira de 1988.

Infelizmente, a polícia brasileira ainda utiliza procedimentos de abordagem extremamente agressivos, abusivos e discriminatórios. Os comandantes justificam essa postura policial como uma atitude de defesa e proteção para o policial que está abordando. No entanto, percebemos vários casos de descontrole emocional por parte desse profissional, em que, por vezes, existe um uso desproporcional da arma de fogo, seja ameaçando o seu uso ou, pior, utilizando essa arma irresponsavelmente, vindo a causar várias vítimas inocentes. Não é à toa que a polícia brasileira é uma das que mais mata no mundo<sup>16</sup>.

Segundo a pesquisadora Silvia Ramos<sup>17</sup>, a abordagem policial constitui um momento em que as pessoas têm contato direto com a polícia na qualidade de cidadãos comuns. Por essas características, as experiências de abordagens são uma fonte potencialmente importante para a geração de imagens e opiniões – positivas ou negativas – sobre as forças de segurança.

Quando questionada acerca da forma em que são feitas as abordagens, a polícia alega que não existem pessoas suspeitas, mas atitudes suspeitas. Porém, na prática policial, essa não é uma realidade. Segundo estudos da Universidade Cândido Mendes, feitos pela pesquisadora acima citada, existe, sim, um perfil do “elemento suspeito”, e esse é geralmente jovem.

Dentre os jovens que participaram do projeto Ronda Cultural, foi perguntado se já haviam sido abordados pela Polícia Militar, sendo que 34% disseram que sim (Gráfico 1). Em seguida, foi perguntado se eles confiavam no trabalho da polícia, e 38% disseram que não (Gráfico 2). A pesquisa do Ronda Cultural não identifica se

---

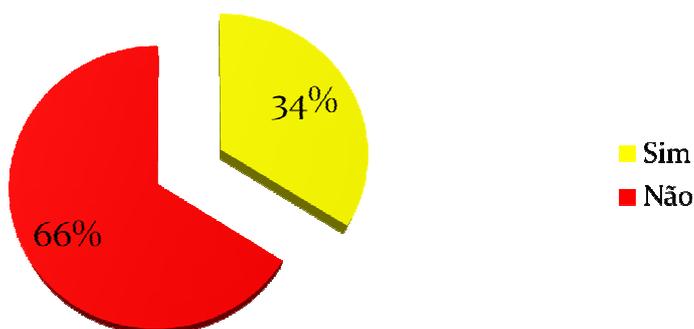
<sup>16</sup> Temos exemplos como a desastrosa operação da PM do Rio de Janeiro que vitimou pessoas dentro de um ônibus dominado por bandidos, vindo a atirar contra o veículo sem adotar as normas de segurança necessárias de preservação da vida de inocentes, fato ocorrido no dia 09/08/2001 e veiculado em toda mídia nacional.

<sup>17</sup> Sílvia Ramos é cientista social e foi subsecretária-adjunta de segurança e cidadania do Governo do Estado do Rio de Janeiro (1999-2000).

esses 38% que disseram não confiar no trabalho da polícia são os mesmos que sofreram a abordagem policial na pergunta anterior.

**GRÁFICO 1**

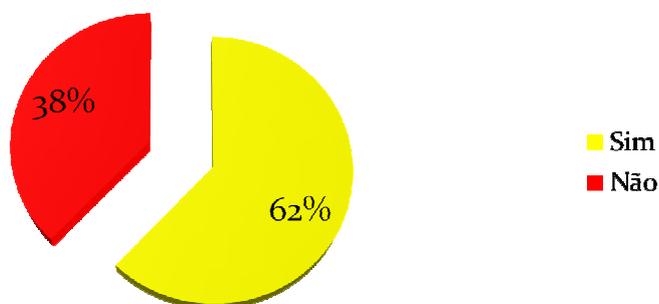
**Coleta Geral**



**FONTE:** Pesquisa elaborada pelo Projeto Ronda Cultural, 2010.

**GRÁFICO 2**

**Coleta Geral**



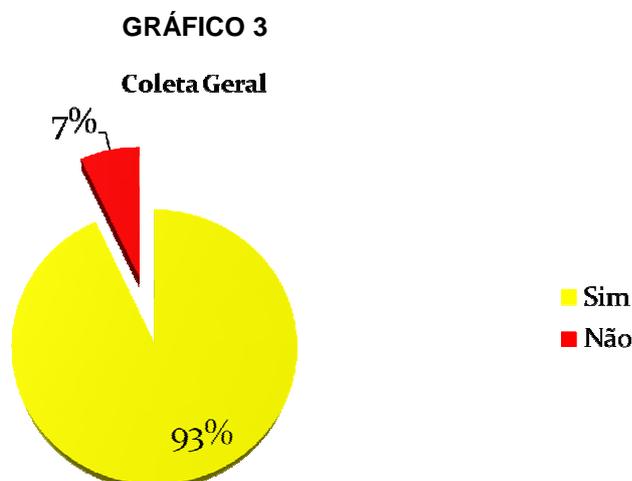
**FONTE:** Pesquisa elaborada pelo Projeto Ronda Cultural, 2010.

Mesmo a pesquisa não apresentando essa relação abordagem *versus* falta de confiança, várias pesquisas apontam a existência de uma visível tensão na relação entre a juventude e a polícia. Essa tensão é gerada principalmente pelas frequentes abordagens realizadas contra esse grupo, o que cria um hiato que distancia cada vez mais os jovens da polícia, levando-os a não suportar a presença policial no seu “território”. O fato é que nem os jovens gostam da polícia, e nem a polícia atua as

atitudes dos jovens, geralmente vistas como uma afronta contra a autoridade policial. É comum observar hostilidade de ambas as partes.<sup>18</sup>

Percebe-se, portanto, que a violência é produto de uma relação social de conflito, que acontece em um território, em um tempo específico e durante rotinas da vida cotidiana, com múltiplos atores diretos e indiretos. Portanto, a violência é plural e multiforme e, da mesma forma as políticas públicas nesta área devem focar o problema de forma geral e não pontual, pensando na antecipação à violência<sup>19</sup>, não elegendo um vilão do crime.

Em relação à participação da polícia em um projeto que utiliza a cultura de rua juvenil (*hip hop*), poderíamos esperar uma grande rejeição por parte da juventude, no entanto, não foi isso que constatamos com o projeto Ronda Cultural. Ao perguntar aos jovens, ainda no questionário inicial do projeto, se eles acham interessante a participação da polícia no projeto, 93% disseram que sim, ou seja, acham interessante a participação da polícia.



**FONTE:** Pesquisa elaborada pelo Projeto Ronda Cultural, 2010.

A resposta acima aponta que existe uma rejeição não da polícia, mas da forma como ela atua, principalmente com relação às abordagens policiais ao público

<sup>18</sup> Em 2005, Sílvia Ramos e Leonarda Musumeci lançaram o livro “Elemento suspeito: abordagem policial na cidade do Rio de Janeiro”.

<sup>19</sup> Antecipação à violência demanda identificar as distintas formas/expressões do conflito, inclusive aquele tipificado como delito, para desenvolver uma estratégia sustentável de redução da violência e medo dos cidadãos.

jovem. Esse resultado merece uma discussão mais complexa, pois sabemos que a sociedade em geral e principalmente os jovens detestam a polícia, por tudo que ela representou e representa como instituição e não há uma distinção, uma separação tão nítida entre a polícia e os policiais, mesmo porque os policiais produzem a polícia que temos, ela não é algo abstrato. Por outro lado, faz-se a distinção entre os bons e os maus policiais.

## 2.2 Polícia e política sobre drogas no Brasil

Nas escolas por onde passou o projeto Ronda Cultural, o tema drogas também foi um dos mais debatidos pelos alunos nas rodas de conversa do “Papo de Rocha”, sendo o segundo tema que eles mais se identificaram. Isso foi constatado na pesquisa feita pelos policiais ao perguntar a 150 alunos participantes do projeto: “Qual o tema transversal com que você mais se identificava?”. A resposta apontou que 28% dos alunos se identificavam com o tema “drogas”.

Infelizmente, essas conversas sobre “drogas” não foram sistematizadas em questionários, como foi feito com os temas *bullying* e sexualidade. No entanto, achamos importante falar um pouco sobre esse tema de forma mais abrangente, até mesmo pela relação que hoje se faz do aumento dos índices de violência com o uso e/ou tráfico de drogas.

Percebemos que muitas pessoas tentam “glamorizar” a figura do traficante, seja em filmes, nacionais ou estrangeiros, bem como em falas que buscam a associação da imagem desse bandido com a do bandido social, uma espécie de *Robin Hood* contemporâneo. Os argumentos se apoiam na tese de que o traficante ajuda assistencialmente os moradores da comunidade, gera “emprego” e renda no local em que ele estabelece sua economia bandida.

A palavra bandido provém do italiano *bandito*, que significa um homem “bandido”, “posto fora da lei”, seja qual for o motivo, ainda que não surpreenda que os proscritos se transformassem facilmente em ladrões. Com relação aos traficantes de drogas, estamos diante de um perigoso bandido, que poderia ser classificado em diversas categorias criminais. Todavia, o tráfico de drogas é um negócio, que é

movido pela oferta e a procura, por isso, responsabilizar apenas quem comercializa é tratar o tema de forma parcial. Tanto usuário como traficante fazem parte de um todo, que é a associação às drogas, a quem se atribui muitos crimes, seja nas ruas ou nos lares.

As estatísticas da segurança pública apontam para um crescimento no número de furtos, roubos e homicídios. A ação social indica um considerável aumento do número de moradores de ruas, prostitutas e menores infratores. A saúde sinaliza para o aumento de casos de tuberculose, abortos e esquizofrenia. A educação vê o crescimento da evasão escolar, queda de notas e violência dentro da escola. O sistema penitenciário não tem mais onde colocar tantos delinquentes, as fugas são recorrentes e o tráfico nas prisões sem controle. O turismo se sente ameaçado com o medo constante dos seus viajantes serem acometidos por algum tipo de agressão, motivada por usuários em crise de abstinência da droga.

Ao sair da esfera governamental e caminhar para dentro dos lares, iremos encontrar famílias completamente destruídas física e emocionalmente. Apenas a fé permanece fortalecida, o que é comum nas grandes catástrofes, talvez reforçada pela impotência das famílias ao verem seus entes queridos escravos das drogas.

Há uma diversidade de olhares sobre a questão da drogadição. Alguns acreditam que esse tema deveria ser tratado não como uma questão de saúde pública, já outra corrente advoga uma ação mais rígida dos órgãos policiais na repressão ao tráfico e consumo de drogas. Nesse sentido, muitos desafios têm sido colocados para a sociedade e para o Estado, no intuito de promover ações e políticas públicas na tentativa de encontrar alternativas para sua compreensão, seu enfrentamento e sua superação.

O Brasil continua a ser usado como um país de trânsito principalmente para a cocaína enviada para a Europa e os Estados Unidos. A cocaína é produzida em países vizinhos (Bolívia, Colômbia e Peru) e posteriormente traficada para o Brasil. Porém, os países nos quais a folha de coca é cultivada não têm a rede de indústrias químicas que o Brasil possui. Nesse comércio ilícito, somente a Colômbia participa com 80% do mercado de cocaína consumida no mundo, entre plantação e refino. No

entanto, é observado um considerável aumento do consumo interno no Brasil, o que faz com que o mercado brasileiro se torne cada vez mais importante para o consumo de cocaína.

O Brasil está entre os 20 países do mundo com o maior índice de apreensão de cocaína e lidera o ranking dos que mais exportam produtos químicos para refinar a droga para a Colômbia. Os dados constam no Relatório Anual da Junta Internacional de Controle às Drogas, órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU). O documento se baseia em informações oficiais repassadas por secretarias, ligadas ao combate às drogas.

O mercado de drogas no Brasil é imenso e causou o crescimento proporcional da rede criminosa que mantém esse mercado abastecido. A maconha é a mais popular droga entorpecente que circula no país e tem ampla produção brasileira. Até meados de 1998, o Estado do Pernambuco era o maior produtor de maconha do Brasil. Tem-se notícia do plantio de maconha em Pernambuco desde a década de 70, mais precisamente numa região conhecida por “Polígono da maconha”<sup>20</sup>.

O governo Federal desenvolveu um programa de erradicação da maconha nas regiões Nordeste e Norte do país. Entre os meses de novembro de 1999 a janeiro de 2000, foi deflagrada a maior operação contra o narcotráfico na região de Pernambuco, que ficou conhecida como “Operação Mandacaru”.

Composta por policiais federais e estaduais e pelas forças armadas, uma força tarefa impôs a autoridade estatal da região do “Polígono”, restaurando a segurança. Durante o trabalho, foram efetuadas prisões de traficantes e assaltantes, queimados milhares de pés de maconha, mudas e sementeiras da erva, além de apreendidas maconha pronta para consumo, armas e cocaína. Porém, mesmo

---

<sup>20</sup> O “Polígono” é uma área de 600 Km<sup>2</sup> que forma um polígono imaginário ligando os municípios de Lagoa Grande, Ouricuri, Serra Talhada e Pedrolândia, composta no total por 51 municípios pernambucanos, todos situados no Sertão.

depois dessa operação, o Estado do Pernambuco continua a ser o maior produtor da erva (maconha) no Brasil, mas já não é mais o maior fornecedor nacional, sendo que a maior parte da maconha consumida hoje no Brasil vem do Paraguai.

Com bases nos dados do levantamento domiciliar de 2002 sobre prevalência anual e no mês anterior do uso de maconha, cocaína e anfetaminas pela população, encomendada pela Secretaria Nacional Sobre Drogas, o Brasil pode ser considerado um país de consumo médio. No caso dos opiáceos e do *ecstasy*, a prevalência é baixa.

Cada país que defenda seus interesses, mas é conveniente que todos o façam. “Existem bons motivos para se preocupar com os narcóticos. Eles movimentam muito dinheiro. Não pagam imposto. E provocam gastos públicos imensos”, avalia o economista francês Michel Schiray, que há dez anos estuda a economia do tráfico. As despesas com o combate às drogas são tantas que expoentes do pensamento conservador, como Milton Friedman, Nobel de Economia, já propuseram sua legalização, o dinheiro poupado seria usado para o tratamento dos dependentes e ainda sobraria, segundo a tese, que reflete, na verdade, a impotência diante de uma atividade que desafia todos os esforços de repressão.

As leis do mercado encontram sua mais perfeita expressão no negócio das drogas. “Os entorpecentes existem há séculos, mas nunca renderam tanto dinheiro”, explica o jurista espanhol Antonio Escotado. “Na antiga Roma, o imposto sobre o ópio representava 15% da arrecadação imperial. No final do século passado, os Estados Unidos importavam 250 toneladas de ópio por ano. Em qualquer mercado negro, os preços vão lá para cima”, teoriza. No início do século, um quilo de heroína, produzida pela mesma Bayer que fabrica a aspirina, custava o preço de um quilo de toucinho. Hoje, um grama do pó é comprado nas ruas de Nova York por 300 dólares. O preço cresce porque inclui suborno de autoridades, transporte por vias tortuosas e uma margem de lucro gordíssima, para compensar as cargas eventualmente apreendidas.

Organizações internacionais de tráfico têm parceiros na rede brasileira do crime organizado, principalmente para o tráfico de drogas e armas e a lavagem de

dinheiro. Drogas ilícitas estão sendo cada vez mais usadas como moeda na compra de armas contrabandeadas. A elevada taxa de homicídios registrada no país deve-se, em grande parte, à fácil disponibilidade de armas contrabandeadas e ao consumo de bebidas alcoólicas e drogas ilícitas.

No caso da maconha, o seu crescimento do fluxo de produção e comercialização no Sertão de Pernambuco fez surgir verdadeiras “organizações” criminosas, ainda não caracterizadas como crime organizado na terminologia rígida, mas como grupos articulados e com ramificações externas que apontam para o Sudeste do país, como ligações com o Comando Vermelho, que atua no tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Essas organizações pernambucanas se intitulam “Comandos Caipiras”.

Polícia e autoridades estão familiarizadas com o drama do consumo, mas poucos sabem sobre a lavagem do dinheiro sujo. Os Estados Unidos estimam que o Brasil lave, por ano, 20 bilhões de dólares do narcotráfico.

Uma das maneiras de encontrar o dinheiro das drogas é seguir os outros esquemas ilegais que existem num país. “Os traficantes sempre se aproveitam de estruturas de corrupção tradicionais, que geralmente contam com a conivência de autoridades”, explica o sociólogo José Luiz Del Roio, do Núcleo de Estudos da Violência da USP. Na Itália, onde o consumo de heroína é um dos mais altos do mundo, a máfia começou a trazer as drogas de carona com o contrabando de ouro. Dois terços das joias que entravam no país desembarcavam ilegalmente sob a vista grossa do governo, porque o contrabando permitia aos joalheiros locais concorrer em preço com os vizinhos suíços. Quando a droga entrou firme de contrapeso, a rede já estava tão forte que não podia mais ser desmantelada.

No Brasil, o combate ao tráfico nas comunidades pobres esbarra nas estreitas relações dos traficantes com os moradores que não têm envolvimento direto com o crime. A base desse relacionamento é uma complexa rede social de ajuda mútua, de caráter paternalista, que envolve sentimentos de medo e proteção. Baseada em códigos próprios de justiça, cuja principal regra é o silêncio, a teia tem o objetivo de

dificultar a ação policial no combate ao tráfico e funciona na base da troca de favores: o bandido ajuda os moradores da comunidade, que os protegem da polícia.

Em Fortaleza, observamos o crescimento do microtráfico, ou seja, a venda de pequenas quantidades de drogas nos bairros periféricos da cidade. Esse tipo de tráfico foi incrementado devido à preferência do uso de crack pelos toxicodependentes.

A sensação de segurança vivida entre os moradores de Fortaleza vem caindo devido aos pequenos delitos praticados, relacionados com o uso/abuso de drogas. Os crimes mais comuns são furto de aparelhos de som dos veículos, roubo de objetos, bolsas e joias de motoristas. Devido à fissura provocada pela abstinência da droga, causando uma grande ansiedade do drogadito para fazer o seu uso, eleva-se o grau de violência desses crimes, podendo, assim, evoluir de um pequeno delito para crimes como o de latrocínio, o que já vem acontecendo repetidas vezes nos cruzamentos dessa grande metrópole brasileira.

As escolas também são atingidas pela essa praga das drogas, pois os jovens compõem o grupo mais vulnerável para o aliciamento para o uso pelos traficantes. Sendo a escola considerada um “celeiro de jovens” é sempre alvo desses bandidos. Por isso, envolver a escola para discutir esse tema sempre será uma boa iniciativa, principalmente quando os protagonistas dessa discussão são os próprios jovens. Foi essa discussão que o projeto Ronda Cultural proporcionou. Mesmo não tendo dados concretos para avaliar a sua eficácia, podemos afirmar que foi válida e louvável a iniciativa.

### **2.3 A segurança nas comunidades**

Interessante como a palavra comunidade tornou-se um sinônimo de igualdade ou solidariedade. Percebe-se que quando proferida ela carrega consigo emoção, um sentimento pacificador. Como cita Bauman (2003) “As companhias ou a sociedade podem ser más; mas não a comunidade”. Falamos de algo que não pode ser

proferido no singular, visto que a comunidade somos nós, e esse “nós” não é privado, mas público. Para Arendt:

[...] o termo público denota dois fenômenos intimamente correlatos mas não perfeitamente idênticos. O primeiro é que tudo o que vem a ser público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. E o segundo é que o termo público significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele (ARENDR, 2008, p.59-62).

O mundo comum, para Arendt, “é o que adentramos ao nascer e o que deixamos para trás quando morremos. (...) é o que temos em comum não apenas com aqueles que vivem conosco, mas também com aqueles que aqui estiveram antes e aqueles que virão depois de nós. Mas este mundo só pode sobreviver à chegada e à partida das gerações na medida em que aparecer em público”. E como, para Arendt, a ação é a atividade política por excelência, ela afirma então que a natalidade, e não a mortalidade, “pode ser a categoria central do pensamento político, em contraposição ao pensamento metafísico. (ARENDR, 2008, p.29)

Percebe-se que, nas comunidades, o público e o privado se interligam, é como se empregassem o termo “*um por todos e todos por um*”, da clássica história dos três mosqueteiros, de Alexandre Dumas, para fortalecer o grupo fragilizado pelo preconceito social. Ou seja, como cita Arendt acima “*são correlatos, mas não são perfeitamente idênticos*”.

Algumas favelas, que vivem o estereótipo da violência fabricada pelos meios de comunicação e consolidado pela sociedade, perceberam que não conseguiriam se livrar desse rótulo de lugar violento sem modificar o nome favela por comunidades. É comum ouvir dos moradores das comunidades, quando discutem o tema violência, deslocarem essa discussão do local (comunidade) para o pessoal (elemento da comunidade). Ou seja, a insegurança não está nos locais, mas nas pessoas que a cometem, que podem ser de qualquer lugar, independente de ser ou não de comunidades.

Contudo, as comunidades precisavam de muito mais para transformar essa visão preconceituosa que a sociedade tem do seu local de morada. Certa vez, a poetisa Adélia Prado escreveu: “Não quero faca nem queijo. Quero a fome”. Foi justamente a fome de justiça, respeito e reconhecimento que motivou os moradores das comunidades mostrarem a necessidade de uma parceria com os órgãos de segurança para construírem, juntos, uma nova forma de intervenção contra a violência com a participação da comunidade.

A sociologia utiliza, nas suas pesquisas, a figura dos “Outros Significantes”. No conceito sociológico, o “outro” pode ser qualquer pessoa que não seja a gente. Porém, gosto da citação do escritor Rubem Alves (2009) ao criar uma nova figura que denominou de “Outros Insignificantes”. Ele os define como aqueles que a gente não dá “a menor bola”. Percebe-se uma diferenciação de atitude comportamental nessa definição, em que os “Outros Significantes” são os que levamos em consideração ao tomar as decisões.

Bauman (2005) previu no seu livro “Vidas Desperdiçadas” que a geração dos anos setenta seria uma massa de gente para quem o capitalismo não podia oferecer nada, a não ser o consumismo desenfreado, o excesso de publicidade e a criação de desejos que geram apenas frustrações. Chamou essa massa humana de refugo humano, surgiu o que denominamos como os “Outros Insignificantes”.

Marginalizados, desprezados, filhos do refugo, incapacitados, desmoralizados, palavras que são sinônimos dos insignificantes. O sentido da insignificância aqui apresentado está relacionado ao desprezo da sociedade pela multidão de despojos humanos que lotam as ruas das grandes cidades e “entopem” as grandes carceragens já lotadas.

Hegel (1806-07), ao expor sua dialética do senhor e do escravo, na seção “a”, do capítulo quatro, da fenomenologia do espírito, no quadro do desenvolvimento da autoconsciência, quando elabora a fenomenologia da vontade como certeza de si, mostra a ambivalência de posições das classes sociais, o que é perfeitamente adaptável à realidade ora vivida em qualquer grande cidade brasileira.

O sujeito insignificante, geralmente morador das ruas ou de favelas (aqui não se aplica o termo comunidade), escravo da situação imposta pela desigualdade social e econômica, ao se defrontar no terreno democrático do asfalto e encontrar o seu “senhor concentrador de bens”, gerador do distanciamento de classes, mantém-se insignificante pela elite que a tropa defende, até se tornar significativo por meio do “dedo mágico” no gatilho de uma arma apontada na direção do “senhor”. O “escravo contemporâneo” reina sobre o “senhor cidadão” inerte diante da arma que o ameaça, através do “senhor absoluto”, a morte.

Esse sujeito insignificante também tem faixa etária, e ela aponta para os jovens (12 a 29 anos), por serem os sujeitos mais expostos às condições de vulnerabilidade e ter elevadas taxas de mortalidade por causas externas, maior exposição ao uso abusivo e tráfico de drogas, entre outras. O Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ-Violência), mensurado pelo Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (publicada em fevereiro de 2013) faz de Fortaleza a 9ª capital onde a sobrevivência dessa população é mais vulnerável.

O que se deve esperar neste admirável mundo novo onde as pessoas se aglomeram nas avenidas para pedir paz, com frases abstratas que causam superficiais impactos emocionais, tendo na sociedade (nunca na comunidade) refugos humanos tentando sobreviver? A resposta é violência.

O individualismo moderno forjou esse estado de coisas que culminou com uma sociedade individualizada. Segundo Castel (apud Bauman, 2005), a sociedade moderna – substituindo as comunidades solidamente unidas e as corporações (que outrora definiam as regras de proteção e controlavam a aplicação dessas regras) pelo dever individual de cuidar de si próprio e de fazer por si mesmo – foi construída sobre a areia movediça da contingência: a insegurança e a ideia de que o perigo está em toda parte são inerentes a essa sociedade.

A violência mostra níveis significativos de temor na população, os quais têm um impacto em áreas tão diversas como: a estrutura de crescimento da cidade (cada vez com mais grades e segregada), a privatização da segurança, o aumento

da desconfiança cidadã e a sensação de impunidade diante do crime. A proliferação de empresas de vigilância particular, paradoxalmente, aumenta a sensação de falta de proteção de muitos cidadãos que têm acesso a esse serviço, bem como daqueles que investem em mecanismos de encerramento e alarmes coletivos.

Porém, o real perigo está nesse medo de influenciar no comportamento das pessoas por meio de notícias propagadas de forma exagerada ou sensacionalista, constituindo o que chamamos de falso medo. O problema é que esse falso medo, que é baseado em estimativas irreais, pode determinar políticas de segurança pública equivocadas.

## **2.4 A Segurança Pública: passado e presente numa mesma política**

Considera-se a etimologia da palavra Polícia, existe comum acordo em ligar o termo ao grego *politeia*. Até Aristóteles, com algumas variações, o termo remete de um lado da cidade (*polis*), enquanto entidade distinta das outras comunidades políticas, de outro àquilo que mantém a cidade em sua unidade, a saber: a arte de governar.

Os romanos tomam de empréstimo aos gregos o termo *politeia* (que corresponde para eles a dois conceitos, o de *res publica*, a “coisa pública”, e o de *civitas*, que designa os “negócios da cidade”), mas o “latinizam” para *politia*, derivado da palavra *polis*, que significa cidade (MONET, 2002, p.20).

Mas, desde o início do século XVIII – o *Traité sur La Police*, de Nicolas Delamare, publicado entre 1705 e 1710, os franceses consideram que a Polícia consiste em assegurar a execução das leis e regras administrativas, e não a regulamentação social ou judiciária de conflitos entre particulares (MONET, 2002, p.21). No início do século XIX, o modelo mais influente de policiamento era oferecido pela França com sua tradição de espionagem política e de uma típica "Polícia de Estado".

Já os ingleses enxergavam no modelo francês algo detestável e os jornais da época - o "The Times", por exemplo, afirmavam em seus editoriais que "nós,

ingleses, preferimos perder nosso dinheiro para um ladrão do que perder nossa liberdade para o Estado". Sendo este país o último na Europa Ocidental a estabelecer uma Polícia profissional.

O idealizador da Polícia de Londres, Robert Peel, só venceu as resistências do Parlamento quando formatou a proposta de uma força policial uniformizada (com sobrecasaca, como os demais funcionários públicos, e de cartola para simbolizar autoridade) e, surpreendentemente, fez com que ela trabalhasse desarmada. Sua orientação para os policiais estimulou a cordialidade no trato com os cidadãos e sublinhou o autocontrole como uma das mais importantes qualidades que todos deveriam manter.

Em 1829, o Parlamento inglês adota a reforma policial e institui a primeira força policial profissional na Inglaterra: a Polícia Metropolitana de Londres, que os londrinos chamam hoje, familiarmente, de *Met* e os amantes de romances policiais, *Scotlant Yard* (MONET, 2002, p.71). Para Adam Smith:

[a] Polícia se identifica com as responsabilidades que as autoridades locais detêm em matérias prosaicas como a salubridade ou a segurança. Foi durante o século XIX que a palavra Polícia ganha na Europa seus significados atuais, através de um duplo movimento de especialização: Especialização policial (Polícia Militar) e judiciária (Polícia Civil) (MONET, 2002, p.23).

O primeiro processo de instalação do modelo de polícias militares nasceu na Irlanda. Ali, forças de polícia locais, inteiramente dedicadas à dominação anglo-protestante, se estabeleceram-se desde o início do século XVIII.

Em 1853, o reino de Piemonte, na Itália, instala, junto aos carabineiros, uma segunda força de Polícia sob o estatuto militar, a Guarda da Segurança Pública (*Guardia di Publicca Sicurezza*), para garantir o policiamento das cidades. Na Espanha, uma força de polícia igualmente militarizada é instituída em 1844, conhecida como Guarda Civil (*Guardia Civil*). Em Portugal, funciona também uma *Guarda Civil* concebida segundo o modelo paramilitar<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Organizações paramilitares são formadas por grupos de indivíduos com formação, estrutura e disciplina semelhante ao de um exército, mas não formalmente parte das forças militares de um

Contraopondo a essa tendência, na Áustria, na segunda metade do século XIX, a Polícia Militar é suprimida. Uma Polícia de guardiães da paz, em uniformes, mas sob o estatuto civil, a substitui. Na Dinamarca, desde 1809, uma instrução governamental ordena ao chefe da Polícia não se limitar a impedir os crimes, mas empregar todos os seus esforços para elucidar os que foram cometidos. Essa nova orientação culmina com a reforma de 1863: o serviço do velho vigia medieval é suprimido; em seu lugar, as autoridades criam um departamento de investigações criminais, conforme o modelo do ramo criminal da polícia londrina, o *Criminal Investigation Department*.

A missão principal e mais antiga missão da Polícia concerne na manutenção da ordem pública, em que se chama tradicionalmente, na França, a *sécurité publique*, na Itália, a *sicurezza pubblica*, e, no Brasil, segurança pública. Missão principal, porque mobiliza os maiores batalhões dos corpos policiais, em especial, os agentes uniformizados. Principal, ainda, porque concerne a vida cotidiana das pessoas que, em sua maioria, jamais conhecerão a polícia a não ser sob esse aspecto. Principal, também, porque é a mais antiga das missões policiais, descendendo em linha direta das primeiras formas de organização policial nas cidades medievais (MONET, 2002, p.105).

Na América Latina, existem diversas instituições policiais. Por um lado, estas podem ser caracterizadas por seu âmbito de ação: nacionais (como Carabineiros no Chile ou a Polícia Nacional da Colômbia), regionais (em países federais como o México, o Brasil e a Argentina) e, inclusive, locais (alguns municípios contam com forças policiais próprias). Por outro lado, podem ser classificadas conforme com seus objetivos específicos: há instituições dedicadas unicamente à investigação policial (como a Polícia Judiciária de Córdoba ou a Polícia Civil brasileira) ou aquelas dedicadas à prevenção e controle da criminalidade.

---

Estado. Organizações paramilitares podem ou não servir os interesses do Estado e são geralmente proibidos. Entre os seus membros, podem ter: policiais, mercenários, membros do esquadrão de assalto ou grupos de segurança privados.

No Brasil, a Polícia começou oficialmente no dia 10 de maio de 1808, bem como, a sua divisão em militares e civis. Com a chegada da família real ao Rio de Janeiro, Dom João VI<sup>22</sup> nomeou o desembargador, advogado e ouvidor da Corte, Paulo Fernandes de Viana, ao cargo de intendente geral de Polícia. Seria o que corresponde hoje às atribuições de um prefeito com um secretário de segurança pública. Sua missão incluía, além de policiar as ruas, aterrar pântanos, organizar o abastecimento de água, melhorar a iluminação pública, coleta de lixo e esgoto, construir estradas, pontes, praças e passeios públicos (GOMES, 2008, p.229).

Em 1831, o então regente, Padre Antônio Diogo Feijó, autoriza a criação dos corpos policiais civis e militares<sup>23</sup> nas províncias. Com a proclamação da República em 1891, o Brasil transforma suas províncias imperiais em estados regionais. Esse federalismo, mesmo que apenas formal, exigia dispositivos de dissuasão e mediação política e econômica com o poder central, a União. Montam-se pequenos exércitos estaduais - forças públicas, guardas, brigadas e outras designações do gênero consoantes à tradição ou cultura local (MIR, 2004, p. 418).

A Polícia Militar brasileira possui suas origens na Guarda Real portuguesa, de onde assimilou a estética militar, fundamentada na hierarquia e disciplina. Para Foucault, o poder disciplinador é, com efeito, um poder que, em vez de se aprimorar e de retirar, tem como função maior “adestrar” ou, sem dúvida, adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor (FOUCAULT, 1987, p. 143). Como a história brasileira foi construída por levantes internos, por meio dos quais seus líderes buscavam a legitimação do poder pela intimidação da população por meio de seu braço armado, que era a Polícia Militar, isso fez com que a imagem dessa instituição fosse associada à repressão e à violência. Foucault faz a seguinte citação com relação à formação dessas instituições:

O regime napoleônico não está longe e com ele essa forma de Estado que lhe subsistirá e que não se deve esquecer que foi preparado por juristas, mas também por soldados, conselheiros de Estado e oficiais baixos, homens de lei e homens de acampamento. A referência romana que acompanha essa formação inclui claramente esse duplo índice: os cidadãos e os legionários, a lei e a manobra. Enquanto os juristas procuravam no

---

<sup>22</sup> Com a chegada de Dom João VI ao Brasil, pelo Alvará de 21 de abril de 1808, criou-se o Conselho Supremo Militar e de Justiça.

<sup>23</sup> A Provisão de 20 de outubro de 1834 previa crimes militares, que foram separados em duas categorias: os praticados em tempo de paz e os praticados em tempo de guerra.

pacto um modelo primitivo para construção ou a reconstrução do corpo social, os militares e com eles os técnicos da disciplina elaboravam processos para coerção individual e coletiva dos corpos. (FOUCAULT, 1987, p.142).

Na história recente brasileira, a manutenção da ordem social era o objetivo maior das polícias militares. Esse conceito sofreu forte influência do período em que o país foi comandado pelos militares<sup>24</sup>. Nesse momento foi criada a figura do “inimigo interno” e do “subversivo” que ameaçavam essa ordem, o que justificava uma Polícia com padrões militares.

Atualmente, o paradigma da segurança pública no Brasil está pautado no princípio de que a violência e a criminalidade são agressões contra o Estado. Nesse paradigma, o Estado deve responder por meio da sua força policial com o intuito de prender quem atentou contra a ordem pública. A vítima toma forma de pessoa jurídica, deixando de ser uma pessoa física. Nesse viés, o crime deixa de ser pessoal, transformando-se em um percentual que deve ser reduzido. Nesse tipo de abordagem, o modelo militar para as polícias se torna melhor de ser administrado pelo poder central, o qual tem como objetivo final o encarceramento, sendo esta a forma mais usada para mensurar os resultados.

Mesmo utilizando a manutenção da ordem pública como justificativa do emprego policial, a influência da manutenção da ordem social, utilizada no período da ditadura militar, ainda serve como doutrina no emprego das ações policiais nos moldes militares. A figura do “inimigo interno” e do “subversivo”, que antes era formada por intelectuais, estudantes e integrantes de partidos políticos opositores à ideologia política reinante, hoje é formada pelos usuários e traficantes de drogas, os moradores de rua e todo aquele que possa ameaçar o desenvolvimento da nova ideologia econômica.

Esse modelo de proteção social, em que se destaca a vigilância e o controle hierarquizado de estrutura militar, é o que Foucault chama de Panoptismo. Para ele, cada vez que se trata de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma

---

<sup>24</sup> Nesse período, todos os direitos políticos foram cassados e se instalou uma ditadura no País. Porém, diferente de outras ditaduras instaladas na América Latina, no Brasil não predominou a figura de um líder, mas de vários militares das Forças Armadas que se alternavam no poder.

tarefa ou um comportamento, o esquema panóptico pode ser utilizado. (FOUCAULT, 1987, p. 170).

Em suma, as polícias brasileiras fazem uso da máquina panóptica como dispositivo de vigilância e controle social, mas, como nos lembra Heloisa Fernandes (1989), não podemos esquecer a paixão destas pelo espetáculo, exibição e mobilidade nos espaços esquadrihados da cidade, as polícias brasileiras se fazem, principalmente, pelo “acting out” das suas práticas de poder e violência. “Aqui, muitas vezes, o olhar (esópico) precipita-se e passa ao ato” (FERNANDES, 1989, p. 123).

Isso posto, historicamente, no Brasil, a forma mais predominante de combate ao crime é por meio do policiamento ostensivo, com a atuação da Polícia Militar. Essa modalidade de policiamento, independente da sua importância, implica em um significativo investimento financeiro, e não é garantia de diminuição da criminalidade. Percebe-se, na maioria das vezes, que não são analisadas as motivações que impelem os indivíduos a delinquir, criando a possibilidade da existência de comportamentos discriminativos em relação aos pobres e aos mais vulneráveis.

A instituição policial deveria ser um corpo profissional capaz de desenvolver iniciativas de prevenção, controle e investigação criminal de forma eficaz e eficiente. Lamentavelmente, em alguns casos, é a própria opinião pública que pressiona para destinar mais policiais para o policiamento ostensivo, fato que gera uma redução dos períodos de capacitação do corpo policial. Embora haja elementos específicos a serem enfrentados, como a quantidade de anos de escolaridade exigidos para ingressar e se formar na instituição, o que é relevante e primordial é redefinir que tipo de polícia precisamos. Sobre isso, a Professora Glaucíria Mota Brasil faz o seguinte comentário:

Na atual conjuntura, observa-se que os esforços dos governos em alterar as feições das forças policiais através da proposta de políticas públicas de segurança com ênfase em programas de cidadania e de direitos humanos, não têm conseguido, em curto prazo, mudar a cultura autoritária que ainda grassa nesses organismos devido à manutenção de uma cultura corporativa refratária que está presente nos princípios, códigos e estatutos que orientam as práticas policiais e que não se coadunam com os dispositivos do Estado Democrático de Direito. A manutenção dessa cultura tem

conseguido guetizar os projetos de reforma, propostos para área da segurança pública e outras vezes minimizar seus efeitos sobre as práticas policiais (MOTA BRASIL, 2008, p.125).

A polícia comunitária é uma modalidade de policiamento com o viés de aproximação da polícia com a comunidade, tendo sido usada em vários países e adaptada por algumas polícias no Brasil. Embora a ideia de gerar instituições policiais com uma maior e melhor relação com a comunidade seja um excelente ponto de partida para as mudanças necessárias no interior das instituições policiais, o conceito de “polícia comunitária” tem sido utilizado para denominar experiências diversas e inclusive distantes do objetivo mesmo do “*community policing*”, desenvolvido nos Estados Unidos ou a “polícia de proximidade”, francesa. De fato, na maioria dos casos brasileiros, encontra-se difundida, em pequenos grupos, no interior da instituição policial, um batalhão ou companhia, dedicado à “comunidade” e o restante do pessoal mantém as mesmas práticas tradicionais.

O conceito do policiamento comunitário cresceu a partir da concepção de que a polícia poderia responder de modo sensível e apropriado aos cidadãos e às comunidades. Tal perspectiva não é totalmente nova. Artur Woods, que foi Comissário de Polícia de Nova Iorque de 1914 a 1919, talvez tenha sido o primeiro americano a propor uma versão comunitária do policiamento. A brilhante ideia por ele sugerida expressa, em uma série de conferências na Universidade de Yale, era inculcar, nas camadas rasas de policiamento, uma percepção da importância social, da dignidade e do valor público do trabalho do policial. Ele estava convencido de que um público esclarecido beneficiaria a polícia de duas maneiras: o público ganharia um respeito maior pelo trabalho policial se os cidadãos entendessem as complexidades, as dificuldades e o significado dos deveres do policial; e, através dessa compreensão, o público estaria disposto a promover recompensas pelo desempenho policial consciente e eficaz (SKOLNICK, 2006, p.57).

No Ceará, a primeira experiência de policiamento comunitário se deu no período conhecido como *bella époque* (1860 a 1930). Nesse período, a capital cearense, Fortaleza, teve uma grande influência europeia, mais particularmente francesa, no comportamento dos seus cidadãos. Nos primeiros anos da República, no Ceará, principiou a ascensão do bacharel Nogueira Accioly rumo à Presidência

do Estado e à constituição de sua oligarquia, uma das mais duradouras (de 1896 a 1912). Esse período foi bastante turbulento, com uma série de protestos populares nas ruas de Fortaleza. No dia 21 janeiro de 1912, houve uma passeata contra o governo Accioly que reuniu 600 menores de idade, tendo acontecido o inesperado. A Polícia Militar, por meio de sua cavalaria, marchou contra a multidão de jovens e crianças, atropelando e pisoteando quem encontrasse pela frente. Resultado foi a morte de uma criança e mais uma dezena de feridos. Isso principiou o enfrentamento armado entre civis e militares, culminando com a renúncia de Nogueira Accioly (PONTE, 2010, p.53).

Após a sua renúncia assumiu, o governo Franco Rabelo, que iniciou a implantação de uma prática policial mais disciplinadora e menos repressiva. O ano de 1918 foi o marco inaugural dessa tentativa de transformar o conceito e a prática policiais, pautadas no poder da disciplinação moral e social como meio para se atingir uma sociedade segura e ordenada. Coube à liderança dessa nova polícia ao bacharel José Eduardo Torres Câmara. Para o novo chefe de polícia, o poder policial deveria ser, antes de qualquer ato de força, praticado com proporcionalidade. O expediente da repressão só seria utilizado quando os recursos preventivos se mostrassem ineficazes.

Nessa perspectiva, iniciou a implantação do primeiro modelo de policiamento comunitário no Ceará, e talvez no Brasil, com o ingresso nas fileiras da Polícia Militar cearense de policiais mais bem instruídos, firmes, mas persuasivos o bastante para manter a ordem pública. Citando o exemplo de um policial inglês que, em 17 anos de serviço, nunca precisou usar sua arma, Torres Câmara sonhava em formar um novo tipo de policial, que conquistaria confiabilidade e simpatia públicas, como o popular “Bobby” da polícia londrina. Esse modelo persistiu até 1930. Vale citar o comentário da revista Jandaia, publicada em 1925, quando faz elogioso artigo a respeito da polícia cearense, cuja atuação tinha o respeito e a admiração da população: “Sem dúvida, uma polícia ideal: instruídos, delicados, um asseio irrepreensível no vestir, a maneira porque cumprem e executam as ordens dos chefes... O Ceará, nesse ponto, é uma terra felicíssima e quase inigualável”.

No ano de 2007, após esse grande lapso temporal, mesmo com algumas tentativas pontuais e frustradas de reviver essa modalidade de policiamento nos anos que compõem esse período de pausa, renasce mais uma vez como proposta de um governante a implantação do modelo de policiamento comunitário na Polícia cearense, com os mesmos objetivos da *belle époque*, voltando-se às ações que aproximavam o policial da comunidade. Nascia o Programa Ronda do Quarteirão.

O Programa Ronda do Quarteirão tinha a intenção de propor ações transformadoras no âmbito da segurança pública. O Ronda fundamentou-se estrategicamente a partir da delimitação do problema, “*a criminalidade no Ceará alcançou dimensões inaceitáveis*”, bem como, na análise dos possíveis fatores determinantes, que influenciam significativamente no problema, tais como:

- Condições sócio-econômicas desfavoráveis (desigualdade de renda, pobreza, baixo nível educacional, dentre outros);
- Um modelo de segurança que paulatinamente perdeu a capacidade de lidar com o aumento da criminalidade;
- Reduzida integração entre as instituições que compõem o sistema de segurança pública, e entre elas e a comunidade.

O programa elegeu como centro de confluência dos interesses comuns de segurança um núcleo urbano geo-referenciado, com uma área de proporções médias de 3 km<sup>2</sup>, considerada como ideal para a atuação do policiamento, situada entre a escala maior, representada pelos bairros, e a escala menor, representada pelas ruas. Para cada área existe um número de telefone que corresponde ao número da viatura. Partindo dessa premissa, e com a implantação do projeto piloto, que ocorreu inicialmente em (05) áreas, foi estabelecido o marco zero, ponto onde foram computadas todas as informações estatísticas de cada região, montando-se uma radiografia do local, que serviu para parâmetro comparativo no monitoramento do projeto.

No início, a proposta do programa Ronda do Quarteirão era de uma atividade policial que instituiu como base fundamental o diálogo da polícia com a comunidade

e estabeleceu uma relação de atenção. O policial que participava do programa atuava como um mediador de conflitos sociais.

O programa tratou de uma iniciativa que visou resgatar o apoio e a confiança da população nos dispositivos policiais, bem como, estabelecer aproximações da comunidade ao cotidiano das atividades policiais. A aceitação popular foi imediata e os elogios ao novo modelo policial era propagado repetidas vezes pelos órgãos de imprensa. No entanto, tal qual aconteceu com o modelo da *belle époque*, esse modelo não resistiu à pressão daqueles que queriam manter o modelo tradicional de fazer policiamento e infelizmente esse programa não caminhou para se estabelecer como modalidade de policiamento comunitário. Hoje o programa Ronda do Quarteirão é mais uma modalidade de policiamento ostensivo repressivo.

### 3. PROJETO RONDA CULTURAL

Diariamente, os jornais escritos e televisivos veiculam notícias de violência que assustam o país. Ações de grupos organizados, chacinas, assaltos, violência familiar e entre vizinhos, violência nas escolas, entre várias outras. Esses fatos não estão restritos apenas aos grandes centros, mas à quase totalidade das cidades brasileiras e gera um sentimento de grande insegurança entre todos os brasileiros, que se trancam nas pequenas fortalezas nas quais transformaram suas casas e sentem medo de transitar normalmente pelas ruas.

As Polícias, Militar e Civil, órgãos do Estado responsáveis pelo policiamento repressivo e preventivo, agentes de segurança pública, muitas vezes, encontram dificuldades no desenvolvimento de seu *mister* em face do medo e da desconfiança causados por alguns poucos profissionais corruptos que prejudicam a imagem desses profissionais. Essa barreira invisível criada entre os agentes da segurança pública e a população dificulta a cooperação entre eles no sentido da realização de denúncias, na cooperação para o bom desenvolvimento de ações de segurança que objetivem prevenir e reprimir a violência atualmente existente.

O estigma negativo que às vezes acompanha a ação dos policiais, como: violentos, agressivos, corruptos, autoritários, contribui para criar barreiras de comunicação e confiança entre esses profissionais e a população (Costa, 2004).

Bengochea e outros (2004, p. 119) questionam a possibilidade de uma polícia diferente em uma sociedade democrática. Para eles, essa possibilidade passa por alguns eixos: por mudanças nas políticas de qualificação profissional, por um programa de modernização e por processos de mudanças estruturais e culturais que discutam questões centrais para as polícias, como as relações com a comunidade, contemplando a espacialidade das cidades; a mediação de conflitos do

cotidiano como o principal papel de sua atuação; e o instrumental técnico e valorativo do uso da força e da arma de fogo.

No modelo tradicional de polícia, a força tem sido quase o único instrumento de intervenção, sendo usada frequentemente da forma não profissional e desqualificada, às vezes até à margem da legalidade. Para haver um outro modelo de polícia, argumentam que é preciso centrar sua função na garantia e efetivação dos direitos fundamentais do cidadão e na interação com a comunidade, estabelecendo a mediação e a negociação como instrumentos principais (Bengochea e outros, 2004, p. 119 – 120). Para os autores (2004, p. 120):

No momento em que começa a existir essa transformação política e social, a compreensão da sociedade como um ambiente conflitivo, no qual os problemas da violência e da criminalidade são complexos, a polícia passa a ser demandada para garantir não mais uma ordem pública determinada, mas sim, os direitos, como está colocado na constituição de 88. Nesse novo contexto, a ordem pública passa a ser definida também no cotidiano, exigindo uma atuação estatal mediadora dos conflitos e interesses difusos e, muitas vezes, confusos. Por isso, a democracia exige justamente uma função policial protetora de direitos dos cidadãos em um ambiente conflitivo. A ação da polícia ocorre em um ambiente de incertezas, ou seja, o policial, quando sai para a rua, não sabe o que vai encontrar diretamente; ele tem uma ação determinada a fazer e entra num campo de conflitividade social. Isso exige não uma garantia da ordem pública, como na polícia tradicional, sustentada somente nas ações repressivas, pelas quais o ato consiste em reprimir para resolver o problema. O campo de garantia de direitos exige uma ação mais preventiva, porque não tem um ponto determinado e certo para resolver.

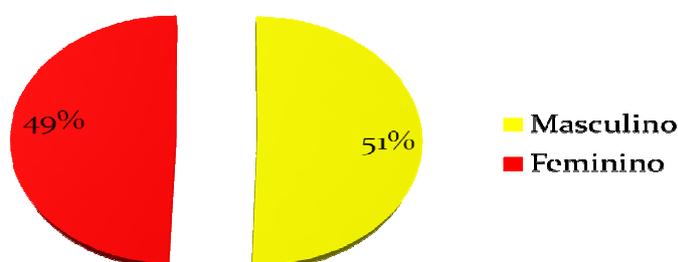
Deve-se ter sempre clara a ideia de que a sociedade é complexa, ocorrendo conflitos de diversos tipos todos os dias, e que para a resolução deste, os órgãos de segurança pública devem utilizar ações diferenciadas. A polícia não pode utilizar um procedimento padrão, único, para todas as formas de conflito, ela precisa ter a capacidade de ampliar o espaço de decisão nas escolhas de ações e intervenções para cada fato que enfrenta. Assim, a postura mediadora passa a ser uma função importantíssima na ação da polícia (Bengochea e outros, 2004, p. 120).

O Projeto Ronda Cultural (anexo 1) foi criado na Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), mais especificamente, com o aval do então secretário da segurança pública do Estado do Ceará, Roberto Monteiro, e tinha como objetivo principal aproximar a polícia da juventude por meio do diálogo. Teve

duração de um ano (2010), sua metodologia de trabalho com os alunos era por meio de oficinas e conversa em grupo, com uma carga horária de 80 horas de aula, distribuídas, no período de um mês, em escolas selecionadas pela Secretaria de Educação do Estado. Essas oficinas foram realizadas em 10 escolas e funcionavam no contra turno dos alunos, ou seja, os alunos que estudavam pela manhã participavam das oficinas à tarde, e os alunos que estudavam à tarde vinham pela manhã.

O período de realização da pesquisa que subsidia o presente trabalho foi de junho a dezembro de 2010 e o *lócus* da pesquisa compreende 6 (seis) escolas <sup>25</sup> públicas do Estado do Ceará, onde se realizaram as oficinas no segundo semestre de 2010. Nessas escolas, 617 alunos se inscreveram para participar das oficinas do “Ronda Cultural”, sendo 312 do sexo masculino e 305 do sexo feminino.

**GRÁFICO 4**  
**Nº de Inscrições Totais**  
**(NT = 617)**



**FONTE:** Pesquisa elaborada pelo Projeto Ronda Cultural, 2010.

O *hip hop* foi o meio utilizado para atrair os alunos para participar do projeto que também trabalhava transversalmente quatro temas: violência/criminalidade, drogas, sexualidade e *bullying*.

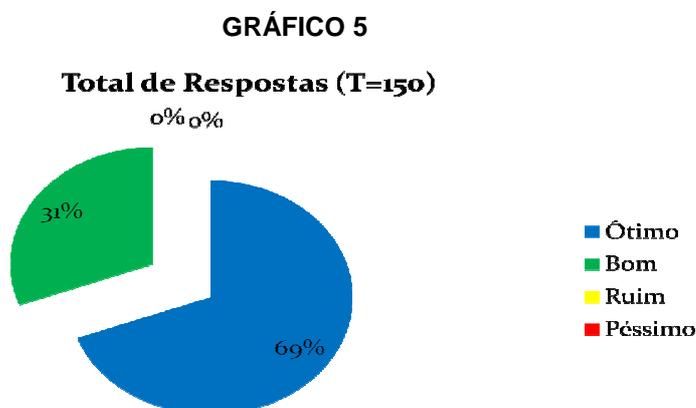
A execução do projeto foi dividida em duas fases. A primeira, das atividades introdutórias, quando o projeto é apresentado para toda a comunidade estudantil.

<sup>25</sup>Escolas de Ensino Fundamental e Médio: Paulo Ayrton de Araújo; Luíza Távora (PROMORAR); Deputado Paulino Rocha; Deputado Paulo Benevides; Professora Maria Gonçalves e; Constança Távora.

Esta fase visa alcançar quatro objetivos básicos, quais sejam: compartilhar com a direção e o corpo docente da escola os objetivos do projeto Ronda Cultural; sensibilizar os alunos para participarem das oficinas e seleção dos candidatos; obter a autorização dos pais dos alunos selecionados para iniciar as oficinas.

A segunda fase era das atividades curriculares: realização da oficina de *hip hop* e aplicação dos questionários avaliativos. Ainda dentro da oficina eram discutidos, por meio de uma roda de conversa denominada “Papo de Rocha”<sup>26</sup>, os temas transversais.

Os recursos materiais usados nas oficinas diferem dos equipamentos tradicionalmente utilizados no treinamento policial. O Ronda Cultural utilizou equipamentos que se identificavam com o *hip hop*, e os policiais “lançaram mão” dos sprays de grafite, aparelho de som para o DJ, além de utilizarem roupas apropriadas para a dança do *break*. Visando saber se esses materiais eram apropriados para serem utilizados nas oficinas, 69% dos 150 entrevistados disseram ser ótimo e 31% ser bom.



**FONTE:** Pesquisa elaborada pelo Projeto Ronda Cultural, 2010.

Como o objetivo principal do projeto era perceber se houve ou não a aproximação entre polícia e juventude, bem como, se mudou a visão dos jovens em relação à polícia, foram aplicados dois questionários, um no início e outro no final das oficinas. A pergunta central desse questionário tinha como objetivo medir se houve ou não mudança de visão e uma possível aproximação da juventude com a polícia: “Qual a imagem que você tem da polícia?”.

<sup>26</sup> Falaremos mais sobre o “Papo de Rocha” no item 2.2 e no capítulo 3 deste trabalho.

No encerramento da oficina, era realizada a apresentação artística com a participação dos jovens e os policiais. Nesse momento, os alunos cantam o *rap* produzido na oficina, bem como fazem uma apresentação de dança. Esse é o momento de interação dos alunos do projeto com o restante dos alunos da escola.

No final do ano letivo de 2010, foi gravado um CD com todas as músicas produzidas nas oficinas (anexo 2) e feito um grande evento de encerramento, contando com a participação de todas as escolas contempladas no projeto Ronda Cultural. Também foi produzida uma revista pelos jovens que conta em forma de quadrinhos, uma história sobre o projeto (anexo 3).

O presente capítulo ainda aborda a importância do *hip hop* na execução do Projeto Ronda Cultural e como foram desenvolvidas as rodas de conversas, denominadas de “Papo de Rocha”.

### 3.1 Cultura *hip hop*

Originalmente, o *hip hop* é um conjunto de manifestações culturais: um estilo musical, o *rap*<sup>27</sup>; uma maneira de apresentar essa música em shows e bailes que envolvem um DJ<sup>28</sup> e um MC<sup>29</sup>; uma dança, o *break*<sup>30</sup>; e uma forma de expressão plástica, o grafite<sup>31</sup>. Também cabe, portanto, a caracterização do *hip hop* como uma cultura de rua, que é o conceito mais utilizado pelos seus próprios integrantes.

Dos alunos que participaram do projeto, 78% já conheciam o *hip hop* (Gráfico 6). Ao final das oficinas, foi novamente perguntado sobre o *hip hop*, porém, dessa

<sup>27</sup> Abreviatura de *rythm and poetry* (ritmo e poesia). Estilo de música em que um DJ e um ou mais *rappers* se apresentam cantando sobre uma base instrumental a letra falada ou declamada. Há vários tipos de rap: def, bass, miami, hip-house, ragamurf etc.

<sup>28</sup> Abreviatura de disc-jóquei. No universo do rap, é aquele que faz os efeitos sonoros da música, como os scratches, que são os efeitos sonoros produzidos pelo atrito entre a agulha do toca-disco e o próprio disco.

<sup>29</sup> Abreviatura de *master of ceremony* (mestre de cerimônias). *Rappers* que cantam e animam os bailes.

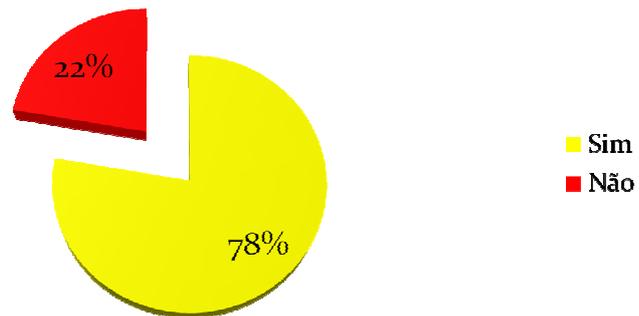
<sup>30</sup> Dança de solo, praticada em rodas, como a capoeira. Os movimentos são quebrados e assemelham-se, basicamente, aos gestos de robôs.

<sup>31</sup> Pintar ou desenhar (com spray ou tinta) muros, painéis, túneis etc, com logotipos ou desenhos relacionados com o movimento hip hop. Utiliza letras tortas ou engarrafadas que fazem com que, muitas vezes, apenas os grafiteiros entendam o que está escrito.

vez, a pergunta foi sobre o elemento do *hip hop* com o qual eles se identificaram, sendo apontado o grafite como a modalidade de maior interesse(Gráfico 7).

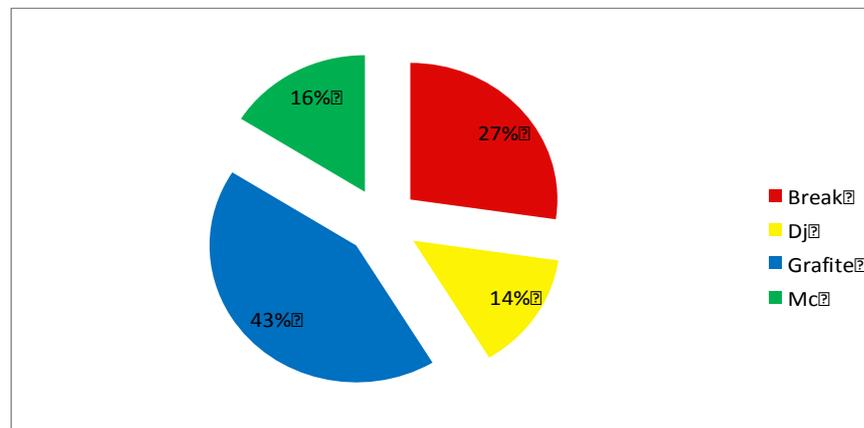
**GRÁFICO 6**

**Coleta Geral**



**FONTE:** Pesquisa elaborada pelo Projeto Ronda Cultural, 2010.

**GRÁFICO 7**



**FONTE:** Pesquisa elaborada pelo Projeto Ronda Cultural, 2010.

Essa cultura, como forma de identificar a origem dos jovens que vivem em situação de exclusão social, é capaz de se contrapor aos conflitos. Portanto, com o *hip hop*, a cultura passa a ter caráter, também, de justiça social como condição indispensável ao desenvolvimento humano, pensada a partir de um estado social de direitos e da ampliação de sua presença.

Percebe-se que esse tipo de intervenção não é novidade na sociedade, desde os jogos de *justa viris*, oriundos da Idade Média, na Europa, até os dias de hoje, com os “embaladores” no Nordeste brasileiro, além de numerosas tradições tribais no restante do mundo, todos têm justamente uma função de resolução de conflito por meio da arte.

O *hip hop*, como manifestação cultural contemporânea, mesmo aparentando uma violência verbal, pretende ser inicialmente cômico, lúdico e simbólico, mas, acima de tudo, uma forma de verbalização dos jovens das suas angústias, frustrações e revoltas. A *gangstar culture do bad boy*<sup>32</sup>, os insultos, as obscenidades, o egocentrismo são a realidade cotidiana e provém também da cultura oral negra pós-escravidão, na qual o enfrentamento serve antes de tudo para desafogar e zombar, mas sempre com respeito mútuo (BEAU, 2008<sup>33</sup>).

Há muitas definições para o termo cultura; contudo, compreendemos que cultura é a forma de manifestação de um povo. Um conjunto de costumes que orientam as relações. O *hip hop* é uma cultura de rua que é desenvolvida nas grandes metrópoles mundiais e que vem adquirindo enorme visibilidade. Tida como um movimento<sup>34</sup>, a cultura *hip hop* foi inventada por jovens afro-americanos a partir de influência afro-jamaicana, no entanto, percebe-se que o *hip hop* é constantemente reinventado nas periferias das cidades do planeta e que tem não só garantido aos jovens dessas áreas o resgate da autoestima, a sensação de pertencimento a um grupo, como também tem preenchido lacunas deixadas pelo sistema educacional.

---

<sup>32</sup> Gênero de rap norte-americano que faz apologia do modo de vida dos *gangsters* dos guetos negros. Ridiculariza a Polícia e glamoriza as atividades ilícitas e criminais. No Brasil, há poucos grupos representantes desse estilo.

<sup>33</sup> Marie Agnès Beau é psicóloga e atua na indústria fonográfica francesa. Suas experiências em aliar produção cultural com mídia e poder público, especialmente em escolas, mostram como o *hip hop* pode gerar o desenvolvimento pessoal, educacional e social, além de promover artistas e novos talentos. Ela fez essa apresentação no Seminário Internacional de ações culturais em zonas de conflito – Antídoto, do Itaú Cultura, 2008.

<sup>34</sup> Em sua tese, *Movimento negro juvenil: um estudo de caso sobre jovens rappers de São Bernardo do Campo* (1996), a educadora Eliane Nunes de Andrade define o *hip hop* como um movimento social que engloba certa forma de organização política, social e cultural do jovem negro. Elaine Andrade disserta, em cerca de cem páginas, sobre o porquê de escolher a palavra “movimento” como a definição conceitual mais apropriada para entender o *hip hop*. Segundo a autora, é o conceito que permite uma análise mais abrangente de sua ação social. A maioria dos teóricos que estudam o assunto adota a mesma definição.

Se historicamente a cultura da elite se distanciou da cultura da maioria da população, por ser feita pela e para a burguesia, nas últimas décadas, a indústria cultural<sup>35</sup> recolheu elementos da cultura popular e da cultura erudita, dando origem a uma cultura que não está ligada necessariamente a nenhum grupo social, mas que se configura como produção mercantil a ser consumida em larga escala (PAIS, 2004, p. 129).

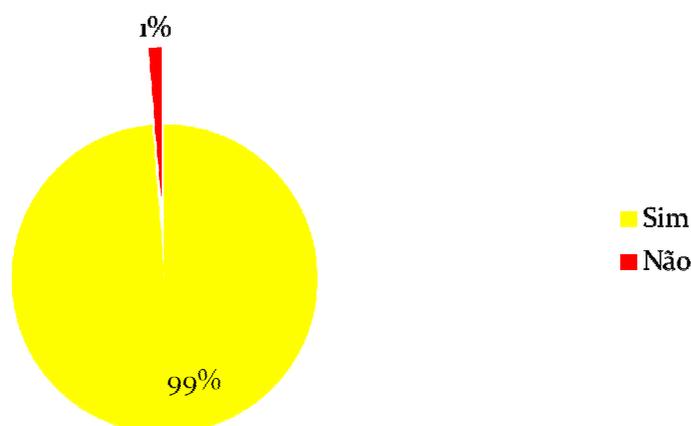
A cultura como raiz, como força de um povo, passa a ser menos importante. Assim, toda manifestação cultural que escapa do modelo imposto é marginalizada ou proibida, até criminalizada. Criminalizar uma cultura é o mesmo que criminalizar um povo. Essa é a forma de agir de quem detém o poder para manter seu *status quo*. Mas a cultura, por ser raiz, brota, se espalha e, enquanto houver um sobrevivente, ela vive. Dessa forma, podemos dizer que os jovens da periferia cantam, dançam, compõem, tocam e expressam o grito de vida de um povo que enterrou muitos dos seus, de um povo que teve sua cultura sufocada, de um povo criminalizado, mas um povo que vive e busca a verdade e a justiça (PAULINO, 2008, p. 36).

O termo *hip hop*, que significa, numa tradução literal, movimentar os quadris, foi criado pelo DJ Afrika Bambaataa, em 1968, para nomear os encontros dos dançarinos de *break*, DJs (disc-jóqueis) e MCs (mestres de cerimônia) nas festas de rua no bairro do Bronx, em Nova York. Bambaataa percebeu que a dança seria uma forma eficiente e pacífica de expressar os sentimentos de revolta e de exclusão, uma maneira de diminuir as brigas de gangues do gueto e, conseqüentemente, o clima de violência. Já em sua origem, portanto, a manifestação cultural tinha um caráter político e o objetivo de promover a conscientização coletiva (ROCHA, 2001, p. 17). Dos jovens que participaram das oficinas no período da pesquisa, 99% disseram que sim aconselharia outros colegas a fazerem as oficinas de *hip hop*.

---

<sup>35</sup> Termo criado por Theodor Adorno e Max Horkheimer, membros de um grupo de filósofos que se tornaram conhecidos como Escola de Frankfurt.

**GRÁFICO 8**  
**Total de Respostas (T=150)**



**FONTE:** Pesquisa elaborada pelo Projeto Ronda Cultural, 2010.

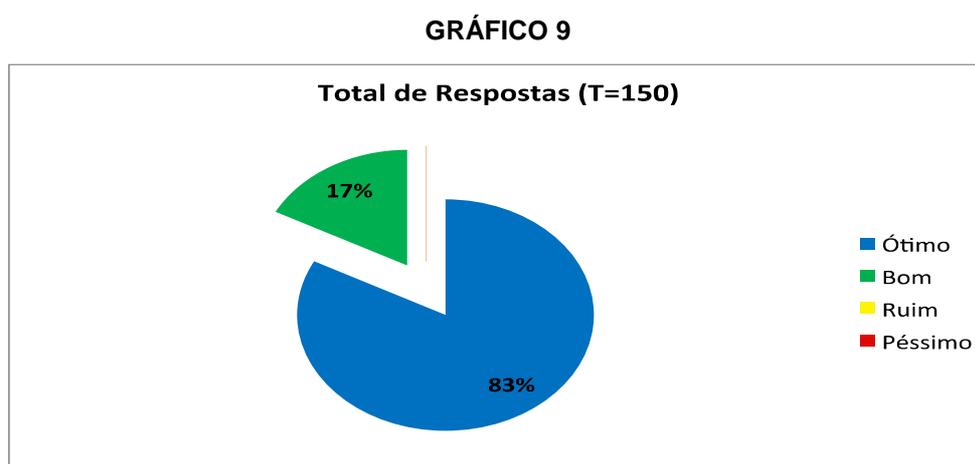
Segundo Beau (2008), o *hip hop* é um movimento cultural, artístico, comercial e político mundial. Como qualquer cultura, ele pode ser fonte de conflito, mas também ferramenta de luta contra o conflito. É, portanto, útil estudar os valores positivos do *hip hop*. As análises de experiências nacionais e internacionais ajudam a entender como as parcerias permitem ao *hip hop* afirmar-se como uma ferramenta de desenvolvimento pessoal, comunitário e de mediação. Ao se estruturar em torno da escola, essas cooperações recolocam o sistema educativo no centro da vida dos jovens, permitindo-lhes que se transformem em atores de seus próprios desenvolvimentos.

Os 10 (dez) policiais que se tornaram voluntários para implementação do Projeto Ronda Cultural tiveram que imergir na cultura *hip hop*, sendo necessário um curso de formação específico para eles, sendo que dos 10 policiais, 8 concluíram o curso de formação para atuar no projeto.

Esse curso era dividido em aulas teóricas e práticas. Nas aulas teóricas, foram contratados oficinairos da Central Única das Favelas (CUFA) com o objetivo de falar sobre a cultura de rua e os conceitos que permeiam o *hip hop*. Até a linguagem dos jovens que curtem o movimento *hip hop* foi inserida nos temas abordados. Para

esses jovens policiais<sup>36</sup> do Ronda Cultural, ao “*chegar na humildade*”<sup>37</sup>, perceberam que, para os jovens se sentirem livres, basta respeitar a sua forma de andar e vestir, falar de forma original, que para eles não são gírias, mas dialetos. Uma fala autêntica como os passos do *break*, o ritmo *sampleado*<sup>38</sup> do DJ, as crônicas das vidas de jovens narradas pelo MC, com visões críticas da realidade vivida, nas periferias e retratada em painéis que expressam o sentimento questionador do movimento por meio do grafite.

No final das oficinas, foi perguntado aos participantes como eles avaliaram o desempenho dos policiais. Sendo que 83% acharam ótimo, enquanto que 17% acharam bom o desempenho dos policiais.



**FONTE:** Pesquisa elaborada pelo Projeto Ronda Cultural, 2010.

Nas aulas práticas, os policiais pegaram no spray de grafite, mixaram nos aparelhos eletrônicos e dançaram no ritmo do break. Foi certamente uma experiência diferente das vividas por qualquer policial militar. O Ronda Cultural, enquanto estava em atividade, não só caminhou no mundo juvenil ou na cultura da rua, ele também penetrou profundamente no *ethos* policial, com todas as suas

<sup>36</sup> No dialeto do *hip hop*, policial é conhecido como *gambé*. No Ceará, eles os chamam de “delicados”.

<sup>37</sup> Quando o *mano* (aquele que é reconhecido como um igual dentro do movimento *hip hop*) se aproxima de alguém (ou fala de algum assunto) pela primeira vez tendo atitude democrática, sem tratar ninguém com diferença.

<sup>38</sup> **SAMPLER** – instrumento eletrônico dotado de memória para os sons selecionados amplamente utilizados pelos rappers. Normalmente, é acoplado a um mixer, o que permite realizar colagens de sons pré-gravados durante a execução de uma música pelo DJ ou inseri-las no processo de mixagem de uma música. A aproximação desses materiais previamente gravados, normalmente sem observar direitos autorais prescritos em lei, chama-se *sampling* ou *samplear*.

tradições e costumes. Os policiais desse projeto apresentaram a instituição policial militar uma nova forma de dar segurança à população, particularmente, à população jovem. Eles estavam trabalhando não apenas na prevenção do crime, que lida com os casos de violência criminal, mas caminharam para a implementação de uma cultura cidadã dentro das escolas, por meio do projeto Ronda Cultural.

O conceito de cultura cidadã implica em fomentar uma mudança cultural nos comportamentos, nas atitudes e nas percepções dos habitantes da cidade, para melhorar a relação do cidadão com a lei e as normas de convivência social, ou seja, busca realizar ações com o fim de conservar e fortalecer alguns comportamentos e mudar outros, com duas finalidades: conseguir, por meio pedagógico, o cumprimento da lei e/ou estimular ações coletivas para conseguir bens públicos.

Qualquer mudança de comportamento e de definição cultural sobre o que é aceitável e o que não é, assim como a construção do hábito de censurar a quem age contra a lei e outorga reconhecimento e confiança a quem a segue, são, por si sós, tarefas complexas que costumam requerer as confluências de várias ações de governo de caráter muito diverso. Por outro lado, muitas das mudanças almejadas adquirem sentido e visibilidade racional ao fazerem parte de programas.

**FIGURA 3**



Policial do Ronda Cultural na aula de grafite.

**FONTE:** Arquivo do autor.

FIGURA 4



Policiais na aula com os equipamentos de som do DJ.  
**FONTE:** Arquivo do autor.

FIGURA 5



Policiais na aula de break.  
**FONTE:** Arquivo do autor.

### 3.2 Entrando na roda com o Ronda Cultural

A paz social é entendida como algo que vai além da inexistência de violência física e moral, passando pela necessidade de efetivação dos direitos fundamentais. Não se alcança a paz em sociedades na qual existe fome, altos índices de pessoas em situação de desemprego, realizando trabalhos forçados ou em situação análoga

à escravidão, exploração sexual infantil, falta de moradia, baixos níveis de educação e saúde, entre outros graves problemas sociais que interferem no desenvolvimento harmônico e sustentável da sociedade, interferindo na manutenção da paz social.

Ensina-se a paz quando se resolve e se previne a má administração dos conflitos; quando se busca o diálogo; quando se possibilita a discussão sobre direitos e deveres e sobre responsabilidade social; quando se substitui a competição pela cooperação – o perde/ganha pelo ganha/ganha.

Ganha/ganha é um estado de espírito que busca constantemente o benefício mútuo em todas as interações humanas. Ganha/ganha significa entender que os acordos e soluções são mutuamente benéficos, mutuamente satisfatórios. Ganha/ganha se baseia no paradigma de que há bastante para todos, que o sucesso de uma pessoa não se conquista com o sacrifício ou a exclusão da outra. (COVEY, 2000, p.267)

Seguindo os princípios do ganha/ganha e valorizando a importância do diálogo, no ano de 2003, a Polícia Civil do Rio de Janeiro, em parceria com a Secretaria de Educação e da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos daquele Estado iniciou um projeto chamado “Papo de Resposta”, coordenado pelo Investigador de Polícia Roberto Chaves. Esse projeto constrói, por meio de rodas de conversa, um ambiente de diálogo e mediação entre a juventude e a polícia.

A mediação é um procedimento consensual de resolução de conflitos por meio do qual uma terceira pessoa, o mediador, imparcial, escolhida ou aceita pelas partes – auxilia na construção do diálogo, age no sentido de encorajar e facilitar a resolução dos problemas. Luis Alberto Warat (1999, p. 5), assim afirma: “... mediação é uma forma ecológica de resolução dos conflitos sociais e jurídicos; uma forma na qual o intuito de satisfação do desejo substitui a aplicação coercitiva e terceirizada de uma sanção legal”.

[...] a mediação apresenta-se muito mais como um procedimento do que como uma estrutura. O direito é uma estrutura, a lei é uma estrutura. O objeto da mediação é conduzir a disputa à criação de uma estrutura própria mediante a construção de normas relevantes para as partes, e não apenas

adequar a disputa em uma estrutura legal preestabelecida. (SERPA, 1999, p. 145).

[...] uma forma de abordar os conflitos de maneira não adversarial, sustentada pela intervenção de um terceiro imparcial que colabora com as partes, para que elas, interagindo, descubram por si mesmas, pela palavra e pela comunicação, os caminhos de transformação de seus desacertos. (WARAT, V. S., 1999, p. 120).

A mediação é um procedimento consensual de solução de conflitos por meio do qual uma terceira pessoa imparcial – escolhida ou aceita pelas partes – age no sentido de encorajar e facilitar a resolução de uma divergência. As pessoas envolvidas no conflito são as responsáveis pela decisão que melhor as satisfaça. A mediação representa, assim, um mecanismo de solução de litígios utilizado pelas próprias partes que, movidas pelo diálogo, encontram uma alternativa ponderada, eficaz e satisfatória. (SALES, 2007, p. 15).

Por meio da mediação, buscam-se os pontos de convergência entre os envolvidos na contenda que possam amenizar a discórdia e facilitar a comunicação. Muitas vezes, as pessoas estão de tal modo ressentidas que não conseguem visualizar nada de bom no histórico do relacionamento entre elas. A mediação estimula, por meio do diálogo, o resgate dos objetivos comuns que possam existir entre os indivíduos que estão vivendo o problema.

Na mediação, procura-se evidenciar que o conflito é natural, inerente aos seres humanos. Sem o conflito, seria impossível haver progresso e provavelmente as relações sociais estariam estagnadas em algum momento da história. Se não houvesse insatisfação, as situações da vida permaneceriam iguais, constantes. Portanto, o conflito e a insatisfação tornam-se necessários para o aprimoramento das relações interpessoais e sociais. O que se reflete como algo bom ou ruim para as pessoas é a administração do conflito. Se for bem administrado, ou seja, se as pessoas conversarem pacificamente ou se procurarem a ajuda de uma terceira pessoa para que as auxilie nesse diálogo, será o conflito bem administrado. Se as pessoas, por outro lado, agredirem-se física ou moralmente ou não conversarem, causando prejuízo para ambas, o conflito terá sido mal administrado. Assim, não é o conflito que é ruim, pelo contrário, ele é necessário, a sua boa ou má administração é que será positiva ou negativa.

A premissa de que o conflito é algo importante para a formação do indivíduo e da coletividade faz com que as posturas antagônicas deixem de ser interpretadas como algo eminentemente mau para se tornar algo comum na vida de qualquer ser

humano que vive em sociedade. É fruto da convivência e sempre ocorrerá sob diferentes aspectos. Quando se percebe que um impasse pode ser um momento de reflexão e, em consequência, de transformação, torna-se algo de positivo.

Em síntese, o conflito, quase sempre tomado como algo negativo, é entendido pela mediação como algo positivo, natural e necessário para o aprimoramento das relações, e sua boa administração representa o caminho para o entendimento e para a harmonia entre as partes.

A mediação, por suas peculiaridades, torna-se um meio de solução adequado a conflitos que envolvam relações continuadas, ou seja, relações que são mantidas apesar do problema vivenciado. Ressalta-se, também, que os conflitos que tratam de sentimentos e situações frutos de um relacionamento – mágoas, frustrações, traições, amor, ódio, raiva – revelam-se adequados à mediação. Isso porque, é nesses tipos de conflitos que se encontram as maiores dificuldades para o diálogo, em virtude da intensidade dos sentimentos. Na mediação, há um cuidado, por parte do mediado, de facilitar esse diálogo entre as partes, de maneira a permitir a comunicação pacífica e a discussão efetiva dos conflitos.

Esse procedimento tem como um de seus principais objetivos a solução dos conflitos. Apesar de sua importância, não deve ser o único objetivo a ser perseguido na mediação de conflitos. Os outros objetivos da mediação, como a prevenção da má administração dos conflitos, que possibilita o tratamento adequado do problema e a manutenção dos vínculos afetivos entre as partes é primordial, bem como a busca da inclusão social e da paz social. Nesta perspectiva, verifica-se a mediação como instrumento de promoção da paz social e de diminuição da violência.

No período de formação dos policiais do Ronda Cultural, o Investigador Roberto Chaves foi convidado para falar sobre as experiências do “Papo de Resposta”, com o intuito de adequar a metodologia do “Papo de Resposta” ao “Ronda Cultural” como estratégia para desenvolver os temas transversais.

FIGURA 6



Policiais do Ronda Cultural e o Investigador Roberto Chaves da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

**FONTE:** Arquivo do autor

No entanto, não era interessante utilizar o mesmo termo “Resposta”, pois tinha uma clara identidade com a cultura juvenil carioca, daí surgiu a ideia de substituir a palavra “Resposta” por “Rocha”, que na linguagem juvenil cearense tem o mesmo significado, ou seja, algo legal. Então apareceu, dentro do projeto Ronda Cultural, o “Papo de Rocha”.

No “Papo de Rocha”, eram desenvolvidas as conversas entre os policiais e os jovens das escolas que participavam das oficinas. Esse “Papo” ocorria após a aula de *hip hop*, tendo sido trabalhado transversalmente os temas *bullying*, sexualidade, violência e drogadição.

FIGURA 7

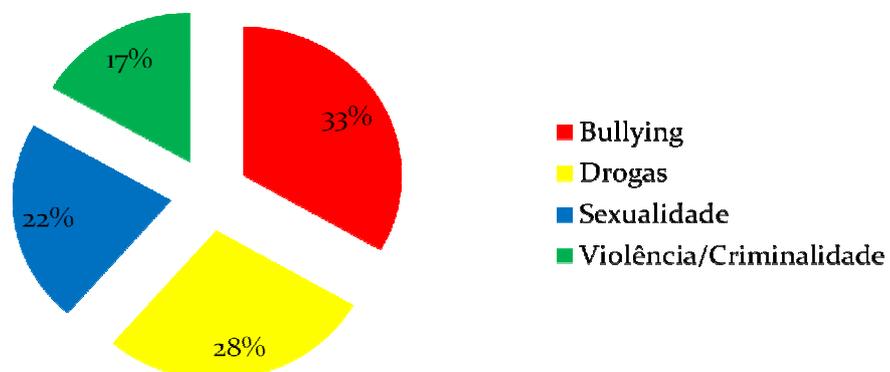


Policial do Ronda Cultural e alunos no “Papo de Rocha” sobre sexualidade.  
**FONTE:** Arquivo do autor

Em pesquisa realizada durante o projeto, foi perguntado a 150 alunos que participaram do “Papo de Rocha” sobre o tema transversal com o qual eles mais se identificavam. As repostas foram variadas e mostrou que 17% se identificavam com o tema violência/criminalidade; 22% com sexualidade; 28% drogas; e 33% *bullying*. Percebe-se que a margem de diferença de um tema para o outro foi muito baixa, levando a concluir que todos os temas eram importantes para os alunos.

GRÁFICO 10

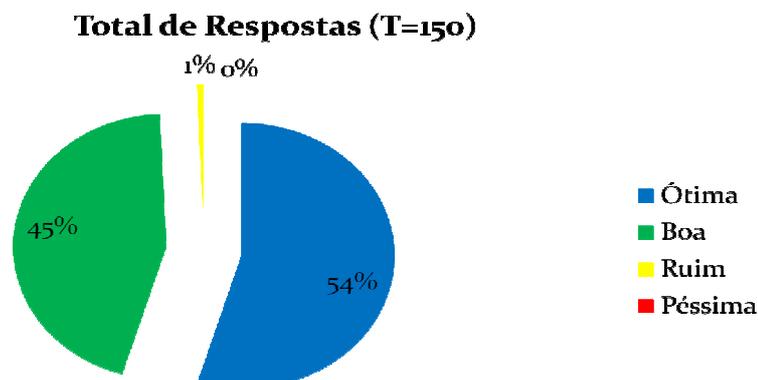
### Total de Respostas (T=150)



**FONTE:** Pesquisa elaborada pelo Projeto Ronda Cultural, 2010.

Também foi percebido que os alunos estavam se sentindo a vontade nas oficinas e a forma de medir isso foi perguntando acerca da participação deles nas oficinas. Nas suas respostas, 54% acharam ótima, 43% boa e 1% ruim.

GRÁFICO 11



**FONTE:** Pesquisa elaborada pelo Projeto Ronda Cultural, 2010.

Entendemos que esses dados são significativos para avaliação do início das aproximações entre a polícia e a juventude. Os jovens estavam demonstrando, por meio dessas respostas, que não rejeitavam a presença dos policiais nas escolas. Isso foi fundamental para que fosse desenvolvido plenamente o projeto.

#### 4. PAPO DE ROCHA: *BULLYING* E SEXUALIDADE

Neste capítulo, vamos falar dos resultados das pesquisas sobre *bullying* e sexualidade, aplicadas nas 6 escolas que receberam o projeto, no segundo semestre de 2010. O público alvo dessa pesquisa foram os alunos que participavam da roda de conversa, chamada de “Papo de Rocha”.

O “Papo de Rocha” foi inspirado no projeto “Papo de Resposta”, da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, como dito anteriormente. No “papo”, que são as “rodas de conversa” com os alunos, são abordados os temas transversais. Entender esse universo juvenil, por meio dos temas conversados no “papo”, foi a principal estratégia metodológica do projeto Ronda Cultural para implementar a aproximação dos policiais (polícia) com os jovens (juventude).

#### **4.1 Os jovens e o crime**

O público que o projeto Ronda Cultural trabalhou foi formado por jovens. Com todas as suas virtudes e defeitos inerentes da idade. Muito se atribui a esses jovens atos de violência. Não por acaso que as unidades socioeducativas e os presídios têm a sua população majoritariamente composta por esse grupo. Daí, vimos a importância de separarmos um item deste trabalho para falar sobre esses jovens.

Diversos estudos, acerca da estrutura etária da população cearense, demonstram que ela vem se modificando ao longo das décadas, em função da queda da fecundidade e da elevação da expectativa de vida, cujos efeitos são expressos no estreitamento da base e no alargamento do topo da pirâmide etária.

As faixas de menor idade têm se reduzido nos últimos anos e se eleva a participação das pessoas com mais de 64 anos, chegando a ultrapassar 7,59% em 2010.

No ano de 2010, 25,89% da população estava na faixa etária de 0 a 14 anos (população jovem), 66,52% tinha entre 15 e 64 anos (pessoas em idade ativa) e 7,59% da população ou 458.884 habitantes possuía mais de 65 anos (população idosa), conforme dados apresentados abaixo:

População total e percentual, segundo grupos etários – Ceará, 2000 e 2010

Grupo Etários	Censo 2000						Censo 2010					
	Total	%	Homens	%	Mulheres	%	Total	%	Homens	%	Mulheres	%
0 a 14	2.492.916	34	1.263.983	35	1.228.933	32	2.188.250	25,89	1.114.470	25,89	1.073.780	27,05
15 a 64	4.480.308	60	2.157.293	59	2.323.016	61	5.622.575	66,52	2.722.445	66,52	2.900.130	66,08
Mais de 64	458.374	6	207.208	6	251.165	7	641.556	7,59	283.173	7,59	358.383	6,87
<b>TOTAL</b>	<b>7.431.598</b>	<b>100</b>	<b>3.628.484</b>	<b>100</b>	<b>3.803.114</b>	<b>100</b>	<b>8.452.381</b>	<b>100</b>	<b>4.120.088</b>	<b>100</b>	<b>4.332.293</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 2000 e 2010

O percentual de jovens vem se reduzindo ainda mais nos últimos anos, e isso ficou nítido pelos dados presentes na tabela acima, que destaca as alterações ocorridas entre 1991 e 2000 para o Estado cearense. A população de até 14 anos foi reduzida, entre 2000 e 2010, passando de 34% para 25,89%, em contrapartida à elevação da faixa entre 15 a 64 anos.

Verifica-se, portanto, um ligeiro envelhecimento relativo da população que passou a apresentar uma estrutura populacional com um estreitamento progressivo de sua base, reflexo da diminuição da fecundidade ocorrida em todo o país nos últimos 20 anos.

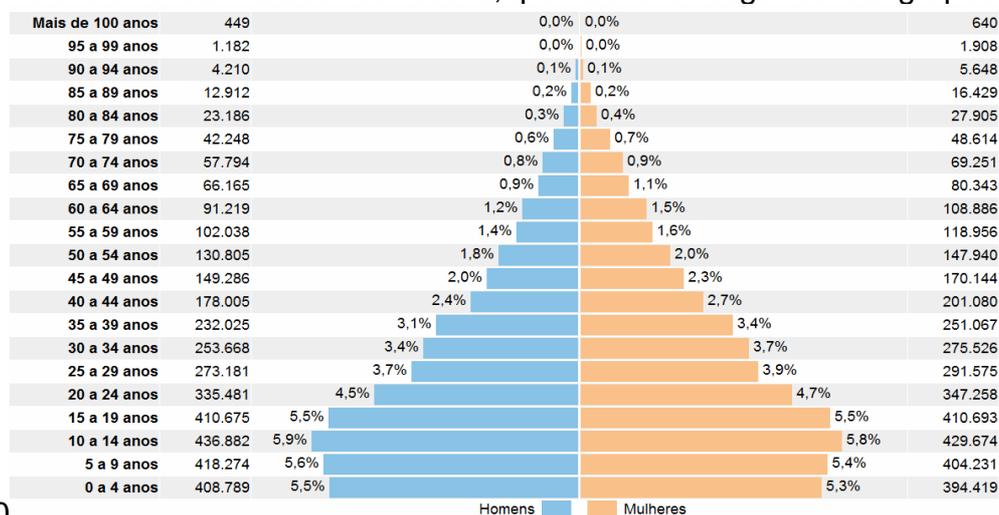
Essas transformações, na estrutura etária, ficam ainda mais nítidas ao serem avaliadas as alterações na base das pirâmides etárias construídas para o Estado do Ceará, nos anos de 2000 a 2010, considerando sua distribuição segundo os grupos de idade.

De acordo com as pirâmides etárias, verifica-se que o Estado, desde 2000, apresenta uma pirâmide típica de áreas com elevado crescimento populacional.

Para o Ceará, o Censo Demográfico do IBGE de 2000 demonstra uma população urbana bastante jovem, verificada na base da pirâmide (que é alargada), com destaque nas faixas de 0 a 4 anos e 5 a 9 anos. Em 2010, essas faixas etárias

retraem, e crescem as participações das pessoas acima dos 20 anos, em especial, a dos 40 a 49 anos, quando comparados à série anterior.

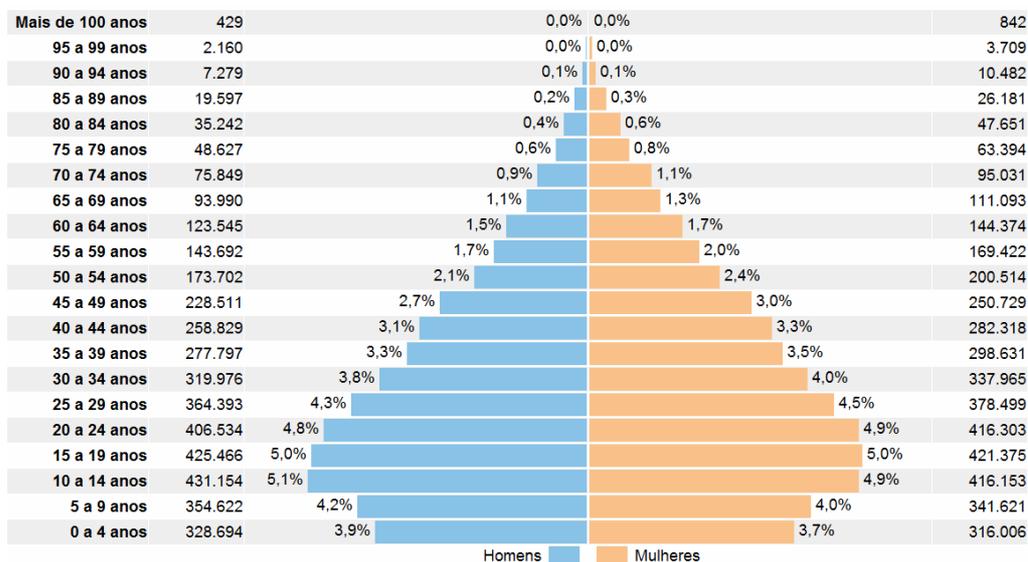
Pirâmide etária do Estado do Ceará, por sexo e segundo os grupos de idade,



2000

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000

Pirâmide etária do Estado do Ceará, por sexo e segundo os grupos de idade, 2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010

A fase da juventude é particularmente crucial na definição da identidade da pessoa como cidadão. É uma época de experimentação e risco que requer atenção social, familiar e estatal, em que é importante conhecer e desenhar políticas públicas que partam da ideia de transitoriedade e da construção da autoestima, gênero e sentido de pertencimento de redes sociais.

Habitualmente, estigmatiza-se o ser jovem, que constitui quase metade da população de muitos países, por ser uma população rebelde e violenta, carente de sentido, responsabilidade e compromisso.

Já a ideia da “adolescência”, que é uma fase da juventude, é relativamente nova e diz respeito a um fenômeno social e cultural desconhecido no passado. A base objetiva da adolescência está assentada em mudanças importantes ocorridas na economia industrial moderna a partir do fim do século XIX. Diz respeito, também, às mudanças operadas na estrutura familiar, à universalização da escola pública, à extensão do período normal de escolarização e ao fato de que a inserção dos jovens no mercado passou a ser progressivamente retardada ao longo do século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial.

Todavia, persiste o imaginário que coloca o adolescente debaixo de uma permanente suspeita, fazendo-o responsável por toda manifestação de oposição e rebeldia que se produza na sociedade. Apesar de ser um momento de transformações e fragilidade na vida dessas pessoas, especialmente pela diversidade de riscos e perigos reais que as obrigam a apoiarem-se mais em si mesmas e em seus pares que nas instituições, não existem políticas públicas desenhadas para a sua atenção, como existe para outras fases da vida, como a infância e a terceira idade.

Segundo a legislação brasileira, considera-se criança todo indivíduo de até 12 anos incompletos e adolescentes aquele que tem entre 12 e 18 anos incompletos. A juventude é compreendida por aqueles indivíduos com idade entre 15 a 24 anos. Há um padrão internacional, que também é adotado no Brasil, de acordo com o qual jovens são os que têm idade entre 15 a 29 anos. Portanto, podemos classificar os jovens como:

- Adolescentes jovens: 15 a 17 anos
- Jovens-jovens: 18 a 24 anos
- Jovens adultos: 25 a 29 anos

A Pesquisa Nacional sobre a Juventude realizada nos Estados Unidos mostrou que cerca de 5% de todos os jovens entre 12 e 17 anos poderiam ser classificados como infratores sérios e violentos<sup>39</sup>. Em média, esses jovens cometeram 132 atos infracionais por ano. Mesmo assim, 84% deles não possuíam qualquer tipo de registro policial. A análise das informações dessa pesquisa mostrou que há uma tendência de que esses jovens com perfis mais agravados comecem a praticar atos ilegais muito cedo. Aos 12 anos, a frequência desses atos começa a aumentar. Ela irá dobrar entre os 13 e os 14 anos, seguirá crescendo até atingir o seu ponto máximo entre os 16 e 17 anos e, então, cairá em cerca de 50% a partir dos 18 anos. A tendência de queda foi observada até os 27 anos. Mais da metade desses jovens começa a praticar atos violentos entre os 14 e 17 anos. Cercam de 45% daqueles que relataram terem cometido seu primeiro ato infracional antes dos 11 anos continuam praticando atos violentos após os 20 (ROLIM, 2006, p.161).

Nesse contexto, a questão da violência envolvendo a juventude assume especial significado no Brasil, largamente identificado e reconhecido como “um País jovem”. No período de 1997 a 2007, mais de 500.000 pessoas foram assassinadas no Brasil. Esse número supera a estimativa dos 400.000 mortos na guerra civil da Guatemala<sup>40</sup> ou dos 80.000 mortos em 12 anos de guerra civil em El Salvador<sup>41</sup>.

No sistema carcerário cearense, podemos constatar algumas das consequências dessa violência, que é o encarceramento dos jovens que cometerem algum tipo de crime. No quadro abaixo, verifica-se que 50% do total da sua população carcerária é composta por jovens-jovens e/ou jovens adultos.

<b>ESTATÍSTICA DE PRESOS POR FAIXA ETÁRIA NO CEARÁ</b>	
18 a 24 anos	4.227
25 a 29 anos	3.516
30 a 34 anos	2.786

<sup>39</sup> Considerado como tais, os envolvidos em três ou mais dos seguintes atos: agressão grave, agressão sexual, lutas de gangue e assalto a mão armada.

<sup>40</sup> A guerra civil na Guatemala se estendeu de 1970 a 1994.

<sup>41</sup> A guerra civil em El Salvador foi no período de 1980 a 1992.

35 a 45 anos	2.749
46 a 60 anos	1.071
Mais de 60 anos	243
Não informado	114
TOTAL	14.706

Fonte: SEJUS-Março/2012

Portanto, torna-se imprescindível que os governos e a sociedade busquem alternativas mais eficazes para resgatar esses jovens que se encontram no cárcere, pensando em políticas públicas de ressocialização.

## 4.2 O fenômeno *bullying*

*Bullying* é uma palavra de origem inglesa, adotada em muitos países para definir o desejo consciente e deliberado de maltratar uma outra pessoa e colocá-la sob tensão. O termo também conceitua os comportamentos agressivos e antissociais, utilizado pela literatura psicológica anglo-saxônica nos estudos sobre o problema da violência escolar (FANTE, 2005).

Em outros países, existem outros termos para conceituar esse fenômeno de violência juvenil. Na Noruega e na Dinamarca, o termo adotado é *mobbing*; na França, denominam *harcèlement quotidién*; na Itália, de *prepotenza* ou *bullismo*; no Japão, é conhecido como *yjime*; na Alemanha, como *agressionen unter shulern*; na Espanha, como *acoso y amenaza entre escolares*; em Portugal, como *maus-tratos entre pares*. No Brasil, adotamos o termo que, de maneira geral, é empregado na maioria dos países: *bullying*.

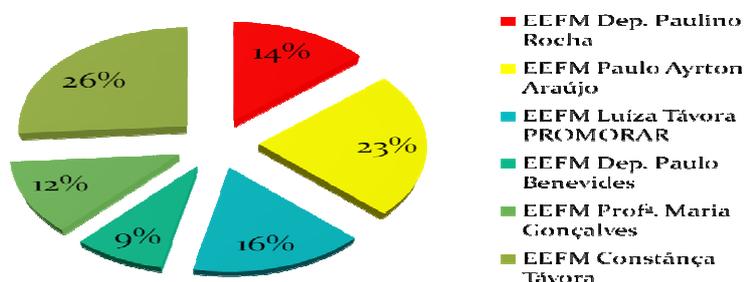
A palavra *Bully* é traduzida como “valentão”, “tirano”, e como verbo, “brutalizar”, “tiranizar”, “amedrontar”. Dessa forma, a definição de *bullying* é compreendida como um subconjunto de comportamentos agressivos, sendo caracterizado por sua natureza repetitiva e por desequilíbrio de poder. Para alguns pesquisadores, a ação somente é atribuída como sendo *bullying* se houver, no mínimo, três ataques contra a mesma vítima durante o ano (FANTE, 2005).

Assim sendo, por definição universal, *bullying* é um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado

por um ou mais alunos contra outro(s), causando dor, angústias e sofrimento. Insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozação que magoam profundamente, acusações injustas, atuações de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos levando-os à exclusão, além de danos físicos, morais e materiais, são algumas das manifestações do comportamento *bullying* (FANTE, 2005, p.29).

O Projeto Ronda Cultural tratou do tema *bullying* no “Papo de Rocha”, devido aos relatos das professoras ao observar a recorrência desse tipo de agressão na escola. Foram ouvidos 176 estudantes das seis escolas onde o projeto foi desenvolvido no segundo de 2010.

**GRÁFICO 12**  
**Nº Total de Questionários**  
**Respondidos**  
**(N = 176)**



**FONTE:** Pesquisa elaborada pelo Projeto Ronda Cultural, 2010.

Comportamentos de *bullying* surgem de formas variadas: físicos, verbais, sociais e relacionais. O *bullying* físico inclui os seguintes comportamentos:

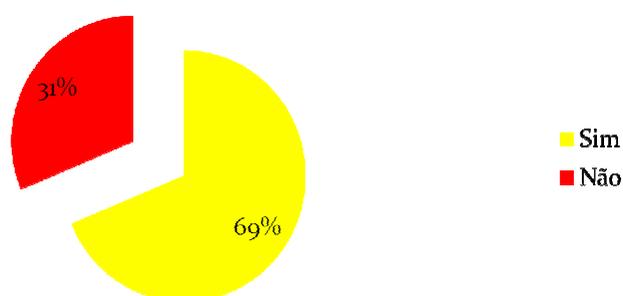
- Bater, dar tapas, cotoveladas e empurrões com os ombros.
- Empurrar, forçar com o corpo, colocar o pé na frente.
- Chutar.
- Tomar, roubar, danificar ou desfigurar pertences.
- Restringir.
- Beliscar.

- Enfiar a cabeça da outra criança no vaso sanitário.
- Atacar com comida, cuspe, e assim por diante.
- Ameaças e linguagem corporal intimidadora.

Os índices mundiais de ocorrência de agressão entre alunos variam de 10 por cento, em estudantes do primeiro ciclo do ensino fundamental, a 27 por cento, entre os do segundo ciclo. Estima-se que 30 por cento dos adolescentes nos Estados Unidos (mais de 5,7 milhões) estejam envolvidos em *bullying* como agressor, alvo ou ambos (BEANE, 2010, p.27). Nas seis (6) escolas pesquisadas no projeto Ronda Cultural, foi constatado um alto índice de agressão, principalmente se comparado com os índices estadunidenses, quando foi perguntado “se alguém da sua sala costuma bater em outros alunos”, obtendo um percentual de 69% que afirmaram que existe esse tipo de agressão.

**GRÁFICO 13**

**Total de Respostas  
(T=176)**

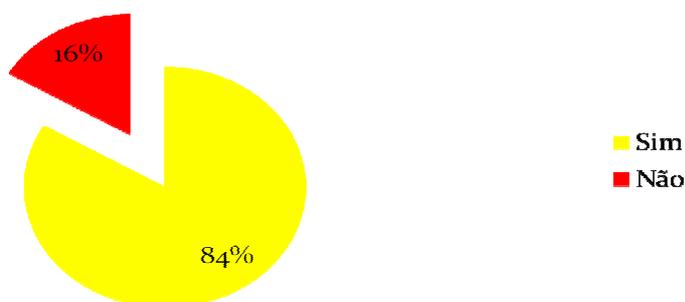


**FONTE:** Pesquisa elaborada pelo Projeto Ronda Cultural, 2010.

Percebeu-se, nos dados coletados acima pela pesquisa realizada no Projeto Ronda Cultural, que a escola é um dos ambientes onde o comportamento *bullying* se manifesta. Não se sabe se o ambiente externo da escola, quando violento, influenciam as práticas de violência dentro da escola. Das seis escolas em que foram feita a pesquisa, todas estão localizadas em bairros periféricos de Fortaleza e

considerados violentos<sup>42</sup>. A título de exemplo, a Escola Luíza Távora PROMORAR fica localizada na comunidade do Tancredo Neves, local onde há vários relatos de crimes e violência na cidade de Fortaleza. Mas esse ambiente externo não alterou na sensação de segurança dos alunos, pois quando foi perguntado a eles se sentiam bem na escola onde estudam, 84% disseram que sim, isso pode nos apontar, inicialmente, que a escola é um ambiente que passa segurança, independente do local onde esteja estabelecida.

**GRÁFICO 14**  
**Total de Respostas**  
**(T=176)**



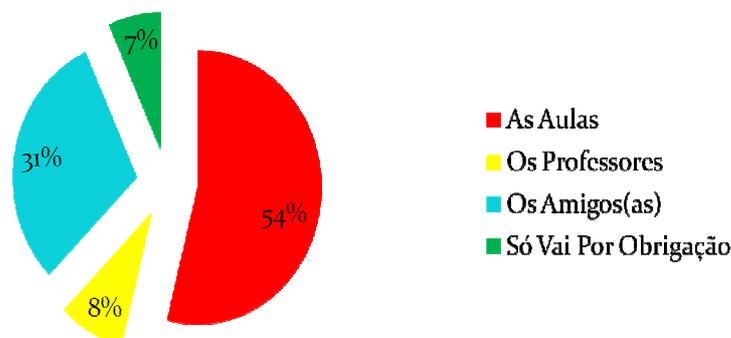
**FONTE:** Pesquisa elaborada pelo Projeto Ronda Cultural, 2010.

Para a Unesco (2003), a escola ainda é vista como um dos poucos veículos concretos de mudança e de mobilidade social disponível a uma grande parcela da população. Isso foi comprovado quando 54% dos alunos apontaram que as aulas ministradas era o que mais motiva a ir à escola. Talvez por ainda pensarem nessa possibilidade de mudança social (Gráfico 15).

---

<sup>42</sup>Escola Paulo Benevides, no bairro Messejana; Escola Professora Maria Gonçalves e Escola Paulino Rocha, no bairro Castelão; Escola Constança Távora e Escola Paulo Ayrton, no bairro Cajazeiras; Escola Luiza Távora, no bairro Tancredo Neves.

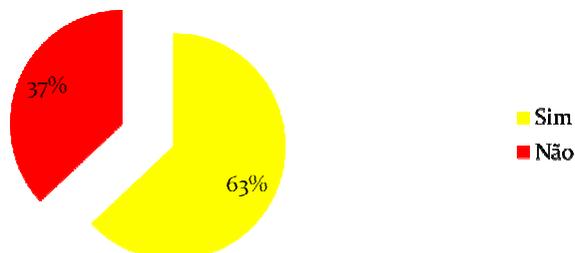
**GRÁFICO 15**  
**Total de Respostas**  
**(T=176)**



**FONTE:** Pesquisa elaborada pelo Projeto Ronda Cultural, 2010.

Podemos afirmar que três documentos legais formam a base de entendimento com relação ao desenvolvimento e educação de crianças e adolescentes: a Constituição da República Federativa do Brasil; o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU). Em todos esses documentos, estão previstos os direitos ao respeito e à dignidade, sendo a educação entendida como um meio de prover o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania. Apesar dos documentos legais preverem o direito ao respeito e à dignidade, a presença da violência no ambiente escolar quebra com esse nexo, pois se trata de um local de sociabilidade e convivência entre diferentes. Verificamos que, na escola, existem formas de amedrontar ou intimidar os alunos, posto pelos próprios colegas. Esse é um tipo de violência interna, mas que pode se refletir na comunidade. Dos alunos entrevistados, 63% disseram que costumam intimidar alguém de sua sala de aula (Gráfico 16).

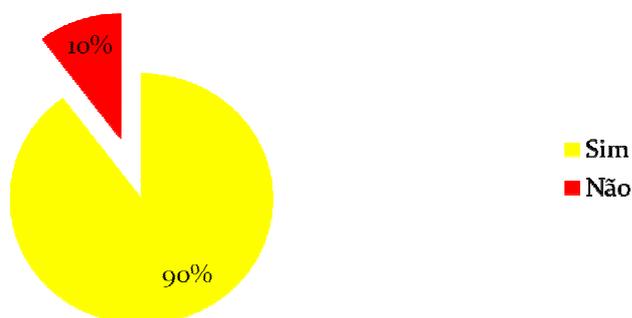
**GRÁFICO 16**  
**Total de Respostas**  
**(T=176)**



**FONTE:** Pesquisa elaborada pelo Projeto Ronda Cultural, 2010.

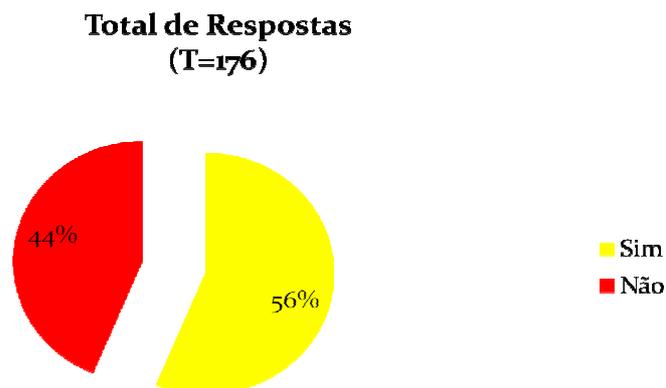
O relacionamento entre professores e alunos foi apontado como ótimo ou bom para 87% dos alunos das escolas pesquisadas, bem como, o relacionamento entre os alunos, que foi considerado ótimo ou bom para 85% deles. Ou seja, isso pode nos levar a concluir que, nessas escolas, não deve haver conflitos ou até mesmo *bullying*. Ledo engano, a violência começa aparecer de forma sutil. Quando perguntado se os alunos costumam colocar apelidos uns nos outros, 90% responderam que sim (Gráfico 17) e 56% admitiu ter colocado apelido em alguém na sala de aula (Gráfico 18).

**GRÁFICO 17**  
**Total de Respostas**  
**(T=176)**



**FONTE:** Pesquisa elaborada pelo Projeto Ronda Cultural, 2010.

**GRÁFICO 18**



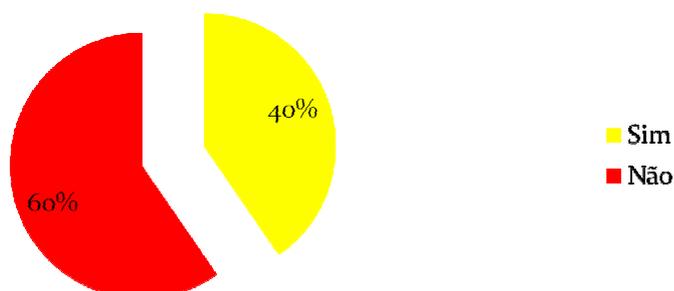
**FONTE:** Pesquisa elaborada pelo Projeto Ronda Cultural, 2010.

Percebe-se que o *bullying* não precisa ser somente por meio de uma agressão física, podendo ser também por meio de uma agressão verbal, sendo algumas vezes mais doloroso que o físico. Infelizmente, algumas crianças aprendem muito depressa que paus e pedras podem quebrar os ossos, mas palavras podem ferir mais e por muito tempo. Vejamos alguns exemplos de comportamentos de *bullying* verbal:

- Apelidos ofensivos.
- Comentários insultuosos e humilhantes.
- Provocação repetida.
- Comentários racistas e assédio.
- Ameaças e intimidação.
- Cochichar sobre a criança pelas costas.

O *bullying* verbal foi detectado na pesquisa quando perguntamos diretamente se existe na sala de aula o costume de alguém humilhar o outro, obtendo como sim 40% dos alunos com esse tipo de comportamento.

**Total de Respostas**  
(T=176)



**FONTE:** Pesquisa elaborada pelo Projeto Ronda Cultural, 2010.

Na discussão sobre violência nas escolas, é comum buscar um único responsável pelo problema e, portanto, por sua solução: a escola culpa a família, a família diz o mesmo da escola, que por sua vez chama a polícia para resolver os conflitos violentos, e, até mesmo, casos de indisciplina.

Mas, como vimos acima, o fenômeno da violência nas escolas é multifacetado e está associado a múltiplos fatores. Portanto, temos que focar a solução na construção de uma cultura de valores que estimulem a convivência pacífica e democrática na escola, sem ignorar que a existência do conflito faz parte dessa realidade. O projeto Ronda Cultural ao escolher o ambiente escolar para aplicar a pesquisa sobre o *bullying* constatou que a violência manifesta na rua pelos jovens pode ter sua origem dentro da sala de aula e não o inverso, o que não quer dizer que não possa ocorrer o inverso como identificam muitos exemplos. Mas, o mais importante para o projeto, é que os alunos falaram abertamente sobre o assunto com os policiais, sem medo de sofrer represálias.

### 4.3 Falando sobre sexo

“Vamos combinar”: Policial militar nunca foi o melhor profissional para a juventude conversar. Mas o que dizer quando o assunto é sexo? Certamente esse profissional é a última pessoa com quem um jovem quer conversar, principalmente o tema em questão, cheio de tabus, independente da faixa-etária. Portanto, esse

talvez tenha sido um dos maiores desafios enfrentados pelo projeto Ronda Cultural, por isso entendemos que a superação desse obstáculo é ficar bem próximo da juventude, daí resolvemos pesquisar mais sobre esse tema do “Papo de Rocha”.

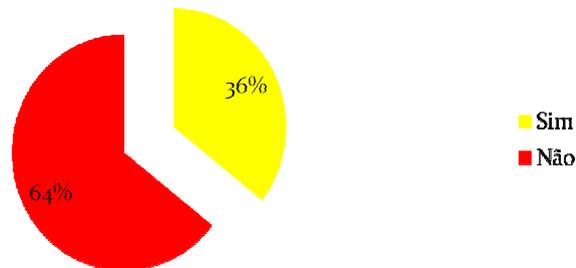
No primeiro momento da oficina do Ronda Cultural, nada de “papo”, na sala de aula, só tinha espaço para o *hip hop*. Na semana de realização do tema transversal sobre sexo, o elemento do *hip hop* ensinado era o *disc-jóquei* (DJ). O oficinheiro, acompanhado pelos policiais do Ronda Cultural, ensinava aos jovens como surgiu o DJ, a pessoa que faz os efeitos sonoros da música conhecida por RAP, abreviatura de *rithm and poetry* (ritmo e poesia), cantada pelos *rappers*. Essa era tida como a aula mais animada do conjunto que forma o *hip hop*, pois utilizava toda a aparelhagem de som e os jovens poderiam fazer os seus próprios *scratches*, os efeitos sonoros produzidos pelo atrito entre a agulha do toca-disco e o próprio disco.

Passada a euforia inicial, mas ainda com a linguagem do *hip hop*, a policial do grupo, pois a coordenação do projeto percebeu que a mulher teria mais sensibilidade para tratar sobre o tema, formava a roda do “papo” sobre sexo. Esse tema passava por alguns subtemas e foram nesses subtemas que foi desenvolvida a pesquisa sobre sexualidade.

A primeira fase foi sobre atividade sexual, qual a experiência deles, caso tenha tido alguma experiência, e com que faixa etária se iniciou. Vale lembrar que o grupo que compunha a pesquisa variava de 12 a 18 anos. Segundo a legislação brasileira, considera-se criança todo indivíduo até 11 anos e adolescentes aqueles que têm entre 12 e 18 anos incompletos. Portanto, o nosso público era compostos por adolescentes. Sobre a pergunta “se já haviam tido alguma experiência sexual”, 64% disseram que não tiveram nenhuma experiência sexual (gráfico 20). Dos 36% que afirmaram já ter algum tipo de experiência sexual, 63% afirmaram que iniciaram essa experiência entre os 12 e 14 anos de idade (gráfico 21).

GRÁFICO 20

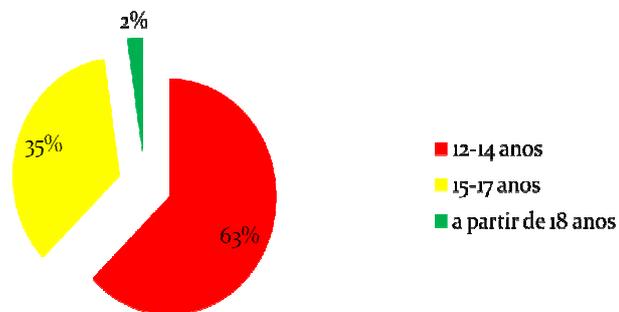
Total de respostas  
(T=236)



FONTE: Pesquisa elaborada pelo Projeto Ronda Cultural, 2010.

GRÁFICO 21

Total de Respostas  
(T=86)



FONTE: Pesquisa elaborada pelo Projeto Ronda Cultural, 2010.

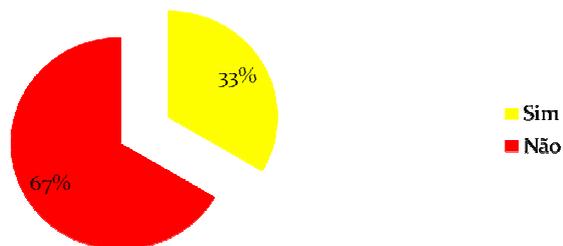
A família tem um papel importante sobre o que seus filhos pensam sobre o tema sexualidade, ainda mais quando esses jovens ainda estão na fase da adolescência. Mas será que a juventude conversa com seus pais sobre esse tema? A resposta para essa pergunta foi revelada pelos alunos participantes do Ronda Cultural, quando apenas 33% informaram conversar com seus pais sobre sexualidade (gráfico 22), ou seja, esse diálogo precisa ser melhorado. Quanto ao

conhecimento dos pais sobre a vida sexual dos seus filhos, 47% afirmaram que seus pais têm conhecimento sobre sua vida sexual (gráfico 23).

Fugindo um pouco do tema específico do “Papo” e retornando para o tema principal do trabalho, que é a aproximação do jovem com a polícia, percebemos que a atuação dos policiais com os alunos e a desenvoltura dos jovens que conversavam sobre o tema sexualidade com os policiais, demonstrou um grande avanço do projeto na busca do seu objetivo maior.

**GRÁFICO 22**

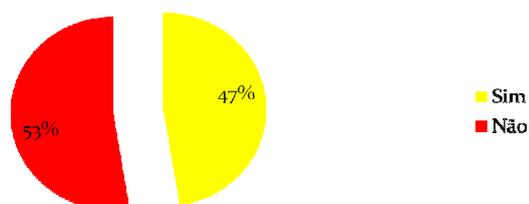
**Total de Respostas  
(T=236)**



**FONTE:** Pesquisa elaborada pelo Projeto Ronda Cultural, 2010.

**GRÁFICO 23**

**Total de Respostas  
(T=236)**

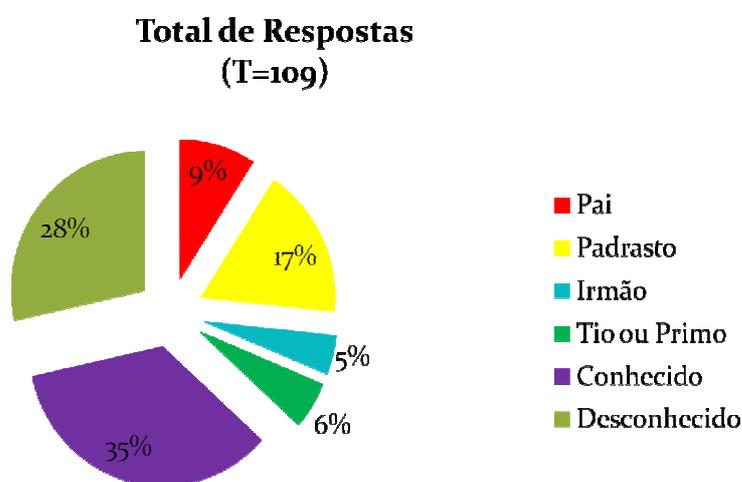


**FONTE:** Pesquisa elaborada pelo Projeto Ronda Cultural, 2010.

O “papo” rolou muito bem durante a semana sobre sexualidade. Outros assuntos bastante delicados e cheios de preconceitos surgiram nas rodas de conversa, tais como: aborto, homossexualidade, doença sexualmente transmissível, métodos contraceptivos e gravidez na adolescência. No entanto, o tema mais delicado que foi discutido com o grupo foi sobre abuso sexual.

Como pesquisador, esperava resistência por parte dos jovens, pois isso poderia incriminar pessoas próximas a eles, mas, para a surpresa de todos, os jovens não se intimidaram e revelaram que 44% já foram abusados ou conhece alguém que foi abusado sexualmente. Além disso, falaram que 35% das pessoas que violentaram eram conhecidas e 26% era o pai ou o padrasto, ou seja, 61% eram pessoas muito próximas a eles (gráfico 24).

GRÁFICO 24



**FONTE:** Pesquisa elaborada pelo Projeto Ronda Cultural, 2010.

Na minha análise, o “papo” sobre sexualidade e *bullying*<sup>43</sup> levou os policiais do Ronda Cultural a tomarem conhecimento de fatos que só ocorrem dentro dos lares ou no ambiente escolar, um tipo de violência silenciosa mas muito danosa, podendo

<sup>43</sup>Os resultados das outras perguntas feitas nos questionários aplicados sobre os temas *bullying* e sexualidade, não comentadas neste capítulo, segue no anexo deste trabalho.

resultar em atos de rebeldia, levando até mesmo a criminalidade. O projeto, por meio do “papo de rocha”, mostrou-se bastante eficaz como estratégia de aproximação com a juventude. Talvez, até mesmo, apresentando uma nova forma de fazer policiamento de proximidade e comunitário.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como participei da construção e desenvolvimento do Projeto Ronda Cultural, meu maior desafio como pesquisador era analisar o projeto de “fora pra dentro”, e a forma que encontrei para ser o mais isento possível foi em avaliá-lo por meio dos questionários aplicados pelos policiais militares aos alunos que participaram do projeto, no segundo semestre de 2010. Esses questionários apresentavam a visão dos alunos sobre os temas transversais do “papo de rocha”, mas acima de tudo, mostravam se eles realmente se sentiam a vontade com aqueles policiais e, se o projeto Ronda Cultural atingiria seu objetivo maior de aproximar a Polícia Militar da juventude.

A leitura que faço desse projeto é que ele mexeu no “fazer policial” tradicional, no seu *ethos*, em que a orientação dos gestores de segurança pública é que a presença da polícia nas comunidades, seja ela estudantil ou de moradores de

um bairro, não deve interferir nesse fazer policial tradicional, com suas posturas e composturas orientadas no regulamento interno da corporação (Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Ceará - RDPMCE) e nos manuais do Exército brasileiro, ou seja, o policial pode se aproximar das comunidades, mas não pode ser próximo das pessoas da comunidade.

O Projeto Ronda do Quarteirão, sendo este o maior projeto comunitário da Polícia Militar do Ceará, comprova às afirmações acima quando os seus gestores orientavam os policiais a fazerem as denominadas “visitas comunitárias”, que se resumiam na entrega de panfletos com orientações básicas de segurança, além dos telefones de emergência das viaturas que circulavam naquele bairro ou comunidade. Para os gestores de segurança pública do Estado, isso iria aproximar a polícia da comunidade. No entanto, esse tipo de ação não gera o *linkare* (do latim, vínculo), pois é necessário muito mais que um contato superficial para se gerar confiança e reciprocidade entre polícia e comunidade, algo que foi possível com o projeto Ronda Cultural.

O projeto Ronda Cultural, além de ter alterado a dinâmica de se fazer policiamento comunitário, mexeu no *ethos* policial, principalmente com a postura que esses policiais assumiram junto com a juventude, da comunidade estudantil. Ao conviver durante um mês nas escolas e interagirem intensamente com o jovem, por meio do *hip hop*, esses policiais conseguiram quebrar a barreira que separava a juventude da polícia, construindo uma ponte de aproximação e confiança.

A experiência desenvolvida por esse projeto também permitiu observar a importância da construção de um ambiente saudável para a diminuição da agressividade. Portanto, essa constatação é uma óbvia e sensata extensão do poder dos ambientes externos e da construção de relações saudáveis, que têm um papel significativo na definição da maneira de agir e ser dos jovens.

O princípio básico desse projeto de segurança é que a desconexão entre os três sistemas que regulam o comportamento humano (lei, moral e cultura) suscitam em situações de desorganização social (comportamento agressivo contra

desconhecidos, linguagem hostil, alcoolismo, brigas entre vizinhos, deterioração do espaço físico, lixo nas ruas, etc).

Lei, moral e cultura são produtos muito sofisticados da história que dão aos seres humanos a possibilidade de se autogovernarem: **a cultura**, ao sedimentar os vastos aprendizados de séculos e milênios de experiências e sentidos; **a moral**, ao permitir a cada um reconhecer, em seu íntimo, o que significa, uma vez que aja moralmente, sua ação moral ser reconhecida como tal por qualquer ser humano; e **a lei**, ao permitir que nela se reconheça o modo mais legítimo de regular comportamentos muito básicos de maneira explícita, consensual e segundo procedimentos publicamente preestabelecidos, ou mesmo facilitar a convivência e a coexistência de diversas opções morais e culturais. Construir cidadania é aprender a assumir as tensões entre esses três sistemas reguladores para aumentar a sua convergência, pelo menos, nos aspectos mais importantes (MOCKUS, 2007).

Existem regras informais que são complementos inegáveis às regras formais (legais). Quando, em uma sociedade, há harmonia entre umas e outras, os custos de realizar e cumprir acordos diminuem; quando se contradizem ou a evolução de umas não se ajusta à de outras, os custos de realizar e cumprir acordos aumentam<sup>44</sup>.

Quando há harmonia de lei, moral e cultura? Fundamentalmente, quando há aprovação moral e cultural em relação ao cumprimento das obrigações legais e censura moral e rejeição cultural em relação às atividades ilegais. Quando há divórcio entre lei, moral e cultura? Basicamente, quando há aprovação moral e cultural a ações ilegais e quando há indiferença ou desaprovação cultural e moral ao cumprimento de obrigações legais (MOCKUS, 2007).

Essa desarmonia entre lei, moral e cultura resulta na desorganização social e aumenta a vulnerabilidade dos habitantes, propiciando o não cumprimento das normas básicas de convivência por seus cidadãos, gerando indiferença frente a

---

<sup>44</sup> Douglass North recebeu, em 1993, o prêmio Nobel de Economia por ter desenvolvido essas ideias e havê-las aplicadas com êxito para explicar por que as sociedades se desenvolvem em ritmos tão diferentes.

comportamentos delitivos/violentos, além do aumento da sensação de medo e insegurança nos moradores da cidade.

O comportamento (positivo/negativo) do cidadão é motivado por emoções e crenças, as quais são desenvolvidas pela moral pessoal. O comportamento muda em dois aspectos:

- por insatisfação da pessoa resultante da discrepância entre as normas (lei), os valores (cultura), a sua moralidade e seu comportamento real, e;
- pela transformação de uma norma social em uma norma própria da pessoa (se os outros mudam e fazem algo que é correto ou desejável a pessoa também muda).

Observamos, acompanhando o desenvolvimento do projeto, que sempre que os policiais do Ronda Cultural chegavam às escolas os docentes os direcionavam para o que eles rotularam como “jovens problemáticos”. Esses jovens eram vistos pelos professores como “delinquentes”, mas que frequentavam a escola. Todavia, para a surpresa dos docentes e gestores escolares, não era essa a visão que os policiais tinham daqueles jovens, isso expresso na forma de tratá-los tanto nas oficinas, como nos intervalos de aula. A compreensão dos policiais era a de que aqueles jovens não eram problemáticos, mas sim, jovens com problemas, comprovado posteriormente nos resultados dos questionários que tratavam dos temas transversais. Isso fez com que esses policiais não perdessem o foco na aproximação polícia e juventude.

Quanto à delinquência que era atribuída aos jovens, remete-nos para a origem da palavra “delinquência”, que vem do latim *de* (perda) e *linkare* (vínculo), perda do vínculo. Mas, qual vínculo foi perdido por esses jovens? Essa era a pergunta que os policiais procuravam responder ao conseguir a aproximação por meio da cultura *hip hop*.

Na nossa pesquisa de campo, percebemos que essa mudança de foco, por parte dos policiais em relação à situação dos jovens, favoreceu a aproximação com eles. Bem como, a busca em entender a sua agressividade, por meio do significado

positivo da palavra “agressividade”<sup>45</sup>, na tentativa de resgatar aqueles garotos, direcionando toda a sua energia juvenil no sentido de realizações positivas, por meio da dança e da música do *hip hop* (cultura).

Observamos também que o período de um mês de convivência com os alunos foi muito importante para o sucesso do projeto, pois, como os policiais tinham uma rotina diária na escola, floresceu o sentimento de confiança mútua entre eles e o grupo de alunos, que foi sendo solidificado nas oficinas do “Ronda Cultural”, tendo como elo o *hip hop*.

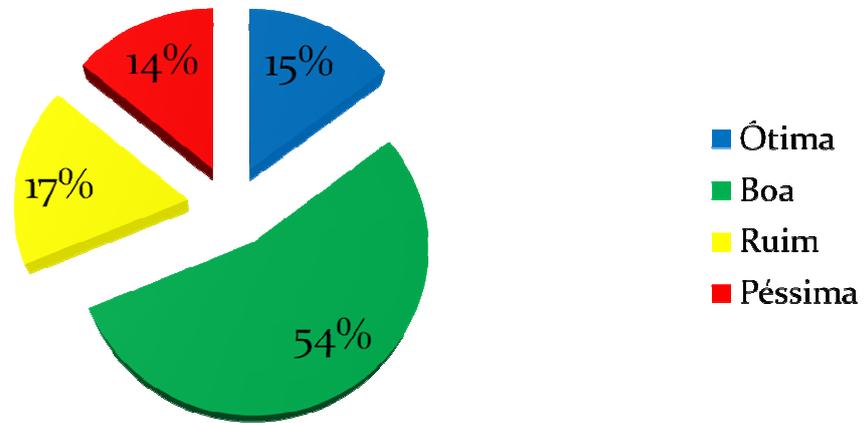
Sabemos que quando se pede as pessoas que considerem evidências ou tomem decisões dentro de um grupo, o resultado é bem diferente do que se cada uma delas desse a sua resposta de forma individual. E foi no “Papo de Rocha” que esse grupo foi formado, local de discussão dos temas transversais, com uma espontânea participação dos estudantes, até mesmo em assuntos como sexualidade e *bullying*, os quais poderiam deixá-los constrangidos ou desconfiados ao falar sobre suas experiências com os policiais, o que foi significativo para o projeto, pois sabemos que temos mais facilidade para nos lembrar de alguma coisa e gostar dela quando passamos algumas horas falando sobre o assunto com nossos melhores amigos. Ao final das conversas, percebemos que não só foram discutidos os temas, mas também que foi semeado o companheirismo e a amizade entre aquele grupo de jovens e os policiais.

Nos questionários iniciais e finais foram feitas as perguntas que serviam para avaliar objetivamente se o projeto havia atingido ou não o seu objetivo maior. Mas, durante a pesquisa de campo, percebemos que avaliar essa aproximação apenas por essas perguntas seria desprezar a espontaneidade que os jovens mostraram ao conversar com os policiais nas rodas de conversas do “papo de rocha”. Todavia, mesmo assim, vale a comparação da pergunta fulcral feita antes do início do projeto (Gráfico 25) e repetida após o final das oficinas do Ronda Cultural (Gráfico 26): Qual a imagem que você tem da Polícia?

---

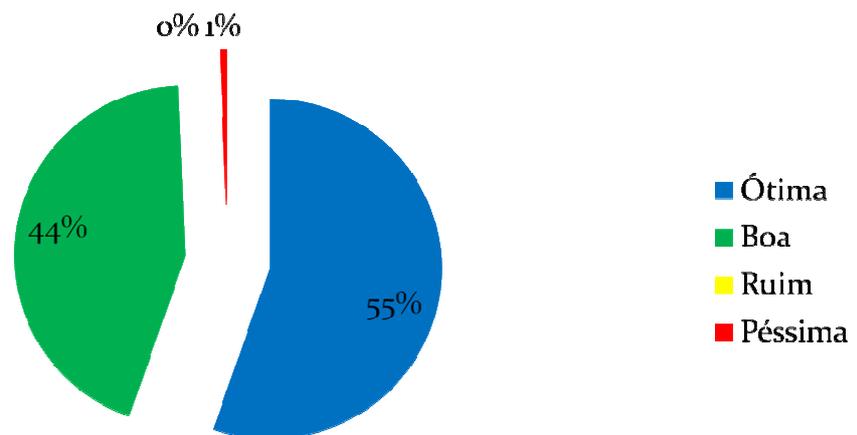
<sup>45</sup>A palavra “agressividade” vem do latim *gredde*, que significa “ir na direção do outro”. A raiz da agressividade é a mesma de congregar, agregar, congregação.

**GRÁFICO 25**  
**Coleta Geral**



**FONTE:** Pesquisa elaborada pelo Projeto Ronda Cultural, 2010.

**GRÁFICO 26**  
**Total de Respostas (T=150)**



**FONTE:** Pesquisa elaborada pelo Projeto Ronda Cultural, 2010.

Percebe-se, nessas respostas, uma considerável evolução quanto à avaliação da imagem da polícia. Na primeira pergunta, 31% dos entrevistados disseram que tinham uma imagem ruim ou péssima da polícia, mas, ao final das oficinas, apenas 1% tinha uma péssima imagem dessa instituição. Diante disso, podemos concluir que o projeto Ronda Cultural atingiu seu objetivo não só de aproximação com os jovens, mas apresentando aos setores da segurança pública uma nova forma de atuar da Polícia Militar, por meio de um olhar diferente do mundo juvenil.

Portanto, esses jovens<sup>46</sup> tornaram-se conectores<sup>47</sup> de uma cultura de paz nas escolas em que o projeto foi desenvolvido, e isso ficou claro nas letras das músicas<sup>48</sup> por eles produzidas nas aulas de *Rap*, nos quais é retratada a realidade em que vivem e as mudanças que vislumbravam para a melhoria daquele ambiente, com a finalidade de torná-lo um “local saudável” para a convivência cidadã.

Infelizmente, o projeto Ronda Cultural não teve continuidade pela nova gestão da secretaria de segurança pública do Estado, que se iniciou em janeiro de 2011, tendo investido mais em ações repressivas em detrimento às preventivas e de antecipação à violência<sup>49</sup>, como é o caso do projeto Ronda Cultural.

Portanto, percebemos, ao final das nossas pesquisas e análises, que o projeto Ronda Cultural alcançou todos os seus objetivos e que mais do que um movimento, o *hip hop* utilizado pelos policiais do Ronda Cultural mostrou atitude,<sup>50</sup> indo além do respeito da cultura juvenil, servindo para transformar a realidade de distanciamento e violência entre polícia e juventude. Yo<sup>51</sup>!

---

<sup>46</sup> No total, foram 858 alunos inscritos para participarem das 10 oficinas de DJ, MC, *Break* e *Grafito*, nos turnos da manhã e tarde. O maior público foi do gênero masculino, com 445 inscritos. O público do gênero feminino totalizou 413 inscrições.

<sup>47</sup> Conectores se referem às pessoas ou situações vinculadas com uma cultura da paz que as integram, apesar de terem visões diferentes.

<sup>48</sup> Ao final do projeto, foi lançado um CD com as músicas produzidas pelos jovens e os policiais, que segue anexa a este trabalho.

<sup>49</sup> Antecipação à violência demanda identificar as distintas formas/expressões do conflito, inclusive aquele tipificado como delito para desenvolver uma estratégia sustentável de redução da violência e medo dos cidadãos.

<sup>50</sup> Palavra indispensável no vocabulário *hip hop*. Eles geralmente dizem: “Para fazer parte do grupo não só é preciso ter consciência, mas também atitude”. Termo que sintetiza a linha de conduta que o grupo espera de cada um.

<sup>51</sup> Grito de exaltação. Geralmente utilizado para animar o público em shows e festas.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Violências nas escolas**. 4. ed. Brasília: UNESCO; Inst. Ayrton Senna; UNAIDS; Banco Mundial; USAIDS; Fundação FORD; CONSED; UNDIME, 2004.

ALBUQUERQUE, G.L de. **Aspectos da história do narcotráfico na Colômbia**. Recife: IPAD, 2004.

ALVES, Rubem. **Cenas da Vida**. 3.ed.São Paulo: Papyrus,1997.128p.

\_\_\_\_\_. **O Sapo que queria ser príncipe: adolescência e juventude**. São Paulo: Planeta do Brasil,2009.230p.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raboso.10.ed. Rio de Janeiro:Forense,2008.

BARLEY, David H. *et.al.* **Nova Polícia: inovação nas policias de seis cidades norte-americanas**.Tradução de Geraldo Gerson de Souza.2.ed. São Paulo: Edusp, 2006.259p. v.2.

\_\_\_\_\_. *et. al.* **Padrões de Policiamento:** uma análise comparativa internacional. Tradução de René Alexandre Belmonte. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2002. 267p. v.1.

BASTOS, Núbia M. Garcia. **Introdução à Metodologia do Trabalho Acadêmico.** 2 ed. Fortaleza: Nacional, 2004. 104p.

BAUMAN, Zigmunt. **Vidas desperdiçadas.** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. 94p.

\_\_\_\_\_. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 141p.

\_\_\_\_\_. **Confiança e Medo na cidade.** Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. 94p.

\_\_\_\_\_. **Vida para consumo:** a transformação em mercadoria. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 199p.

BECCARIA, Cesare Bonesana. **Dos Delitos e das Penas.** Tradução de Deocleciano Torrieri Guimarães. São Paulo: Rideel, 2003. 160p.

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz; GUIMARÃES, Luiz Brenner; GOMES, Martin Luiz; ABREU, Sérgio Roberto de. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 119 – 131, ano 2004.

BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial.** Tradução de Ana Lúcia Amêndola Pinheiro. São Paulo: Edusp, 2003. 385p. v.8.

BLASS, Leila M. Da Silva. PAIS, José Machado (Org.). **Tribos Urbanas:** produção artística e identidades. São Paulo: Annablume, 2004. 234p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. IBGE. **Censo demográfico 2010: Primeiros resultados.** Informe nº6, maio de 2011.

BRASIL. Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN. Disponível em: <http://www.mj.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2013.

BRODEUR, Jean-Paul. **Como Reconhecer um bom policiamento:** problemas e temas. Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Edusp, 2002. 306p. v.4

CEARÁ. Secretaria da Justiça e Cidadania. Disponível em: <http://www.sejus.gov.ce.br>. Acesso em 20 ago. 2013.

COHN, Gabriel. (Org.). **Max Weber: Sociologia**. 7.ed. São Paulo: Ática, 2006.167p.

CORREIA, Adriano. *et. al.* **Hannah Arendt: Entre o passado e o futuro**. Juiz de Fora:UFJF,2008.149p.

COSTA, Gino. *et. al.* **Que Hacer com las Pandilhas**. Lima: CuldadNuestra, 2009.337p.

COSTA, Naldson Ramos da. Ofício de polícia, violência policial e luta por cidadania em Mato Grosso. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 111 – 118, ano 2004.

COVEY, Stephen R. **Os 7 hábitos das pessoas altamente eficazes**. 5.ed. São Paulo: Nova cultura, 2000. 440p.

FANTE, Cléo. **Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para paz**.2.ed. São Paulo:Vírus,2005.224p.

FERREIRA, Plauto R. de L; BARROSO, Marida de F. Vale. **Segurança e drogadição**. Fortaleza: Icthus, 2006.

FERNANDES, H. R. **Rondas à cidade: Uma coreografia de poder**. Tempo Social. V.1. Ano II, n.2, jul./dez. 1989.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 33.ed.Petropóles: Vozes,1987. 288p.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. 2. Ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.

GLASSNER, BARRY. **Cultura do medo**. Tradução de Laura Knapp. São Paulo: Francis, 2003.340p.

GOLDSTEIN, Herman. **Policimento uma sociedade livre**. Tradução de Marcelo Rollemberg. São Paulo:Edusp, 2003.463p.v.9.

GREENE, Jack R.(Org.).**Administração do Trabalho Policial: questões e análises**.Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Edusp, 2002.179p.

HUGO, Victor.**Os miseráveis**. França:Beta.200.2Dvd (360 min).Color. legendado. Francês. Port.

HOBBSAWM, Eric J. **Bandidos**. 4ª. ed. São Paulo:Paz e Terra, 2010.

KALILA, Eduardo ET AL. **Drogadição hoje: indivíduo, família e sociedade**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LEITE, Marcos da Costa; Andrade, Arthur G. **Cocaína e crack: dos fundamentos ao tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

LOPES, HAROLDO. **O Jovem e a Violência**: causas e soluções. São Paulo: Elevação, 2006.182p.

MAGRO, Viviane Melo de Mendonça. Adolescentes como autores de si próprios: cotidiano, educação e o *hip hop*. **Cad. CEDES** [online]. 2002, v.22, n.57, p. 63-75. ISSN 0101-3262.

MARCONI, Marina Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7.ed. 5. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação a história da Filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 8.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.298p.

MEDEIROS, Mateus Afonso. Aspectos institucionais da unificação das Polícias no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2,p.271-296; 2004.

MIR, Luís. **Guerra Civil**: estado e trauma. São Paulo: Geração editorial, 2004.955p.

MONET, Jean-Claude. **Políticas e Sociedades na Europa**. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Edusp, 2002.353p.

MOCKUS, Antanas. **La experiência de Bogotá en la lucha contra la criminalidade**. Palestra proferida na Federação das Indústrias do Estado do Ceará, a convite do Centro Industrial do Ceará. 22 de maio. 2007.

MORRIS, Norval. *et. al.* **Policimento Moderno**. Tradução de Jacy Córdia Ghirotti. São Paulo: Edusp, 2003.645p.

MOTA BRASIL, Glaucíria (Org.). **A face feminina da Polícia Civil**: gênero, hierarquia e poder. Fortaleza: EdUECE, 2008. 172.

\_\_\_\_\_. **A segurança pública no “Governo das Mudanças”**: moralização, modernidade e participação. Tese de (Doutorado) – São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Nilson Vieira. *et. al.* **Insegurança Pública**: Reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.248p.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **Casais e famílias**: Uma visão contemporânea. Porto Alegre: Artmed, 2002.180p.

OUTEIRAL, José. *et. al.* **Breve ensaio sobre a maldade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2008.107p.

PALMIERI, Gustavo. *et.al*. **Segurança Cidadã e Polícia na democracia**. Rio de Janeiro. Ano IV. n.3.2003. Caderno Adenauer.p.156.

PAULINO, Aparecida Valdência. **Antídoto**: seminário internacional de ações culturais em zonas de conflito. São Paulo: Itaú Cultural, 2008. 219p.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza belle époque**: reforma urbana e controle social 1860-1930. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2010. 224p.

PLATT, Damiam. **Cultura é a nossa arma**: afroreggae nas favelas do Rio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 236p.

RAMOS, Silvia. **Elementos suspeitos**: Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 322p.

ROBERT, Philippe. **Sociologia do Crime**. Tradução de Luis Alberto Salton Peretti. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. 182p.

ROCHA, Janaina, *et. al*. **Hip Hop**: a periferia grita. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2001. 155p.

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha**: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 311p.

ROSA JR, Norton Cesar Dal Folloda. *et. al*. **Violências e contemporaneidade**. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2005. 150p.

ROSSEAU, Jean-Jaques. **A origem da desigualdade entre os homens**. Tradução de Ciro Mioranza. São Paulo: escala, [1999?]. 112p.v.7.

SALES, Lília Maia de Moraes, *Mediação de Conflitos*, Edit. Conceito, 2007

SECRETARIA DE ESTADO E DEFESA SOCIAL. **Fica Vivo**: Juventude e Lei. Minas Gerais, 2008.

SERPA, Maria de Nazareth. **Teoria e Prática da Mediação de Conflitos**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 1999.

SILVA, Rodrigo Lages. Paradigma preventivo e lógica identitária nas abordagens sobre o Hip Hop. **Fractal, rev. psicol.** [online], 2008, v.20, n.1, p. 135-148. ISSN 1984-0292. doi: 10.1590/S1984-02922008000100015.

SKOLNICK, Jerome H. *et. al*. **Policiamento Comunitário**: questões e práticas através do mundo. Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Edusp, 2006. 125p.v.6.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança tem saída**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006. 157p.

SOUSA, Illa Campos. **PRÁTICA REFLEXIVA**: formação dos delegados de polícia

civil do Ceará. 2010. 192 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, UECE, Fortaleza, 2010.

**SOCIEDADE dos poetas mortos.** Direção de Peter Weir. São Paulo: Touchstone, 1991. 1 DVD (129 min). Dolby digital. Color. Legendado. Port.

SKOLNICK, Jerome H. *et. al.* **Policiamento Comunitário:** questões e práticas através do mundo. Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Edusp, 2006. 125p. v.6.

TIBA, Içami. **Quem ama educa.** São Paulo: editora gente, 2002. 302p.

TONI, C. *et. al.* **Hip hop a lápis:** o livro. 2. ed. São Paulo: CEMJ, 2005. 220p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Lidando com a violência nas escolas:** o papel da Unesco. Brasil. 2003. Disponível em: [http://www.unesco.org.br/publicações/livros/lidandoviolenacias/mostra\\_documento](http://www.unesco.org.br/publicações/livros/lidandoviolenacias/mostra_documento), <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/0001322/132251por.pdf>. Acesso em: 17 maio 2012.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2012:** crianças e adolescentes do Brasil. Rio de Janeiro: FLASCO, 2012. 84p.

WARAT, Luiz Alberto (Org.). Ecologia, Psicanálise e Mediação. **Em nome do acordo.** 2. ed. Argentina: Almed, 1999.

WARAT, Valéria Solange. Mediação e Psicopedagogia: Um caminho por construir. *In:* WARAT, Luis Alberto (Org.). **Em nome do acordo.** 2. ed. Argentina: Almed, 1999, p. 120.

ZALUAR, Alba; LEAL, Maria Cristina. **Violência extra e intramuros.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.phd>. Acesso em: 17 maio 2012.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE 1

### QUESTIONÁRIO INICIAL DE AVALIAÇÃO

**ESCOLA:** \_\_\_\_\_

**IDADE:**      Até 12 anos      13 -15 anos      16 -18 anos      Mais de 18 anos

**SEXO:**        Feminino    Masculino

**SÉRIE:**        Ensino Fundamental    Ensino Médio

**Expresse com liberdade seu ponto de vista respondendo ao questionário que segue, colocando em cada parêntese:**

**(S) - Sim**

**(N) - Não**

#### **I - Dignidade da pessoa humana**

1. (     ) Na escola, sinto que as pessoas são respeitadas.
2. (     ) Percebo que existe compromisso com a defesa dos direitos das pessoas.

#### **II - Compromisso ético e solidário**

3. (     ) Nós, alunos, participamos do planejamento e da organização de projetos que nos dizem respeito e temos oportunidade de discordar.

#### **III - Cultura Solidária**

4. (     ) A Educação que recebemos na escola nos conscientiza da necessidade de engajarmos na defesa dos direitos humanos, num mundo violento e injusto.
5. (     ) Percebo o esforço dos professores e orientadores para educar-nos para um mundo melhor.
6. (     ) Quando existem discussões e brigas entre os alunos, os educadores da escola são mediadores e nos mostram os princípios da justiça e da igualdade.

#### **IV - Relações de harmonia na escola**

7. (     ) Os professores e auxiliares, bem como os demais membros da escola, têm respeito pelos alunos e outras pessoas.
8. (     ) Percebo acolhida e diálogo nos educadores da escola para conosco, assim como esforço para nos ajudar a conversar com nossos colegas e sermos sensíveis às opiniões dos outros.

#### **V - Trabalho cooperativo**

9. (     ) Há, na escola, muitos projetos educacionais nos quais nos engajamos em grupos, o que possibilita o desenvolvimento da cooperação.

#### **VI - Avaliação**

10. (     ) Temos oportunidades de auto-avaliação e de expressar ao professor as dificuldades percebidas em sua disciplina.

#### **VII - Sobre preconceito na escola**

11. Existe algum tipo de preconceito na sala de aula? **(MARQUE APENAS UMA OPÇÃO)**

(     ) Sim

(     ) Não

12. O preconceito mais freqüente na sua escola está relacionado a: **(MARQUE APENAS UMA OPÇÃO)**

Raça ( )  
Idade ( )  
Orientação Sexual ( )  
Moda ( )  
Classe social ( )

### **VII – Família**

13. Você mora com quem? **(MARQUE APENAS UMA OPÇÃO)**

( ) Pai e mãe  
( ) Pai  
( ) Mãe  
( ) Avós  
( ) Outros

### **VIII. Sobre a segurança pública**

14. Você já foi abordado pela polícia militar? **(MARQUE APENAS UMA OPÇÃO)**

( ) Sim  
( ) Não

15. Qual a imagem que você tem da polícia? **(MARQUE APENAS UMA OPÇÃO)**

( ) Ótima  
( ) Boa  
( ) Ruim  
( ) Péssima

16. Você confia no trabalho da polícia militar? **(MARQUE APENAS UMA OPÇÃO)**

( ) Sim ( ) Não

### **IX. Sobre o Ronda Cultural**

17. Você conhece o Hip Hop? **(MARQUE APENAS UMA OPÇÃO)**

( ) Sim  
( ) Não

18. Marque o elemento do Hip Hop que você mais gosta: **(MARQUE APENAS UMA OPÇÃO)**

- Break
- DJ
- Rap
- Grafite

19. Você acha interessante a participação da polícia neste Projeto? **(MARQUE APENAS UMA OPÇÃO)**

- Sim
- Não

## APÊNDICE 2

### QUESTIONÁRIO FINAL DE AVALIAÇÃO 2011

**ESCOLA:** \_\_\_\_\_

**IDADE:**      (   ) Até 12 anos      (   ) 13-15 anos      (   ) 16-18 anos      (   ) mais de 18 anos

**SEXO:**      (   ) Feminino (   ) Masculino

**SÉRIE:**      (   ) Ensino Fundamental      (   ) Ensino Médio

*Ajude-nos a melhorar as próximas oficinas. Expresse com liberdade seu ponto de vista respondendo ao questionário que segue. (MARQUE APENAS UMA OPÇÃO EM CADA QUESTÃO)*

- |  |  |
|--|--|
| <p><b>1. Sua avaliação geral da oficina foi:</b><br/> <input type="checkbox"/> Ótima<br/> <input type="checkbox"/> Boa<br/> <input type="checkbox"/> Ruim<br/> <input type="checkbox"/> Péssima</p> <p><b>2. Você acha que as aulas contribuíram para o desenvolvimento de sua capacidade crítica?</b><br/> <input type="checkbox"/> Sim<br/> <input type="checkbox"/> Não</p> <p><b>3. Como você avalia o desempenho dos instrutores nas oficinas?</b><br/> <input type="checkbox"/> Ótima<br/> <input type="checkbox"/> Boa<br/> <input type="checkbox"/> Ruim<br/> <input type="checkbox"/> Péssima</p> <p><b>4. Em relação a sua participação nas oficinas você considera:</b><br/> <input type="checkbox"/> Ótima<br/> <input type="checkbox"/> Boa<br/> <input type="checkbox"/> Ruim<br/> <input type="checkbox"/> Péssima</p> <p><b>5. Marque o elemento do Hip Hop que você mais gostou:</b><br/> <input type="checkbox"/> Break<br/> <input type="checkbox"/> DJ<br/> <input type="checkbox"/> Rap<br/> <input type="checkbox"/> Grafite</p> | <p><b>6. Marque o tema transversal que você mais gostou:</b><br/> <input type="checkbox"/> Bullying<br/> <input type="checkbox"/> Sexualidade<br/> <input type="checkbox"/> Drogas<br/> <input type="checkbox"/> Violência e Criminalidade</p> <p><b>7. Em relação aos recursos materiais utilizados nas oficinas:</b><br/> <input type="checkbox"/> Ótimos<br/> <input type="checkbox"/> Bons<br/> <input type="checkbox"/> Ruins<br/> <input type="checkbox"/> Péssimos</p> <p><b>8. Você aconselharia outros colegas a fazerem as oficinas de Hip Hop?</b><br/> <input type="checkbox"/> Sim<br/> <input type="checkbox"/> Não</p> <p><b>9. Qual a imagem que você tem da polícia depois das oficinas?</b><br/> <input type="checkbox"/> Ótima<br/> <input type="checkbox"/> Boa<br/> <input type="checkbox"/> Ruim<br/> <input type="checkbox"/> Péssima</p> |
|--|--|

**10. Analisando o seu pensamento sobre o Hip Hop, mudou algo depois que você participou das oficinas?**

( ) Sim

( ) Não

**11. Quanto aos temas transversais abordados durante as aulas, como violência, criminalidade, drogas, sexualidade e bullying, novos conceitos foram acrescentados ao seu pensamento?**

( ) Sim

( ) Não

**Obrigado por sua participação!**

## APÊNDICE 3

### Modelo de Questionário sobre Bullying

**Colégio:** \_\_\_\_\_

**Sexo:** Masculino ( )      Feminino ( )

**Nível Escolar:** Fundamental ( )      Médio ( )

**Série:** \_\_\_\_\_

- |  |   |
|--|---|
| <p>1. Você se sente bem na escola onde estuda?</p> <p>a) Sim<br/>b) Não</p>  | <p>7. Você já colocou algum apelido em alguém da sua sala?</p> <p>a) Sim<br/>b) Não</p>                           |
| <p>2. O que mais lhe motiva a ir à escola?</p> <p>a) As aulas<br/>b) Os professores<br/>c) Os amigos(as)<br/>d) Só vai por obrigação</p> | <p>8. Existe alguém na sua sala que é isolado pelos outros alunos?</p> <p>a) Sim<br/>b) Não</p>                   |
| <p>3. Como é o relacionamento entres os professores e os alunos?</p> <p>a) Ótimo<br/>b) Bom<br/>c) Ruim<br/>d) Péssimo</p>               | <p>9. Você já foi isolado(a) pelos outros alunos?</p> <p>a) Sim<br/>b) Não</p>                                    |
| <p>4. Como é o relacionamento entre os alunos da sua sala?</p> <p>a) Ótimo<br/>b) Bom<br/>c) Ruim<br/>d) Péssimo</p>                     | <p>10. Você já isolou alguém da sua sala?</p> <p>a) Sim<br/>b) Não</p>  |
| <p>5. Os alunos da sua sala costumam colocar apelidos uns nos outros?</p> <p>a) Sim<br/>b) Não</p>                                       | <p>11. Existem pessoas na sua sala que gostam de intimidar/amedrontar outros alunos?</p> <p>a) Sim<br/>b) Não</p> |
| <p>6. Alguém da sua sala colocou algum apelido em você?</p> <p>a) Sim<br/>b) Não</p>   | <p>12. Você se sente intimidado(a)/amedrontado(a) por alguém da sua sala?</p> <p>a) Sim<br/>b) Não</p>            |
| <p>7. Alguém da sua sala colocou algum apelido em você?</p> <p>a) Sim<br/>b) Não</p>   | <p>13. Você costuma intimidar/amedrontar alguém de sua sala?</p> <p>a) Sim<br/>b) Não</p>                         |

14. Alguém da sua sala costuma humilhar outros alunos?

- a) Sim
- b) Não

Q.6 ; Q.9 ; Q.12 ; Q.15 e Q.18

Questões que identificam os alunos *Autores* (são os alunos que só praticam BULLYING):

15. Você costuma ser humilhado por outros alunos?

- a) Sim
- b) Não

Q.7 ; Q.10 ; Q.13 ; Q.16 e Q.19

Resposta *SIM* nas questões que identificam alunos *Autores* e *Alvos*, simultaneamente, identificarão os alunos *Alvos/Autores* (são os alunos que ora sofrem, ora praticam BULLYING)

16. Você costuma humilhar outros alunos?

- a) Sim
- b) Não

17. Alguém da sua sala costuma bater em outros alunos?

- a) Sim
- b) Não

18. Alguém da sua sala costuma bater em você?

- a) Sim
- b) Não

19. Você costuma bater em alguém da sua sala?

- a) Sim
- b) Não

#### Dados a serem coletados

Questões que identificam os alunos *Testemunhas* (são os alunos que não sofrem nem praticam Bullying, mas convivem em um ambiente onde isso ocorre):

Q.5 ; Q.8 ; Q.11 ; Q.14 e Q.17

Questões que identificam os alunos *Alvos* (são os alunos que só sofrem BULLYING):

## APÊNDICE 4

### QUESTIONÁRIO SOBRE SEXUALIDADE

ESCOLA: \_\_\_\_\_

- IDADE:**      ( ) Até 12 anos      ( ) 13-15 anos      ( ) 16-18 anos      ( ) mais de 18 anos
- SEXO:**      ( ) Feminino ( ) Masculino
- SÉRIE:**      ( ) Ensino Fundamental      ( ) Ensino Médio
- 01. Você já teve alguma experiência sexual?**      **08. Se você tivesse algum tipo de DST, esconderia dos seus pais?**
- ( ) Sim      ( ) Não
- ( ) Sim      ( ) Não
- 02. Se sim, com que faixa etária iniciou?**
- ( ) 12 – 14 anos
- ( ) 15 – 17 anos
- ( ) 18 – 20 anos
- 03. Você conversa com seus pais sobre sexualidade?**
- ( ) Sim      ( ) Não
- 04. Seus pais têm conhecimento sobre sua vida sexual?**
- ( ) Sim      ( ) Não
- 05. Dentre estes métodos contraceptivos, DIU, camisinha masculina, camisinha feminina, pílula e injeção, quantos você conhece?**
- ( ) Nenhum
- ( ) Apenas um
- ( ) Mais de um
- 06. Você utiliza algum dos métodos acima para se prevenir?**
- ( ) Sim      ( ) Não
- 07. Se você tivesse algum tipo de DST, esconderia do seu parceiro?**
- ( ) Sim      ( ) Não
- 09. Você tem filho(s)?**
- ( ) Sim      ( ) Não
- 10. Você estaria preparado para ser pai/mãe?**
- ( ) Sim      ( ) Não
- 11. Se você / namorada engravidasse, qual atitude tomaria?**
- ( ) Assumiriam a situação
- ( ) Fariam aborto
- 12. Quanto ao aborto, você acredita que para a mulher:**
- ( ) Não é prejudicial
- ( ) Pode ser prejudicial
- ( ) É prejudicial e pode levar à morte
- 13. Você já foi ou conhece alguém que tenha sido abusado(a) sexualmente?**
- ( ) Sim      ( ) Não
- 14. Se sim, qual o grau de parentesco de quem violentou:**
- ( ) Pai
- ( ) Padrasto
- ( ) Irmão
- ( ) Tio ou primo
- ( ) Conhecido

Desconhecido

**15. Qual a reação da pessoa que foi violentada diante do fato:**

Escondeu

Procurou ajuda

**16. Você já teve relações sexuais com pessoas do mesmo sexo?**

Sim     Não

**17. Você tem preconceito com pessoas homossexuais?**

Sim     Não

## **ANEXOS**

## ANEXO 1



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria da Segurança Pública  
e Defesa Social*

### **RONDA CULTURAL**

*A Atividade Policial na Mediação Social e Intervenção Cultural*

**Fortaleza  
Setembro de 2009**

## 1 – Contextualização e Justificativa:

O quadro atual da segurança pública no Brasil passa por uma crise estrutural em grande escala. O último relatório das Nações Unidas sobre execuções arbitrárias, sumárias, e extrajudiciais, revela o distanciamento da segurança pública em relação à comunidade. Os dados explicam o medo e a desconfiança da população em relação à Polícia, ao mesmo tempo revelam porque as políticas de segurança pública se mostraram ineficazes nos seus propósitos de garantir a ordem pública e o bem estar coletivo.

A maioria dos agredidos e agressores são jovens, em grande parte negros, entre 15 a 29 anos, moradores de aglomerados ou favelas. Isso contribui para a criação, pela sociedade, de “rótulos” negativos quanto à atitude desses jovens, o que tende a agravar a situação, levando à defesa de métodos mais truculentos e arbitrários, tais como a pena de morte e a redução da maioridade penal, medidas ineficazes no combate à violência, e em particular, à criminalidade juvenil.

Existem no mundo milhões de jovens desempregados na faixa etária de 16 a 30 anos e números significativos de jovens subempregados, que recebem quantia insuficiente para suas necessidades básicas. A realidade brasileira não foge a regra e confirma esses dados.

Nesse contexto, a questão da violência envolvendo a juventude assume especial significado no Brasil, largamente identificado e reconhecido como “um País jovem”, preenchendo o espaço do vácuo deixado pelas políticas públicas, ao mesmo tempo em que se apresenta contraditoriamente como alternativa de expressão e quebra da invisibilidade social imposta a esse jovem.

Superando as debilidades questionadas historicamente, surge no Estado do Ceará uma proposta diferenciada de fazer Segurança Pública, denominada como Programa RONDA DO QUARTEIRÃO.

Esse programa apresenta um tipo de ação policial que institui como base fundamental o diálogo da Polícia com a comunidade, estabelecendo uma relação de atenção, contraposta à postura arbitrária e violadora de direitos humanos.

As abordagens policiais nas ruas da cidade configuram situações de encontro entre Polícia e população, particularmente a população jovem. Porém, quando essa abordagem não é perfeitamente executada pode resultar em um ato violento.

Segundo a pesquisadora Silvia Ramos, da Universidade Cândido Mendes, a abordagem policial constitui um momento em que as pessoas têm contato direto com a Polícia na qualidade de cidadãos comuns. Por essas características, as experiências de abordagens são uma fonte potencialmente muito importante de geração de imagens e opiniões – positivas ou negativas – sobre as forças de segurança. Na outra ponta desse problema, temos os Profissionais de Segurança Pública, em sua maioria jovens policiais militares e civis, oriundos também dessa mesma realidade.

A atividade policial representa o uso de força da sociedade contra ela mesma. Sendo o policial membro dessa sociedade, podemos entender Polícia como povo especializado e profissional responsável pela manutenção da ordem pública.

Para a Polícia não existe pessoa suspeita, mas atitudes suspeitas. Porém, na prática policial isso não é uma realidade. Segundo estudos na Universidade Cândido Mendes, feitos pela pesquisadora Silvia Ramos, existe sim um perfil do “elemento suspeito”, e esse é geralmente jovem. Vários estudos também apontam a existência de uma importante tensão na relação entre a juventude e a Polícia. Essa tensão é gerada pela frequência de uma abordagem policial contra esse grupo, o que cria um hiato que distancia os jovens da Polícia, levando-os a não suportarem a presença policial no seu “território”.

O fato é que nem os jovens gostam da Polícia, e nem a Polícia atura as atitudes dos jovens, geralmente vistas como uma afronta contra a autoridade policial. É comum observar hostilidade de ambas as partes. Essa tensão torna ambos “Elementos Suspeitos”.

A proposta do projeto RONDA CULTURAL é a construção de uma “ponte” que possibilite um diálogo entre Polícia e juventude, com o entendimento por parte da Polícia das manifestações, diversidade, estilos e dinâmicas do mundo cultural urbano juvenil, e, por parte dos jovens, um novo entendimento das contradições e das práticas policiais, visando um novo fazer policial em que jovens das comunidades e jovens policiais sejam mais que meros atores de um conflito, mas se construam como agentes de mediação social e intervenção cultural.

## 2 – Objetivo Geral:

Aproximar os Profissionais de Segurança Pública da juventude por meio de oficinas de artes e cultura, direcionando para um debate prático e teórico, buscando construir um novo modelo policial para lidar com a juventude, diminuindo as divergências e a violência entre ambos.

### 3 – Público Alvo:

Policiais Militares e jovens das comunidades.

### 4 – Descrição dos Serviços:

Entendemos que a imagem das viaturas policiais sempre foi associada à repressão, limitação e imposição. O impacto de uma viatura policial na juventude de comunidades lembra mais o medo que proteção, divisão que união, intranquilidade que tranquilidade. No imaginário juvenil, Polícia é sinônimo de arbitrariedade, desconfiança e medo.

O impacto de uma nova abordagem policial irá aflorar toda resistência dos setores tradicionais da Polícia e da Sociedade, contra um modelo que rompe com a mesmice de aproximação Polícia e juventude. Portanto, esta ação de mobilização tem o objetivo de conseguir a adesão voluntária de policiais e jovens, para que, juntos, construam às ações propostas neste projeto.

Os veículos que usaremos servirão como instrumento de aproximação e de associação da imagem do Ronda do Quarteirão a uma Polícia preocupada com os valores dos jovens das comunidades, por isso a necessidade desses veículos terem as características de uma viatura da PM, adaptada com ferramentas culturais, de áudio e vídeo, além de artes integradas da música, expressão corporal do teatro e da dança, juntamente com as artes visuais do grafite.

Serão formadas 2 equipes (distribuídos em três viaturas cultural), compostas com integrantes da PM (Ronda do Quarteirão). Cada integrante de equipe será distribuído conforme a sua habilidade artística. Cada equipe será composta por 10 participantes. Os participantes serão assim distribuídos: 2 para a música; 6 na dança; 2 nas artes plásticas (grafite); 2 na sonoplastia (DJ) e 2 para a roda de conversa ou “papo maneiro” e 4 para produção e montagem. Os participantes serão compostos por 14 policiais militares do programa “Ronda do Quarteirão” e 06 membros da Central Única das Favelas (CUFA).

As equipes do “Ronda Cultural” farão apresentações nas comunidades, preferencialmente onde está ocorrendo com maior frequência conflitos juvenis. Após as apresentações dará início a “roda de conversa”, que denominamos “dando uma geral”, onde um membro da PM e outro da CUFA (egresso do sistema penal) iniciarão uma roda de conversa com esses jovens buscando entender o universo juvenil e a sua realidade local.

Com este diferencial iremos atrair os jovens da comunidade, que em parceria com os policiais selecionados desenvolverão um novo modelo de abordagem policial rompendo com todas as estratégias de aproximação anteriormente utilizadas. Após as apresentações iniciaremos a formação das oficinas culturais (Hip-Hop) com jovens voluntários da própria localidade, construindo um relacionamento sem preconceitos entre Polícia e juventude.

### 5 – Capacitação:

#### 1ª mês – divulgação e adesão

- *Workshops* de sensibilização e mobilização nos quartéis da PM com apresentação de Hip-Hop;
- Ao final do mês os coordenadores, a equipe de instrutores e os parceiros farão uma avaliação da divulgação e a seleção dos participantes por oficina.

#### 2º mês

##### 1ª semana – Início da Capacitação

##### Horário das oficinas

9:00h às 12:30h

14:00h às 16:45h

##### Programa das oficinas:

- Aulas específicas por modalidade;
- Exibição de filmes e documentários;
- Debates, palestras e bate papos com convidados;
- Roda de conversa entre os participantes.

##### 2ª semana - Capacitação

- Aulas específicas por modalidade;
- Exibição de filmes e documentários;
- Debates, palestras e bate papos com convidados;
- Roda de conversa entre os participantes.

##### 3ª e 4ª semana - Apresentações

-Apresentação pública como fechamento das oficinas, contando com o apoio da viatura cultural.

### 6 – Metodologia:

Na primeira semana teremos a apresentação dos cinco elementos que compõem o hip hop:

rap, break, dj e grafite. O objetivo dessa atividade é desmistificar a visão “marginal” do hip hop.

Na segunda e terceira semana trabalharemos as disciplinas de DJ, grafite, rap e break. Os policiais serão divididos em quatro grupos de cinco policiais, distribuídos por elemento do hip hop, totalizando 20 policiais. Pela manhã teremos palestras com temas específicos sobre o universo juvenil das comunidades. No período da tarde teremos as aulas práticas e roda de conversa. Cada aula terá duração de 1 hora, e os policiais participarão de todas as disciplinas em ritmo de rodízio por grupo.

Na última semana os policiais serão selecionados por aptidão. Ao final será composta às equipes e em seguida iniciará um ensaio geral de todas as equipes, formando o grupo de hip hop “Ronda Cultural”.

## **PLANO DE TRABALHO**

### PRIMEIRA SEMANA

DIAS	HORARIOS	ATIVIDADES
SEG	08h00 AS 11h30	PALESTRA DE ABERTURA SOBRE A CULTURA HIPHOP
	14h00 às 14h45	DEBATE E RODA DE CONVERSA SOBRE A CULTURA HIP HOP
TER	08h00 AS 11h30	AULA TEÓRICA DE BREAK
	14h00 às 14h45	AULA PRÁTICA DE BREAK
QUA	08h00 AS 11h30	AULA TEÓRICA DE DJ
	14h00 às 14h45	AULA PRÁTICA DE DJ
QUI	08h00 AS 11h30	AULA TEÓRICA DE TEXTO E RIMA (MC)
	14h00 às 14h45	AULA PRÁTICA DE TEXTO E RIMA (MC)
SEX	08h00 AS 11h30	AULA TEÓRICA DE GRAFITTE
	14h00 às 14h45	AULA PRÁTICA DE GRAFITTE
SAB	08h00 AS 11h30	AULA TEÓRICA DE HIP HOP
	14h00 às 14h45	AULA PRÁTICA DE HIP HOP

### SEGUNDA E TERCEIRA SEMANA

DIAS	HORARIOS	ATIVIDADES
SEG	08h00 AS 11h30	PALESTRANTE CONVIDADO – UNIVERSO JUVENIL
	14h00 às 14h45	AULAS PRÁTICAS (BREAK, GRAFITTE, DJ E RAP)
TER	08h00 AS 11h30	PALESTRANTE CONVIDADO – UNIVERSO JUVENIL
	14h00 às 14h45	AULAS PRÁTICAS (BREAK, GRAFITTE, DJ E RAP)
QUA	08h00 AS 11h30	PALESTRANTE CONVIDADO – UNIVERSO JUVENIL
	14h00 às 14h45	AULAS PRÁTICAS (BREAK, GRAFITTE, DJ E RAP)
QUI	08h00 AS 11h30	PALESTRANTE CONVIDADO – UNIVERSO JUVENIL
	14h00 às 14h45	AULAS PRÁTICAS (BREAK, GRAFITTE, DJ E RAP)
SEX	08h00 AS 11h30	PALESTRANTE CONVIDADO – UNIVERSO JUVENIL
	14h00 às 14h45	AULA PRÁTICA DE HIP HOP

### QUARTA SEMANA

DIAS	HORARIOS	ATIVIDADES
SEG	08h00 AS 11h30	AULAS TEÓRICAS (BREAK, GRAFITTE, DJ, BASQUETE E RAP)

	14h00 14h45	às	AULAS PRÁTICAS (BREAK, GRAFITTE, DJ, BASQUETE E RAP)
TER	08h00 11h30	AS	AULAS TEÓRICAS (BREAK, GRAFITTE, DJ, BASQUETE E RAP)
	14h00 14h45	às	AULAS PRÁTICAS (BREAK, GRAFITTE, DJ, BASQUETE E RAP)
QUA	08h00 11h30	AS	FORMAÇÃO DA EQUIPE RONDA CULTURAL
	14h00 14h45	às	FORMAÇÃO DA EQUIPE RONDA CULTURAL
QUI	08h00 11h30	AS	FORMAÇÃO DA EQUIPE RONDA CULTURAL
	14h00 14h45	às	FORMAÇÃO DA EQUIPE RONDA CULTURAL
SEX	08h00 11h30	AS	AVALIAÇÃO GERAL
	14h00 14h45	às	ENCERRAMENTO DO CURSO COM APRESENTAÇÃO DA EQUIPE HIP HOP RONDA CULTURAL

## 7 – Principais Resultados/Benefícios Esperados:

A abordagem policial vai muito além de uma “batida” ou “geral”. Para nós abordagem é aproximação, comunicação, integração. O principal resultado é uma nova forma de abordagem (sem intermediários) entre os policiais e os jovens, por meio de experiências novas e inusitadas, proporcionadas pela arte e cultura. Iremos construir um novo paradigma do policial como um mediador social e agente cultural, a partir de artes integradas produzidas e multiplicadas por policiais e jovens das comunidades. Ao final eles descobrem que partilham mais identidades do que supunham.

## 8 – Instrumentos de Mediação e Meios de Verificação:

Apresentação dos relatórios das oficinas realizadas durante o projeto.

Apresentação artística dos participantes.

Acompanhamento das estatísticas criminais no território onde o projeto está sendo desenvolvido, observando os índices de homicídio envolvendo jovens.

## 9 – Cronograma:

Atividade	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14
Divulgação do projeto e inscrições														
Início das Oficinas														
Fim das Oficinas														
Desenvolvimento do projeto														
Avaliação														
Finalização														

# ANEXO 2

## CD RONDA CULTURAL

**RONDA CULTURAL 2010**



**Polícia e juventude: a cultura é o segredo.**



SECRETARIA DA CULTURA  
Governo do Estado do Ceará

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
Governo do Estado do Ceará

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
Governo do Estado do Ceará

FUNDAÇÃO ESON QUEIROZ  
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA  
ENSINANDO E APRENDENDO

UNIFOR



A integração entre polícia e juventude é um dos principais objetivos do Projeto Ronda Cultural, que acredita no diálogo, na educação e na cultura como caminho para a promoção do desenvolvimento humano e da tão almejada paz social.

A todos os alunos, oficiais, policiais e apoiadores do Ronda Cultural durante o ano de 2010, muito obrigado. Que o espírito de companheirismo, parceria e responsabilidade conjunta com o futuro, tão característico deste projeto, germine e cresça dentro de cada um de nós.

Maj. Pláudio de Lima Ferreira  
Coordenador do Ronda Cultural

## ANEXO 3

## REVISTA DO PROJETO RONDA CULTURAL

## RONDA CULTURAL 2010



Polícia e juventude: a cultura é o segredo.



## APRESENTAÇÃO DA REVISTA DO RC

A integração entre polícia e juventude expressa um caminho no qual a segurança pública passa a ser compreendida e vivida como responsabilidade de todos, facilitando a resolução dos conflitos por gerar reciprocidade de confiança entre policial e juventude. Definir o perfil do policial, nesse novo contexto da segurança, estimula a necessidade de uma formação fundada na realidade da juventude, para que assim possa haver uma aproximação efetiva utilizando os meios culturais e linguagem dos jovens.

O projeto "Ronda Cultural" tem como proposta pedagógica a utilização do hip hop como "ponte" para conversar transversalmente com os jovens sobre os temas: criminalidade, violência, bullying, drogadição e sexualidade.

A utilização da linguagem de gíbi é mais uma proposta deste projeto de policiamento comunitário, que visa levar o público infanto-juvenil a reflexão sobre suas decisões, que podem ter conseqüências boas ou ruins no seu futuro como adulto.  
Boa leitura.

*Plauto de Lima – Coordenador do Ronda Cultural*

TEXTO: ALLAN DUVALE  
DESENHO CAPA: DAVI FAVELA  
QUADRINISTA: VALDECIR DE CARVALHO  
MONTAGEM GRÁFICA: JRGRAFF

## PROJETO RONDA CULTURAL

Maj. Plauto Roberto de Lima Ferreira  
COORDENAÇÃO GERAL

Lilla Sales  
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Allan Duvale  
COORDENAÇÃO ARTÍSTICA

## POLICIAIS / INSTRUTORES

- Sd Giselly - Sd Kleyton - Sd Snard - Sd Franco  
- Sd Ana Iris - Sd F. Júnior - Sd Rafael - Sd Thiago

## OFICINEIROS

- Davi Favela (Oficina de grafite) - Cristiano Silva (Dj Doido) (Oficina de DJ) - Fabrício Diniz (Oficina de MC) - Wilker (Oficina de Break)

## AGRADECIMENTOS:

CID FERREIRA GOMES  
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

ROBERTO MONTEIRO  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

AUTO FILHO  
SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ

IZOLDA CELA  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ

CUFA - CENTRAL ÚNICA DAS FAVELAS; INSTITUTO DRAGÃO DO MAR; CENTRO CULTURAL DO BOM JARDIM;  
INESP - INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ

## ANEXO 4

### PLANO DE AULA BREAK

#### PLANO DE AULA – 1º DIA

**OFICINA: BREAK DANCE**  
**FACILITADOR:**

#### 1. PÚBLICO-ALVO

Alunos da escola onde o Ronda Cultural estará atuando e demais jovens da comunidade.

#### 2. OBJETIVO GERAL

Desenvolver habilidades artístico-corporais através do Break Dance, elemento do Hip Hop.

#### 3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Contar a história do Break Dance;  
Diferenciar os estilos de Break Dance;  
Trabalhar o tema transversal “sexualidade”.

#### 4. METODOLOGIA

Inicialmente, contaremos a história do Break Dance, destacando o contexto histórico no qual foi criado bem como seus diversos estilos. Utilizaremos vídeos que demonstram os passos da dança e, em seguida, haverá um diálogo a respeito do que foi exposto.

Falaremos sobre a sexualidade por meio de um vídeo. .

#### 5. RECURSOS

Computador;  
Projetor.

#### 6. AVALIAÇÃO

Avaliaremos o dia oralmente.

#### 7. BIBLIOGRAFIA

ROCHA, Janaína; DOMENICH, Mirella; CASSEANO, Patrícia. Hip Hop – A periferia grita. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

Site: <http://www.pcg.com.br/eblack/02.htm>, acesso em 09/03/2010.

Vídeo: <http://www.youtube.com/watch?v=Ov7yF1p-kus>

## PLANO DE AULA – 2º DIA

### **OFICINA: BREAK DANCE** **FACILITADOR:**

#### **1. PÚBLICO-ALVO**

Alunos da escola onde o Ronda Cultural estará atuando e demais jovens da comunidade.

#### **2. OBJETIVO GERAL**

Desenvolver habilidades artístico-corporais através do Break Dance, elemento do Hip Hop.

#### **3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Desenvolver a coordenação motora e a criatividade por meio da dança;  
Aprender os passos: Up Rock 1, Up Rock 2, Combo, Six Step, Atomic Six Step, Glide;  
Treinar os passos aprendidos;  
Trabalhar o subtema “doenças sexualmente transmissíveis”;  
Esclarecer aos jovens as formas pelas quais as DSTs são transmitidas;  
Informar a respeito dos meios de prevenção e tratamento das DSTs.

#### **4. METODOLOGIA**

Apresentaremos os passos a serem aprendidos por meio de vídeos e em seguida ensinaremos os passos detalhadamente;

Iniciaremos a abordagem ao subtema “doenças sexualmente transmissíveis” com o vídeo “Alerta contra as DSTs” (1ª versão). Em seguida, perguntaremos aos jovens quais as DSTs que eles conhecem e encerraremos com um debate sobre as formas de contágio, prevenção e tratamento.

#### **5. RECURSOS**

Aparelho de som;  
Computador;  
Projektor.

#### **6. AVALIAÇÃO**

Pediremos aos jovens que demonstrem os passos aprendidos na oficina.

#### **7. BIBLIOGRAFIA**

ROCHA, Janaína; DOMENICH, Mirella; CASSEANO, Patrícia. Hip Hop – A periferia grita. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

Site: <http://www.pcg.com.br/eblack/02.htm>, acesso em 09/03/2010.

## PLANO DE AULA – 3º DIA

### **OFICINA: BREAK DANCE** **FACILITADOR:**

#### **1. PÚBLICO-ALVO**

Alunos da escola onde o Ronda Cultural estará atuando e demais jovens da comunidade.

#### **2. OBJETIVO GERAL**

Desenvolver habilidades artístico-corporais através do Break Dance, elemento do Hip Hop.

#### **3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Desenvolver a coordenação motora e a criatividade por meio da dança;  
Aprender os passos: Sling, Sling Walk, Hook, Side Shuffle, Jester Kick;  
Treinar os passos aprendidos;  
Discutir com os jovens o subtema “gravidez na adolescência”;  
Possibilitar que os jovens reflitam sobre as conseqüências de uma gravidez precoce.

#### **4. METODOLOGIA**

Apresentaremos os passos a serem aprendidos por meio de vídeos e em seguida os ensinaremos detalhadamente;

Iniciaremos a abordagem ao subtema transversal colocando a imagem de uma adolescente grávida e, em seguida, abriremos uma discussão perguntando aos jovens o que aquela imagem transmite a eles. Daremos seguimento ao debate com as conseqüências que uma gravidez precoce traz para a vida de um (a) adolescente.

#### **5. RECURSOS**

Aparelho de som;  
Computador;  
Projetor.

#### **6. AVALIAÇÃO**

Pediremos aos jovens que demonstrem os passos aprendidos na oficina.

#### **7. BIBLIOGRAFIA**

ROCHA, Janaína; DOMENICH, Mirella; CASSEANO, Patrícia. Hip Hop – A periferia grita. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

Site: <http://www.pcq.com.br/eblack/02.htm>, acesso em 09/03/2010.

## PLANO DE AULA – 4º DIA

### OFICINA: BREAK DANCE FACILITADOR:

#### 1. PÚBLICO-ALVO

Alunos da escola onde o Ronda Cultural estará atuando e demais jovens da comunidade.

#### 2. OBJETIVO GERAL

Desenvolver habilidades artístico-corporais através do Break Dance, elemento do Hip Hop.

#### 3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Desenvolver a coordenação motora e a criatividade por meio da dança;  
Aprender os passos: Wave, Wave 2, Wave Kick, Strobe Walk, Rope Pull, Body Shake;  
Treinar os passos aprendidos;  
Discutir o conceito de homofobia;  
Refletir acerca da associação entre homofobia e violência.

#### 4. METODOLOGIA

Apresentaremos os passos a serem aprendidos por meio de vídeos e em seguida os ensinaremos detalhadamente;

Daremos início ao subtema transversal com a pergunta: “Quem é preconceituoso?”. Diante das respostas, mostraremos a estatística que mede o percentual de preconceito contra os homossexuais no Brasil e, em seguida, esclareceremos o que significa homofobia e sua relação com a violência.

#### 5. RECURSOS

Aparelho de som;  
Computador;  
Projetor.

#### 6. AVALIAÇÃO

Montaremos uma coreografia para a apresentação final.

#### 7. BIBLIOGRAFIA

ROCHA, Janaína; DOMENICH, Mirella; CASSEANO, Patrícia. Hip Hop – A periferia grita. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

Site: <http://www.pcg.com.br/eblack/02.htm>, acesso em 09/03/2010.

## ANEXO 5

### PLANO DE AULA DJ

#### PLANO DE AULA – 1º DIA

**OFICINA: DJ**

**FACILITADOR:**

#### 1. PÚBLICO-ALVO

Alunos da escola onde o Ronda Cultural estará atuando e demais jovens da comunidade.

#### 2. OBJETIVO GERAL

Resgatar a auto-estima e a cultura negra para combater a violência através do DJ, elemento do Hip Hop.

#### 3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Contar a história da origem dos DJ's no mundo através de um vídeo;

Apresentar o trabalho dos DJ's no Brasil;

Mostrar a história do DJ no Ceará;

Apresentar o grupo RacionaisMC's por meio do DJ KL Jay (Kleber);

Discutir o tema transversal "drogas" por meio de um artigo de opinião.

#### 4. METODOLOGIA

Inicialmente, explanaremos a respeito de como surgiram os DJ's;

Apresentação do vídeo "Scratch" – sobre a história americana;

Exposição do documentário sobre os negros – Chic Show;

Os jovens ouvirão músicas do "Comunidade da Rima" e assistirão a um vídeo com fotos contando a trajetória do grupo;

O grupo RacionaisMC's será citado através de um vídeo que mostra a desempenho do DJ KL Jay (referência nacional);

Discutiremos com os jovens o tema "drogas", utilizando o artigo *Educar antes de legalizar*, de Jairo Bouer;

Finalizaremos com a aplicação do instrumental de avaliação.

#### 5. RECURSOS

Projetor

Computador

Toca-discos

Xerox

#### 6. AVALIAÇÃO

Avaliaremos o dia por meio de perguntas sobre o conteúdo estudado.

#### 7. BIBLIOGRAFIA

ASSEF, Cláudia. *Todo DJ já sambou - A história do disc-jóquei no Brasil*. São Paulo: Conrad Livros, 2003.

BOUER, Jairo. *Educar antes de legalizar*. Fortaleza: O Povo, 11/03/2010.  
 ROCHA, Janaína; DOMENICH, Mirella; CASSEANO, Patrícia. *Hip Hop – A periferia grita*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.  
 Documentário sobre os negros – Racionais Mc's.  
 Arquivo de fotos do Comunidade da Rima.  
 Vídeo “Rotação 33 – Fita Mixada”.  
 Vídeo “Scratch”.

## PLANO DE AULA – 2º DIA

**OFICINA: DJ**  
**FACILITADOR:**

### 1. PÚBLICO-ALVO

Alunos da escola onde o Ronda Cultural estará atuando e demais jovens da comunidade.

### 2. OBJETIVO GERAL

Familiarizar o jovem com os equipamentos utilizados pelo DJ.

### 3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Mostrar aos alunos os equipamentos através da *Cartilha do DJ*.

### 4. METODOLOGIA

Apresentaremos aos jovens os equipamentos utilizados pelo DJ;

Discutiremos com os jovens o tema “drogas”, destacando o uso do álcool e do cigarro, mostrando seus efeitos e dados estatísticos.

### 5. RECURSOS

Toca-discos

Computador

Projeter

*Cartilha do DJ* (30 cópias)

### 6. AVALIAÇÃO

Avaliaremos o dia por meio de perguntas sobre o conteúdo estudado.

### 7. BIBLIOGRAFIA

ASSEF, Cláudia. *Todo DJ já sambou - A história do disc-jóquei no Brasil*. São Paulo: Conrad Livros, 2003.

ROCHA, Janaína; DOMENICH, Mirella; CASSEANO, Patrícia. *Hip Hop – A periferia grita*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

*Cartilha do DJ – DJ Doido*

## PLANO DE AULA – 3º DIA

**OFICINA: DJ**  
**FACILITADOR:**

### 1. PÚBLICO-ALVO

Alunos da escola onde o Ronda Cultural estará atuando e demais jovens da comunidade.

### 2. OBJETIVO GERAL

Utilizar o equipamento de DJ.

### 3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Aprender a identificar o tempo da música;

Diferenciar bumbo de caixa;

Usar o *crossfader*;

Discutiremos com os jovens o tema “drogas” a partir da pergunta: “O que leva as pessoas a usarem drogas?”.

### 4. METODOLOGIA

Explicaremos aos alunos o que é o tempo da música e a diferença entre bumbo e caixa e como identificá-los, exemplificando através de bases musicais pré-definidas. Logo após, os jovens serão convidados a utilizar os toca-discos para praticar o que foi aprendido na teoria.

A partir de uma pergunta sobre o uso das drogas, discutiremos o posicionamento dos alunos.

### 5. RECURSOS

Toca-discos

Computador

*Mixer*

### 6. AVALIAÇÃO

Pediremos que cada aluno utilize o equipamento, fazendo a contagem do tempo e mostrando a diferença entre bumbo e caixa.

Discutiremos o uso das drogas.

### 7. BIBLIOGRAFIA

ASSEF, Cláudia. *Todo DJ já sambou - A história do disc-jóquei no Brasil*. São Paulo: Conrad Livros, 2003.

ROCHA, Janaína; DOMENICH, Mirella; CASSEANO, Patrícia. *Hip Hop – A periferia grita*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

## PLANO DE AULA – 4º DIA

**OFICINA: DJ**  
**FACILITADOR:**

### 1. PÚBLICO-ALVO

Alunos da escola onde o Ronda Cultural estará atuando e demais jovens da comunidade.

### 2. OBJETIVO GERAL

Reforçar a importância da discotecagem como alternativa para o futuro de nossos jovens.

### 3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Revisar o conteúdo visto na oficina: nomes e funções dos equipamentos, bumbo, caixa e mixagem;

Analisar a letra de músicas dos Racionais MC's;

Discutir com os jovens o tema “drogas”, mostrando depoimentos de ex-dependentes químicos.

### 4. METODOLOGIA

Faremos perguntas sobre os nomes dos equipamentos para os alunos;

Cada jovem será convidado a mixar músicas e colocar efeitos com cortes no bumbo ou na caixa;

Colocaremos um vídeo com a música “Artigo 157”, dos Racionais MC's, para que façamos a análise junto com os alunos, mostrando que a interpretação real da letra é diferente daquilo que eles pensam;

Leremos depoimentos de ex-dependentes químicos e, posteriormente, pediremos que eles façam cartazes usando palavras ou frases com os motivos pelos quais vale a pena não usar drogas. Deixaremos os trabalhos expostos na sala.

### 5. RECURSOS

Toca-discos

Computador

*Mixer*

Projektor

Cartolina

Pincéis para quadro branco

### 6. AVALIAÇÃO

Teórica e prática sobre o conteúdo estudado na oficina.

### 7. BIBLIOGRAFIA

ASSEF, Cláudia. *Todo DJ já sambou - A história do disc-jóquei no Brasil*. São Paulo: Conrad Livros, 2003.

ROCHA, Janaína; DOMENICH, Mirella; CASSEANO, Patrícia. *Hip Hop – A periferia grita*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

Site: <http://www.recantorenascer.com.br/>, acesso em 11/03/2009.

## ANEXO 6

### PLANO DE AULA GRAFITTE

#### PLANO DE AULA – 1º DIA

**OFICINA:GRAFITE**  
**FACILITADOR:**

#### 8. PÚBLICO-ALVO

Alunos da escola onde o Ronda Cultural estará atuando e demais jovens da comunidade.

#### 9. OBJETIVO GERAL

Desenvolver habilidades artístico-manuais através do Grafite, elemento do Hip Hop.

#### 10. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Contar a história do Grafite;

Diferenciar pichação de grafite;

Desenvolver a criatividade por meio de desenhos feitos com as letras do alfabeto;

Discutir o tema *bullying* através das histórias em quadrinhos da Turma da Mônica.

#### 11. METODOLOGIA

Inicialmente, contaremos a história dos desenhos, destacando que as primeiras imagens datam da época das cavernas e, logo em seguida, colocaremos um vídeo em que o Davi Favela e seus amigos contam um pouco dessa história;

Diferenciaremos pichação de grafite, ressaltando que aquele é vandalismo e este, arte;

Os alunos farão desenhos a partir das letras do alfabeto e, posteriormente, irão à lousa mostrar o que fizeram para os demais;

Levaremos histórias em quadrinhos para explicar o que significa *bullying* como é praticado nas escolas.

#### 12. RECURSOS

Vídeo / Lousa / Pincel / Papel / Lápis 6B / Xerox

#### 13. AVALIAÇÃO

Analisaremos a capacidade criativa dos jovens a partir dos desenhos que fizeram.

#### 14. BIBLIOGRAFIA

FANTE, Cleo. *Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. Campinas, SP: Verus Editora, 2005.

ROCHA, Janaína; DOMENICH, Mirella; CASSEANO, Patrícia. *Hip Hop – A periferia grita*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

Histórias em quadrinhos da Turma da Mônica.

Vídeo – Davi Favela

## PLANO DE AULA – 2º DIA

### OFICINA: GRAFITE FACILITADOR:

#### 1. PÚBLICO-ALVO

Alunos da escola onde o Ronda Cultural estará atuando e demais jovens da comunidade.

#### 2. OBJETIVO GERAL

Desenvolver habilidades artístico-manuais através do Grafite, elemento do Hip Hop.

#### 3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Treinar a técnica de sombreamento;  
Fazer desenhos a partir de fitas, pergaminho e figuras geométricas;  
Fazer letras e números de diversas formas;  
Desenhar livremente;  
Discutir o tema *bullying* através do jogo “Bully”, do PlayStation 2.

#### 4. METODOLOGIA

Mostraremos o modelo do sombreamento que é feito nas figuras e os jovens deverão fazê-lo no papel, repetindo o exercício cerca de 30 vezes: 15 do escuro para o mais claro e 15 do claro para o escuro.

Em seguida, ensinaremos o exercício com fitas, pergaminho, figuras geométricas, letras e números, pausadamente. Os alunos repetirão a atividade.

Para finalizar, pediremos que os alunos façam um desenho à mão livre e tentem sombreá-lo.

Questionaremos as conseqüências do *bullying* através do jogo de vídeo-game “Bully”, do PalyStation 2.

#### 5. RECURSOS

Lousa / Pincel / Papel / Lápis 6B / Projetor / Computador.

#### 6. AVALIAÇÃO

Analisaremos a capacidade criativa dos jovens a partir dos desenhos que fizeram.

#### 7. BIBLIOGRAFIA

FANTE, Cleo. *Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. Campinas, SP: Verus Editora, 2005, pp. 78 a 81.

ROCHA, Janaína; DOMENICH, Mirella; CASSEANO, Patrícia. *Hip Hop – A periferia grita*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

## PLANO DE AULA – 3º DIA

### OFICINA: GRAFITE

#### FACILITADOR:

#### 1. PÚBLICO-ALVO

Alunos da escola onde o Ronda Cultural estará atuando e demais jovens da comunidade.

#### 2. OBJETIVO GERAL

Desenvolver habilidades artístico-manuais através do Grafite, elemento do Hip Hop.

#### 3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Desenhar olhos, boca, nariz e orelhas;

Juntar todos os sentidos em um rosto;

Desenhar o próprio rosto olhando uma foto 3x4;

Aplicar um questionário para avaliar o nível de *bullying* que ocorre nas escolas.

#### 4. METODOLOGIA

Mostraremos como desenhar os sentidos presentes na face. Os alunos deverão treinar a atividade;

Mostraremos como juntar os sentidos em um rosto. Os jovens treinarão o exercício;

Em seguida, olhando uma foto 3x4, todos tentarão desenhar seu próprio rosto usando a técnica do sombreado;

Pediremos que os alunos respondam a um questionário sobre o *bullying* na escola.

#### 5. RECURSOS

Lousa / Pincel / Papel / Lápis 6B / Xerox.

#### 6. AVALIAÇÃO

Analisaremos a capacidade criativa dos jovens a partir dos desenhos que fizeram.

#### 7. BIBLIOGRAFIA

FANTE, Cleo. *Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. Campinas, SP: Verus Editora, 2005, p. 145.

ROCHA, Janaína; DOMENICH, Mirella; CASSEANO, Patrícia. *Hip Hop – A periferia grita*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

## PLANO DE AULA – 4º DIA

### OFICINA:GRAFITE

#### FACILITADOR:

#### 1. PÚBLICO-ALVO

Alunos da escola onde o Ronda Cultural estará atuando e demais jovens da comunidade.

#### 2. OBJETIVO GERAL

Desenvolver habilidades artístico-manuais através do Grafite, elemento do Hip Hop.

#### 3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Aplicar as técnicas aprendidas usando o spray;  
Fazer mensagens e/ou imagens na parede;  
Discutir o tema *bullying* através do filme “Forrest Gump”.

#### 4. METODOLOGIA

Os alunos utilizarão o spray para se expressar, ficando livres para desenhar ou escrever algo crítico;  
Logo após, assistiremos ao filme “Forrest Gump”, que trata do tema *bullying*.

#### 5. RECURSOS

Spray / Máscaras / Luvas / Projetor / Computador.

#### 6. AVALIAÇÃO

Analisaremos a capacidade criativa dos jovens a partir de seus desenhos. Discutiremos o tema *bullying* visto no filme através de perguntas.

#### 7. BIBLIOGRAFIA

FANTE, Cleo. *Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. Campinas, SP: Verus Editora, 2005, p. 145.

ROCHA, Janaína; DOMENICH, Mirella; CASSEANO, Patrícia. *Hip Hop – A periferia grita*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

## ANEXO 7

### PLANO DE AULA MC

#### PLANO DE AULA – 1º DIA

**OFICINA: MC**  
**FACILITADOR:**

#### 1. PÚBLICO-ALVO

Alunos da escola onde o Ronda Cultural estará atuando e demais jovens da comunidade.

#### 2. OBJETIVO GERAL

Produzir e interpretar textos sobre a realidade dos jovens de nossa sociedade.

#### 3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Contar a origem do rap;

Mostrar modelos de rap's;

Falar sobre os temas críticos a serem abordados nas músicas;

Interpretar um rap com os alunos;

Explicar o que é rima e poesia;

Trabalhar o tema “violência e criminalidade” através da música *Artigo 157*, dos Racionais MC's.

#### 4. METODOLOGIA

Daremos início com uma explanação sobre a origem do rap;

Falaremos sobre os assuntos de nossa sociedade que podem ser abordados nas letras das músicas, principalmente os temas transversais: gênero, drogas, bullying, ética, pluralidade cultural, etc.

Passaremos um vídeo com um rap e faremos a interpretação da letra com os alunos, discutindo e diferenciando as passagens que tratam de “violência e criminalidade”;

Aproveitando o vídeo, explicaremos o que é rima e poesia.

#### 5. RECURSOS

Lousa / Pincel / Projetor / Computador.

#### 6. AVALIAÇÃO

Escrever uma música na lousa e deixar lacunas no local das rimas (levar essas palavras em papéis). Depois, pedir aos alunos que completem o texto colando as palavras que faltam.

#### 7. BIBLIOGRAFIA

DAMASCENO, Francisco José G. *Movimento Hip-Hop organizado do Ceará (1990-1995)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC/SP, 1997.

ROCHA, Janaína; DOMENICH, Mirella; CASSEANO, Patrícia. *Hip Hop – A periferia grita*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

## PLANO DE AULA – 2º DIA

**OFICINA: MC**  
**FACILITADOR:**

### 1. PÚBLICO-ALVO

Alunos da escola onde o Ronda Cultural estará atuando e demais jovens da comunidade.

### 2. OBJETIVO GERAL

Escrever letras de músicas baseadas na realidade do bairro em que os jovens moram.

### 3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Colocar rap's para os alunos escutarem;  
Reforçar o modelo de rimas;  
Ler textos e transformá-los em rap;  
Discutir a “violência e criminalidade” presente no bairro em que os jovens residem.

### 4. METODOLOGIA

Os jovens escutarão rap's para identificarem as rimas;  
Levaremos textos (poemas, histórias em quadrinhos ou notícias de jornais) ou imagens (fotos) que tratem de “violência e criminalidade”. Leremos com os alunos e pediremos que eles transformem o assunto em rap.

### 5. RECURSOS

Toca-discos  
Computador  
Xerox de textos ou de imagens  
Papel  
Lápis ou caneta

### 6. AVALIAÇÃO

Observaremos o interesse dos alunos durante a produção dos textos.

### 7. BIBLIOGRAFIA

DAMASCENO, Francisco José G. *Movimento Hip-Hop organizado do Ceará (1990-1995)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC/SP, 1997.  
ROCHA, Janaína; DOMENICH, Mirella; CASSEANO, Patrícia. *Hip Hop – A periferia grita*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

## PLANO DE AULA – 3º DIA

**OFICINA: MC**  
**FACILITADOR:**

### 1. PÚBLICO-ALVO

Alunos da escola onde o Ronda Cultural estará atuando e demais jovens da comunidade.

### 2. OBJETIVO GERAL

Escrever uma música sobre a realidade do bairro em que os jovens moram.

### 3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Ler os textos produzidos na aula anterior;  
Selecionar fragmentos para usar no rap que será feito;  
Produzir uma letra de rap;  
Discutir uma notícia de jornal atualizada.

### 4. METODOLOGIA

Juntos, selecionaremos alguns fragmentos que se complementem para darmos início à produção de um rap que trate da realidade dos jovens. O assunto será escolhido por eles, os facilitadores apenas ajudarão na junção das partes e no ritmo com o qual o rap será cantado;

Levaremos uma notícia de jornal atualizada e discutiremos com os jovens.

### 5. RECURSOS

Toca-discos  
Computador  
Papel  
Lápis ou caneta

### 6. AVALIAÇÃO

Observaremos o interesse dos alunos durante a produção do rap.

### 7. BIBLIOGRAFIA

DAMASCENO, Francisco José G. *Movimento Hip-Hop organizado do Ceará (1990-1995)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC/SP, 1997.

ROCHA, Janaína; DOMENICH, Mirella; CASSEANO, Patrícia. *Hip Hop – A periferia grita*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

## PLANO DE AULA – 4º DIA

**OFICINA: MC**  
**FACILITADOR:**

### 1. PÚBLICO-ALVO

Alunos da escola onde o Ronda Cultural estará atuando e demais jovens da comunidade.

### 2. OBJETIVO GERAL

Ressaltar a importância das letras de músicas como crítica à nossa realidade, bem como possibilidade de mudança social.

### 3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Concluir a letra da música;

Dar ritmo ao rap;

Escolher, junto com os jovens, quem cantará a música na apresentação final;

Trabalhar vídeo e/ou imagens que tratem da paz no mundo.

### 4. METODOLOGIA

Daremos continuidade à produção do texto e treinaremos com os alunos a forma de cantá-lo;

Posteriormente, assistiremos a um vídeo sobre “paz” e pediremos que os alunos produzam cartazes a partir de recortes de jornais e revistas com mensagens positivas para o mundo.

### 5. RECURSOS

Toca-discos

Pincéis para quadro branco

Computador

Cola

Papel

Tesoura

Lápis ou caneta

Revistas e jornais velhos

Cartolina

### 6. AVALIAÇÃO

Avaliação oral sobre os assuntos tratados na oficina.

### 7. BIBLIOGRAFIA

DAMASCENO, Francisco José G. *Movimento Hip-Hop organizado do Ceará (1990-1995)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC/SP, 1997.

ROCHA, Janaína; DOMENICH, Mirella; CASSEANO, Patrícia. *Hip Hop – A periferia grita*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

